



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Formação de Professores

Programa de Pós Graduação em História Social

Karolina Moreira de Lucena

**As Trincheiras da Fazenda São Lourenço:
Trabalhadores Rurais e Conflitos por terra na
Baixada Fluminense (1950-1964)**

São Gonçalo-

2023

Karolina Moreira de Lucena

**As Trincheiras da Fazenda São Lourenço: Trabalhadores
Rurais e Conflitos por terra na Baixada Fluminense (1950-
1964)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território

Orientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

São Gonçalo-

∞

RESUMO

LUCENA, Karolina Moreira. As Trincheiras da Fazenda São Lourenço: Trabalhadores Rurais e Conflitos por terra na Baixada Fluminense (1950-1964). 2023. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

A pesquisa tem como objetivo analisar os movimentos de luta pela terra na região da Baixada Fluminense entre 1950 e 1964. Mais especificamente, pretende-se estudar os conflitos armados entre posseiros e grileiros ocorridos na Fazenda São Lourenço, situada no município de Duque de Caxias. Região ocupada por lavradores desde o início do século XX, que durante a década de 1950 passa a sofrer inúmeras ações de despejos, até agosto de 1961, quando em mais uma ação de despejo, se dá um tiroteio, entre os posseiros e a força policial encarregada de expulsar os trabalhadores. Após o ocorrido, e as manifestações dos lavradores em permanecerem em resistência, o governo do estado do Rio de Janeiro decreta pela primeira vez a desapropriação da fazenda, em benefício dos posseiros. A pesquisa parte do processo de formação do território brasileiro, de característica escravista e latifundiária, que resultou na grande concentração fundiária, buscando também estabelecer relações entre a democratização política e a democratização da terra. Através da luta pela permanência na terra e por melhores condições de produção, os trabalhadores rurais desenvolveram sua prática política. Se organizaram, criando grupos, através das associações, federações, sindicatos e ligas, se colocando presente do debate público sobre os rumos da reforma agrária e do próprio desenvolvimento nacional.

Palavras chave: Trabalhadores rurais; Fazenda São Lourenço; Baixada Fluminense; Conflitos agrários.

ABSTRACT

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6-10.
1- OCUPAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE.....	11
1.1- INICIO DA OCUPAÇÃO	15
1.2- DA VOCAÇÃO AGRÍCOLA A VOCAÇÃO PERIFÉRICA. EXPANSÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL E EXPECULAÇÃO IBOLIÁRIA	21
1.3- CONFLITOS AGRÁRIOS EM DUQUE DE CAXIAS. UM HISTÓRICO COM FOCO NAS RELAÇÕES CONFLITIVAS.....	32
2- ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NA BAIXADA FLUMINENSE.....	42
2.1- QUESTÃO AGRÁRIA E RELAÇÃO OPERÁRIO CAMPONÊS	43
2.2- COUTRAS FORÇAS EM DISPUTA.....	57
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS NO CAMPO	62
2.4 ASSOCIAÇÃO DE LAVRADORES. A FORMA DE ORGANIZAÇÃO POSSÍVEL.....	65
3- TRAJETÓRIA DE LUTAS E RESISTÊNCIA DOS LAVRADORES NA BAIXADA FLUMINENSE.....	75
3.1- A FORMAÇÃO DA TRINCHEIRA. A JUSTIÇA FEITA À MANEIRA DOS POSSEIROS DA FAZENDA SÃO LOURENÇO	79
3.2- VIOLÊNCIA, POLÍTICOS E LAVRADORES: ENTRE O ILEGAL E O LEGÍTIMO.....	94
3.3- A DISPUTA POLITICA DO MOVIMENTO. QUEM CONQUISTOU A DESAPROPRIAÇÃO	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
FONTES	112
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

O período de abertura democrática que viveu o Brasil de 1945 a 1964 foi marcado pela disputas de diferentes projetos políticos, também pelo surgimento entidades de representação dos trabalhadores rurais que lutavam pelo direito de acesso a terra e melhores condições de trabalho.¹ Abordamos nesta dissertação a resistência armada que correu na fazenda São Lourenço, localizada no município de Duque de Caxias nos dias 16 e 17 de agosto de 1961. Esse acontecimento coincidiu com a renúncia de Jânio Quadros e a crise política que se instalou, com os impasses gerados a posse de João Goulart, não tem ligação direta com esse acontecimento, mas pode ser entendido como parte de um quadro mais amplo, da luta de classes, em um contexto que o capital transnacional estava dominando a economia e se preparava para controlar o poder político. A resistência armada foi a expressão dessa luta de classes em um contexto específico.²

A ocupação da Baixada Fluminense foi impulsionada pela economia açucareira no período colonial, posteriormente foi importante como transporte do café através das linhas ferroviárias. A necessidade de constante manutenção para evitar alagamentos, e consequentemente as epidemias, levou a realização de obras de saneamento. No século XX, a região passou por um processo de urbanização acelerado, com a chegada de indústrias e a construção de rodovias e ferrovias. A partir da década de 1950, o modelo nacional desenvolvimentista impulsionou a agricultura na região, com a criação de projetos de colonização e incentivos fiscais para a produção de alimentos. Contudo a valorização das terras também teve como consequência a especulação, e o interesse em transformação das áreas agricultáveis em loteamentos urbanos.³

O interesse na especulação imobiliária representava um impasse a produção agrícola, devido os despejos que ocorriam de forma generalizada, impedindo que esses trabalhadores expulsos fossem absorvidos em outras áreas.⁴ A década de 1950 foi momento de consolidação das organizações camponesas, devido ao crescente debate sobre o papel da agricultura na industrialização, sobre a estrutura fundiária e a necessidade de mudança.⁵ Com o surgimento

¹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989 p. 18

² ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara* p. 49

³ GEIGER, Pedro Pinchas e RUTH, Lyra dos Santos. Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana na Baixada Fluminense. P.291-315. In Revista Brasileiro de Geografia 1954 p. 300-302

⁴ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987 p. 71

⁵ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos sociais no Campo...* Op. Cit. p. 11

de diversas associações de lavradores, em locais onde ocorriam despejos, e depois da federação e de outros órgãos que representavam os lavradores nacionais como a ULTAB e a CONTAG, os trabalhadores do campo se faziam presente como atores políticos, reivindicando direitos, melhores condições de acesso a terra, e denunciando a situação de violência usada como forma de pressionar a expulsão.

O movimento camponês na região foi marcado por uma série de conflitos com proprietários de terra e grileiros, contra trabalhadores rurais que passaram a se identificar como posseiros. Entre as principais estratégias pelas organizações camponesas para se fortalecerem politicamente e conquistarem seus objetivos, destacam-se o levantamento de dados no cartório, a pressão de massa, a realização de reuniões e debates para a conscientização e a organização de ocupações.

O primeiro despejo na fazenda São Lourenço ocorreu em 1951⁶, segundo o jornal *Imprensa Popular*, realizado pelo deputado Getúlio de Moura, e por Emílio Horwitz, que passou a administrar toda a fazenda. Os lavradores expulsos ocupavam a região a pelo menos 12 anos. Em agosto de 1961, novo despejo foi realizado na região. A herdeira de Emilio Horwitz promovia um processo contra o arrendatário das terras, pela falta de pagamento dos alugueis. No segundo dia de despejo os posseiros organizaram uma resistência armada, bloqueando as estradas, se distribuindo em grupos armados pela fazenda para impedirem o despejo, pressionando o governo do estado a realizar a desapropriação.⁷ “Foi um marco na história das lutas da região”⁸ Pela primeira vez resistiam ao despejo se utilizando de armas, e de um grande contingente de lavradores mobilizados⁹. Temendo o desencadeamento de novos confrontos em outros locais, o Juiz Hélio Albernaz Alvez suspendeu a ação.

Um das fontes que utilizamos foram as reportagens nos jornais, que nos dão uma dimensão da proporção e radicalidade que tomaram a resistência armada, e da repercussão do caso. Denunciam a situação de exploração enfrentada pelos lavradores. É muito presente a disposição em resistir ao despejo até as últimas consequências, se preciso com o custo da vida. A resistência armada também aparecia como pano de fundo para discutir a necessidade de mudança da estrutura agrária, como garantidora direitos de uma classe que historicamente, apesar de ser o produtor direto, não tinham direitos sobre suas propriedades.¹⁰

Podemos perceber também nas reportagens diferentes forças políticas envolvidas no

⁶ “Incendiadas em Caxias as casas dos lavradores”. *Imprensa Popular* 27 setembro 1951. Edição 804 P. 4

⁷ “Despejo deu em tiroteio” *Diário de Notícias* 18 08 1961 ed. 11894 p. 7 p. 11

⁸ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. cit p. 27

⁹ Idem p. 31

¹⁰ “Injustiça faz revolta no campo” *Diário de Notícias*. 26 08 1961 Ed.11898

processo, e a tentativa de capitalizar a desapropriação, que foi disputada por Badger da Silveira e Tenório Cavalcanti, que concorriam nas eleições para governador. Buscamos ressaltar a escolha pessoal dos lavradores pela forma de resistência armada, a forma como eles lidavam com a disputa política pela representação do movimento, por exemplo recorrendo às figuras políticas quando julgavam que seria de alguma ajuda, e as diferentes perspectivas sobre qual ação teria sido fundamental para a realização da desapropriação.¹¹ Entendemos que a imprevisibilidade da proporção que a resistência armada poderia tomar, neste caso, pressionou o governo do estado a interromper o despejo.

A diversidade do perfil dos conflitos e de formas de resistência que se desenvolveram, muitas vezes combinavam formas de ação como a ocupação de espaços públicos, reivindicação na justiça e ocupação e resistência armada. A resistência armada, como repertório de ação contra a grilagem de terras, se efetiva a partir do despejo ocorrido na Fazenda São Lourenço, em agosto de 1961, de forma que o episódio é apontado como um marco desse padrão de luta ao “conferir maior poder de ameaça” as resistências aos despejos posteriores.¹²

Grupos políticos, como partidos de esquerda, ligas camponesas e a Igreja Católica, se envolveram na luta camponesa e contribuíram para o fortalecimento do movimento. Legitimavam as suas reivindicações, promoviam a estruturação dos órgãos de representação, e também contribuíram para a radicalização da resistência.¹³ Um dos mais influentes foi o PCB, que passou a atuar no campo devido a diretriz do partido de tornar os camponeses aliados do proletariado no combate ao imperialismo. Militantes do partido eram incentivados a atuarem no campo. Ajudaram na formação de associações de lavradores, das primeiras comissões e assembleias nacionais. Esses grupos como o PCB, a Igreja Católica e as Ligas Camponesas, e figuras políticas locais foram relevantes na formação de uma base na qual os lavradores puderam se organizar, expressando suas demandas e se colocando no debate político.

Grynszpan ressalta que a radicalização dos conflitos não se deu de forma unilateral, provocada pela mobilização da base camponesa, foi um conjunto de fatores, e o principal deles a disputa política pela representação do movimento. No centro da disputa por essa representação estavam os lavradores, posseiros, pequenos produtores, sem terra. Eles participavam e controlavam as associações de lavradores, e eram os que controlavam o movimento das áreas

¹¹ CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007

¹² ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. cit. p. P. 207

¹³ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987

onde as lutas foram mais intensas.

Um dos objetivos deste trabalho é analisar o processo de inserção política do campesinato, ressaltando a relevância dos movimentos sociais na história brasileira, e seu papel central na consolidação da democracia, a partir da mobilização dos camponeses contra a ação de reintegração de posse ocorrida na Fazenda São Lourenço, destacando sua autonomia na decisão das diretrizes do movimento. Assim como enfatizar a atuação efetiva dos membros, suas conquistas, e sua capacidade de decidir os rumos da luta e forma de ação. O episódio ocorrido na Fazenda São Lourenço em agosto de 1961 pode ser identificado como um marco importante na consolidação de um novo repertório de luta na região: a resistência armada camponeses. Podemos entender a formação e constituição dos camponeses e posseiros da Fazenda São Lourenço enquanto classe a partir das experiências comuns forjadas nas lutas pelo direito de acesso à terra.

A luta entre posseiros e grileiros na "região dos conflitos" fazia parte da luta de classes no Brasil, que teve localmente, grande relevância da expansão urbana e a concentração da terra, contrastando com o grande número de pessoas sem a propriedade da terra¹⁴. Os trabalhadores rurais sempre resistiram à tentativa de destruí-los enquanto classe. Os conflitos locais pela disputa de terras e contexto nacional de crise econômica e efervescência política fez o movimento dos lavradores avançar na sua capacidade de oposição. A explosividade potencial dos lavradores, marcada pelas resistências armadas, se tornou uma ameaça real, de consequências desconhecidas. Momento em que a resistência se tornou mobilizada, e a São Lourenço foi o marco nesse momento de luta.¹⁵

A mobilização dos lavradores contribuiu para a consolidação da democracia no Brasil e para a conquista de direitos trabalhistas e sociais. Pensar a organização camponesa também é pensar a atuação desse grupo, que ao longo da história foi marginalizado das esferas de influência institucionais e cuja busca por equidade social foi obscurecida por estereótipos que insinuam atraso e insuficiência. Enquanto um movimento social, eles se engajaram na batalha por direitos visando a criação de uma sociedade mais justa. No âmbito da luta pela preservação das terras, os trabalhadores rurais desenvolveram sua própria forma de envolvimento político, trilhando um percurso que permitiu a inclusão de grupos sociais historicamente deixados à margem das esferas de poder reconhecidas.

No primeiro capítulo abordamos o processo de ocupação da Baixada Fluminense. A

¹⁴ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. cit. p.206

¹⁵ Idem p. 207

proximidade com o centro urbano gerou impacto nas áreas rurais que ficavam em seu entorno, entre elas a Baixada Fluminense, sendo considerada em alguns períodos como importante para a produção agrícola, e em outros como relevante para a formação de loteamentos urbanos. Também abordamos os conflitos pela terra nas regiões próximo a fazenda São Lourenço. Em seguida no segundo capítulo falamos sobre as organizações camponesas que surgiram na região a partir da década de 1940. Utilizamos como fontes entrevistas do acervo do O Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP). Procuramos analisar o surgimento e atuação das Associações de Lavradores, que eram forma possível de organização as diversas categorias de trabalhadores rurais não contemplados com as leis de trabalhistas e de sindicalização. Por fim no terceiro capítulo narramos os conflitos agrários na fazenda São Lourenço em 1951 e 1961, a partir das reportagens nos jornais. Os eventos representaram um momento de mudança na ação dos lavradores, que se estabelecia como uma tendência que poderia ser seguida¹⁶, e teve o impacto de ampliar o número de resistências ofensivas.

¹⁶ Idem p. 93-94

Capítulo 1- Ocupação da Baixada Fluminense.

O século XX foi um período de mudanças profundas na sociedade, sendo umas das mais significativas a superação da população urbana em relação a população rural. O debate sobre o desenvolvimento nacional direcionava a política desde o início do século. Na década de 1930 são formadas as bases para o modelo nacional desenvolvimentista, que na década de 1950 irá fomentar os debates sobre o papel da agricultura no processo de industrialização, e sobre a incorporação da população rural a sociedade civil, com a luta por direitos trabalhistas e por acesso à terra.¹

A questão agrária nesse momento, se desdobrava nas cidades, o êxodo rural era um reflexo da crise no campo. O modelo de desenvolvimento econômico acelerado com Getúlio Vargas na década de 1930, voltado para o desenvolvimento da industrialização, permaneceu nos governos seguintes, se intensificando na década de 1950, mostrando suas contradições no momento em que os homens e mulheres do campo passaram a se organizar, reivindicando direitos até então negados. A agricultura não seguiu o mesmo ritmo da industrialização e urbanização. A falta de incentivo à produção de alimento para consumo interno, atividade exercida por pequenos produtores, provocava sérias crises de abastecimento. A necessidade de modernizar e repensar a estrutura agrária ganhou unanimidade no país, contudo, os caminhos para a realização de tais mudanças eram diversos.

Havia uma intensa agitação política e social em torno da questão da reforma agrária no Brasil. O campo era o centro das questões referentes ao desenvolvimento do país, a agricultura tinha um papel central no modelo desenvolvimentista, criar as condições básicas financiando o projeto de industrialização e um mercado interno.² Mais da metade da população brasileira até a década de 1960 era empregada em atividades rurais³, no entanto, a estrutura agrária excludente impedia essas pessoas de terem direito jurídico de acesso à terra, ficando a mercê das relações de trabalho impostas pelas poucas pessoas detentoras desse direito. A ausência de uma legislação que contemplasse a

¹ LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Teixeira da. Cap. V Terra e Democracia na construção do Brasil Moderno (1945-1998) in. *Terra prometida – Uma história da questão agrária no Brasil*, São Paulo, Editora Campus, 1999 p. 148

² Idem p. 158

³ PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979 p. 81

diversidade das formas de trabalho existentes no campo, que não se resumiam ao trabalho assalariado, e as dificuldades de sindicalização desses trabalhadores, em sindicatos que representassem verdadeiramente sua categoria, eram fatores marcantes da desigualdade existente no Brasil. Desigualdade existente não apenas entre proprietários de terra, trabalhadores rurais e pequenos posseiros, mas entre esses trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos, que tinham a relação de trabalho regulamentada pelas leis trabalhistas.⁴

Leonilde Servolo de Medeiros diz não poder afirmar se as lutas no campo iniciaram devido a reabertura democrática em 1945, ou se esse momento possibilitou que as lutas já existentes ganhassem visibilidade. O que se pode afirmar é que foi em 1940 que surgiram algumas entidades de representação dos trabalhadores rurais no Rio de Janeiro e em outros estados do país.⁵

Os conflitos agrários existentes por todo país nas décadas de 1950 e 1960, tinham seus contornos próprios. No Rio de Janeiro a estrutura fundiária tinha grande influência da proximidade com o centro urbano. O processo de crescimento urbano e industrial da cidade do Rio de Janeiro, causava impacto nas áreas rurais que ficavam em seu entorno, entre elas a Baixada Fluminense, sendo a região considerada em alguns períodos como elementar ao desenvolvimento da produção agrícola, e em outros sendo incorporada nesse rápido processo de urbanização e industrialização, “de caráter periférico e industrial”, através da implementação de fábricas, ou do processo de loteamento urbano para abrigar os trabalhadores atingidos pela segregação socioespacial que passou a cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XX. A relação entre o rural e o urbano é imprescindível para compreensão da dinâmica fundiária na Baixada Fluminense, pois tais características fazem parte, em certa medida, da origem da situação conflitiva que afetou áreas como a Fazenda São Lourenço.⁶

Mais especificamente na Baixada Fluminense, o conflito se dava entre “posseiros” que, ao longo do tempo ocuparam terras na região e “grileiros” que surgiram reivindicando a terra após a sua valorização, muitas vezes apoiados por forças oficiais,

⁴ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989 p. 32

⁵ Idem p. 18

⁶ MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.) Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Consequência, 2018. P. 95-96

juízes, policiais e políticos locais. Motivados pela realização de obras na região e interessados no loteamento para fins de moradias urbanas e especulação imobiliária, mantinham muitas terras abandonadas, mesmo após seu loteamento.⁷

Ocorriam conflitos agrários em todo o estado do Rio de Janeiro, sendo que grande parte se concentrava na Baixada Fluminense. A Baixada Fluminense, uma das primeiras áreas de colonização portuguesa desde meados do século XVI, seguindo como uma região agrária até as primeiras décadas do século XX, quando, por sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e linhas ferroviárias, teve início um intenso e desorganizado processo de urbanização, com a transformação de sítios e fazendas em loteamentos.

A escolha da região como objeto de análise do movimento rural na década de 1950 e 1960, se explica pelas possibilidades de repensar generalizações⁸ a respeito das mobilizações rurais no país, ressaltando sua relevância no processo político em desenvolvimento. A definição de Baixada Fluminense vai além de sua determinação geográfica, os pesquisadores têm incorporado aspectos políticos e sociais na sua definição. José Cláudio de Souza Alves observa um fenômeno que chama de “baixadização” em que áreas que não pertencem a Baixada Fluminense são classificadas como parte da região, devido alguma situação de violência⁹. A definição de Baixada Fluminense empregada pelo autor tem como eixo a permeabilidade da violência na região, que se desenvolve como uma “forma de dominação historicamente elaborada”¹⁰, na afirmação do poder local e supralocal. Utilizada como recurso para múltiplas formas de segregação e dominação, na constituição das forças políticas oficiais, e também na formação dos grupos particulares de extermínio.

O termo Baixada Fluminense é utilizado desde o século XVIII, se referia aos 4 municípios próximos a cidade do Rio de Janeiro, eram elas Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti, todas faziam parte do município de Nova Iguaçu, que foi desmembrado na década de 1940. Esses novos municípios tiveram grande aumento demográfico durante do século XX, receberam parte dos trabalhadores do centro

⁷ OLIVERIA, Rafael Soares de (coord.). *Unidade e prática da fé: pastoral da terra em Xerém/ Equipe da Pastoral Ecumênica da Terra*, Rio de Janeiro: CEDI. Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, 1987. P. 9-10

⁸ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁹ ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003 p. 70

¹⁰ Idem p. 76

do Rio de Janeiro, passando por um rápido processo de urbanização. Por isso o termo carrega também uma matriz urbana, que segundo Grynszpan, se mostra insuficiente para tratar dos problemas sociais no campo entre as décadas de 1950 e 1960. O conceito de Baixada Fluminense utilizado pelo autor tem seu ponto de referência nas relações sociais vividas no campo, se limitando as áreas que circulam a cidade do Rio de Janeiro: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraí e Cachoeira de Macacu. Os despejos não ocorreram apenas na “Baixada”, mas foi a partir dela que surgiram os focos de resistência e organização. Grynszpan, faz uma diferenciação entre o termo “Baixada Fluminense” e “Baixada”. A expressão mais utilizada por jornais e pelas pessoas no cotidiano, para designar as áreas rurais que circulavam a cidade do Rio, e as áreas onde ocorriam a maioria dos conflitos era Baixada, enquanto Baixada Fluminense tinha uma conotação urbana, pois englobava áreas sem importância agrícola, portanto tinha um critério mais fisiográfico de definição.¹¹ Para entender melhor a relação entre as forças que entraram em disputa no período analisado é necessário compreender historicamente o processo de ocupação da região.

1.1- Início da ocupação

No período colonial, parte da região hoje conhecida como Baixada Fluminense fazia parte da sesmária Iguassu. A economia açucareira foi uma das primeiras grandes atividades econômicas impulsionadoras na região, o ciclo da cana começa ainda no século XVII na fazenda de Iguaçu, pertencente ao mosteiro de São Bento, que possuía uma sesmária próximo ao Rio Iguaçu.¹² O açúcar era uma mercadoria muito importante, mesmo com uma produção que não chegava a atingir sua capacidade máxima, era uma fonte de riqueza e motivo de disputas por terra. Os engenhos formaram os primeiros núcleos populacionais, onde a casa grande representava o eixo socioeconômico, e o senhor de engenho uma espécie de “rei Sol em seu território”. O local era propício para produção de cana, devido as terras planas e a existência de matérias para construção de casas e para gerar energia. O desmatamento provocado pela atividade produtora teria

¹¹ GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987. P. 18-21

¹² PEREIRA, Waldick. *Cana Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. FGV-SEECRJ, 1977 p. 18

impactos na região, aumentando a incidência de alagamentos, e uma necessidade constante de manutenção dos canais de escoamento dos rios, “o escravo que derrubava a mata era o mesmo que desobstruía o rio”. Atividade predominante era a produção de açúcar e de água ardente, a produção de farinha, milho, arroz, feijão e extração de madeira, tinha caráter de subsistência, e grande importância para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.¹³

O posicionamento geográfico também conferia a região uma importância como zona de transporte de mercadorias, do interior do estado aos principais portos do Rio de Janeiro, os maiores do país, por onde grande parte da mercadoria era exportada.¹⁴ A dinâmica da região era agitada pelo trânsito de pessoas, nos pontos terrestres, por onde passavam as cargas, foram se formando aglomerações. Novos caminhos eram abertos por fazendeiros, que beneficiavam seus territórios, já que os que abriam uma nova passagem ficavam, por tempo determinado, com os direitos de explorá-la. A circulação do ouro a partir do século XVIII intensificou as disputas entre os proprietários das fazendas pelas rotas mais lucrativas, porém com a inauguração das estradas de ferro os principais portos da Baixada Fluminense e algumas estradas foram sendo desativadas, provocando transformações na dinâmica de povoamento da região.

As ferrovias definiram novos recortes na geografia na região, promoviam o desenvolvimento das freguesias e geravam certo grau de autonomia política. A instalação de linhas férreas direcionou a formação de núcleos de povoamento para o entorno das estações ferroviárias, impulsionando o povoamento em algumas áreas, e diminuindo esse povoamento em alguns portos fluviais e caminhos desativados. Meriti, antiga sede do município de Duque de Caxias teve um crescimento com a construção do trecho ferroviário The Rio de Janeiro Northern Railway em 1886, que ligava a sede do município a cidade do Rio de Janeiro. A ferrovia também contribuiu para o esvaziamento de outras áreas em Duque de Caxias.¹⁵

A plantação de açúcar se desenvolveu durante o século XVIII, depois se concentrando na região de Campos, no norte do estado. Após o açúcar, a plantação de café passou a dinamizar a economia da região. A *plantation* cafeeira, que ganhava força

¹³ ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio...* Op. Cit. P. 85

¹⁴ PEREIRA, Waldick. *Cana Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu...* Op. Cit. P. 52

¹⁵ OLIVERIA, Rafael Soares de (coord.). *Unidade e prática da fé: pastoral da terra em Xerém/* Op. cit P.

no século XIX, se instalou em torno da cidade do Rio de Janeiro, nas áreas mais elevadas da Baixada, e estimulou a construção de ferrovias, como um transporte mais eficiente para a circulação do produto. O que deslocou o eixo comercial dos rios e desativou alguns portos fluviais, cujo a manutenção eram fundamentais para que se evitasse o alagamento e as epidemias. Na Baixada o impacto econômico gerado pela produção cafeeira se deu em função da sua importância como rota de transporte, e não como área produtora.¹⁶

Em 1854 foi inaugurada a primeira estrada de ferro do Brasil com o objetivo de colocar o porto do Rio de Janeiro na rota das exportações do café. A ferrovia ligava o porto de Mauá à Petrópolis, passando pela fazenda Fragoso e Raiz da Serra. Em 1858 foi construída a estrada de ferro Dom Pedro II (Central do Brasil), que cruzava algumas regiões da Baixada, como Maxambomba (Nova Iguaçu), Queimados e Belém (Japeri). O crescimento das ferrovias ganhou os espaços das vias fluviais, provocando mudanças nesta região que havia se estabelecido como entreposto comercial.¹⁷

O investimento na produção cafeeira gerava graves impasses a produção de alimentos de gêneros variados, provocando uma crise de abastecimento que atingia todo o estado. No final do século XIX, a cidade do Rio passou por um acelerado crescimento industrial, especialmente do setor têxtil e de alimentos. A massa popular deserdada pela abolição e pela crise do café migrou para a cidade, fazendo duplicar a sua população entre 1872 e 1890. As reformas urbanas que ocorreriam no início do século XX foram em decorrência dessa nova configuração pela qual passou a cidade. A baixa do preço do café no mercado internacional, movimentou ações do poder público, de incentivo a diversificação da produção agrícola, como forma de contornar a dependência do mercado de exportação. A Baixada passou a receber mais investimento do estado, destinado a diversificação da produção agrícola, sendo eleita para ser o “celeiro da cidade” do Rio de Janeiro, devido a sua proximidade estratégica com o município.

Com o fim da cultura desses dois gêneros, a região, antes ocupadas por grandes fazendas, passou por um período de esvaziamento econômico. Toda a extensão da Baixada é composta por planícies aluviais sujeitas a alagamentos. Com o desmatamento gerado, juntamente com o esvaziamento econômico, os canais e os rios não eram desobstruídos e grandes trechos de terras acabavam alagados. A região sofreu com o abandono, poluição dos rios e epidemias, como a cólera e malária. A população de Duque

¹⁶ ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio...* Op. Cit. P. 94

¹⁷ PEREIRA, Waldick. *Cana Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu...* Op. Cit. P. 53

de Caxias tem uma drástica redução, passando de 9.608 habitantes em 1892, para 800 em 1910¹⁸. Tudo isso agravava o declínio da produção agrícola, que abastecia a cidade do Rio de Janeiro. Toda essa situação fez-se atribuir à Baixada Fluminense uma condição de decadência. Vários autores contestam esse estigma, entre eles Mario Grynszpan. A ideia de “decadência” da Baixada é associada à ideia de decadência da produção açucareira ou cafeeira e à retirada dos grandes latifundiários da região. Para este tipo de interpretação, decadência significa o fim do comércio açucareiro e cafeeiro e a migração destes cultivos para outras regiões. Apesar de serem o açúcar e o café produtos que geravam atividades comerciais e econômicas importantes, essas não eram as únicas atividades produtivas.

A fruticultura foi uma importante atividade econômica desse período, formando uma nova elite econômica e social, impulsionando a urbanização nas regiões onde a atividade prosperou. A produção citrícola teve seu auge em 1935 em Nova Iguaçu, seu processo de desenvolvimento corresponde a saída dos grandes proprietários, que viam mais vantagem econômica no fracionamento das terras e arrendamento para formação de pomares. O crescimento urbano já gerava especulação imobiliária, e a formação de pomares também foi adotada como forma de valorização da terra¹⁹. A experiência citrícola em Nova Iguaçu mostrava que a insalubridade não era o fator fundamental para a falta de interesse de investimento na exploração agrícola. Os investimentos em obras de saneamento tornavam possível o empreendimento agrícola, como no caso de Nova Iguaçu, ressaltando a importância da existência de interesses econômicos no investimento na região.²⁰

Mesmo com as dificuldades de habitação, que contrastavam áreas que recebiam ou não investimento em obras de saneamento, mostrando a falta de estrutura da região, em áreas que se constituíam em “verdadeiros pantanais”, a produção agrícola não deixou de existir. Xerém, área do município de Duque de Caxias, onde ocorreram 5 das 23 desapropriações em todo estado no período anterior a ditadura militar²¹, até a década de 1930 era ocupada apenas por trabalhadores rurais, que vinham de diversas regiões do estado e do país.

¹⁸ ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio...* Op. Cit. P. 98

¹⁹ Idem 102

²⁰ OLIVERIA, Rafael Soares de (coord.). *Unidade e prática da fé: pastoral da terra em Xerém/* Op. cit P. 7/8

²¹ Idem p. 16

O desenvolvimento da fruticultura gerou um direcionamento de capital da cidade para o campo, e a emergência de um setor social ligado a essa atividade, além do crescimento de uma infraestrutura urbana. A população de Nova Iguaçu teve um grande aumento, de 1929 para 1940, passando de 33.396 para 140.606 habitantes. No restante da Baixada se mantinha concentração e a improdutividade. Essa concentração ocorria por conta da saída dos fazendeiros da região, para as cidades, sem se desfazerem das suas terras, deixando latifúndio improdutivo como forma de especulação. Em muitas propriedades predominava a extração de madeira e a criação de gado. A concentração de terra no estado aumentava, e junto com ela a população rural. A maioria dos trabalhadores rurais eram meeiros e “colonos”, 58% da população ativa do campo em 1941, em 1/3 dos casos tinha parentesco com o proprietário.²²

No início do século XX, os governos estaduais, principalmente o de Nilo Peçanha, realizaram políticas de valorização agrícola, que buscavam uma diversificação na agricultura da região, para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Como prefeito do Estado do Rio de Janeiro em 1903-1906, Nilo Peçanha reduziu o preço do frete do transporte de laranjas, e como presidente da república em 1909 estabeleceu a isenção de impostos sobre as frutas no comércio entre Brasil e Argentina, e retomou os trabalhos de saneamento na região. As medidas geraram um grande crescimento na exportação de laranja, Nova Iguaçu era responsável pela metade das exportações nacionais. Esse processo acontecia ao mesmo tempo em que as reformas no centro do Rio de Janeiro, realizadas pelo prefeito Pereira Passos,²³ “modernizavam” a região central da cidade, criando largas avenidas e removendo casas consideradas impróprias, em que moravam grande parte dos trabalhadores da cidade.

Além de relativizar a questão de decadência e abandono da região, a produção de frutas mostrou uma mudança no perfil de ocupação da terra. Mario Grynszpan nos fornece dados importantes sobre essa mudança, através do recenseamento de 1920 e dos censos agrícolas de 1940, 1950 e 1960²⁴. Grynszpan mostra a existência de um processo de

²² ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio...* Op. Cit 104/105

²³ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990

²⁴ Os dados estão dispostos em quatro tabelas produzidas pelo autor: Tabela I Estabelecimento por grupo de área em 1920 1940 1950 e 1960; Tabela II Estabelecimento e área segundo a condição do responsável em 1920 1940 1950 e 1960; Tabela III Estabelecimento e área segundo a condição do responsável em relação ao total recenseado e sua variação em 1920 1940 1950 1960; Tabela IV Área dos estabelecimentos segundo a utilização em 1940 1950 e 1960. GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política* Op. Cit. 1.1 “decadencia e ocupação” p. 21-40

divisão das terras da Baixada durante esse período, houve um aumento no número de estabelecimentos de até 500 hectares, especialmente dos de até 50 hectares, enquanto o número de estabelecimentos maiores diminuía ou se mantinha estável. A ressalva é que os estabelecimentos de 5.000 a 10.000 hectares triplicaram²⁵.

Outro dado que demonstra a dimensão da produção agrícola é do estabelecimento da área segundo a condição do responsável (tabela I). De acordo com a tabela abaixo, percebe-se um aumento do número de estabelecimentos administrados por outras categorias como ocupantes e administradores. Uma grande quantidade de propriedades era controlada diretamente por seus proprietários, contudo, o aumento no número de ocupantes foi expressivo, passando de 0,03% em 1940, para 24,2% em 1960. A média de área subiu de 1,0 hectare em 1950, para 10,5 hectares em 1960. Outra categoria que crescia era a dos administradores, passando de 8,4% em 1920, para 13,4 em 1960.²⁶

Tabela I Baixada: estabelecimento e área segundo a condição do responsável em relação ao censeado 1920-1960

Condição do responsável	Em relação ao total recenseado			
	1920	1940	1950	1960
	Estabelecimento/ Área	Estabelecimento/ Área	Estabeleciment o/Área	Estabelecimento /Área
Proprietário	61,6 -	54,0 / menos de 54,8	67,2 52,0	38,8 43,3
Administrador	8,4 -	18,7 / mais de 37,4	13,1 43,1	13,4 38,0
Arrendatário	29,8 -	27,0 / mais de 7,7	13,1 3,7	23,5 8,1
Ocupante	-- --	0,03 - -	6,3 1,0	24,2 10,5

²⁵ Idem P. 33

²⁶ Idem P. 37

Em relação as categorias abordadas, juntando dados da tabela a cima, e com outros dados disponibilizados em tabelas pelo autor, além do aumento expressivo no número de ocupantes, os arrendatários, ainda que proporcionalmente tivessem se mantido estáveis, tiveram um aumento no número de estabelecimento controlados por essa categoria, passando de 324 em 1920 para 1554 em 1960, apresentando uma redução na sua média de área. Sobre os proprietários apesar de haver uma queda em termos proporcionais de estabelecimentos, levando em consideração a fragmentação das terras, também houve um aumento expressivo do número de estabelecimentos controlados por essa categoria e uma diminuição da média de área.²⁷ Os arrendatários controlavam as maiores propriedades, tiveram grande aumento de 1920 a 1960 passando de 92 estabelecimentos para 884, e sua média de área teve uma diminuição. Os dados sobre os estabelecimentos segundo a forma de utilização da terra, mostram a expansão das áreas dedicadas a lavoura e a diminuição das terras incultas, matas e pastagens. Segundo Grynszpan, essa expansão do número de terras produtivas se relaciona com o aumento do número de ocupantes e arrendatários que vieram de várias regiões do estado e se estabeleceram na Baixada. “Enquanto as lavouras tiveram sua área acrescida de 27.663 ha, ocupantes e arrendatários passaram a controlar mais de 28.290 ha de terra”²⁸. Esse dado não corresponde a cada município analisado separadamente, mas é significativo na região de Duque de Caxias.

1.2- Da vocação agrícola a vocação periférica. Expansão do capital industrial e especulação imobiliária

No início do século XX as obras de saneamento ainda não vinham sendo empreendidas com grande efetividade na Baixada Fluminense, e o projeto proposto da Baixada como “celeiro” da região não estava sendo colocado em prática. Em 1930, o governo federal iniciou a realização das obras, a partir de um amplo programa de recuperação. Entretanto, mesmo em 1950, após a realização de diversas obras de saneamento, a situação agrícola parecia não ter avançado. A modernização da cidade

²⁷ Idem p. 33 /36

²⁸ Idem p. 28

contrastava com sistemas primitivos na atividade agrícola e a existência de imensas áreas incultas²⁹

O plano de saneamento da Baixada Fluminense – que passou a ser executado a partir de 1930 – tinha alguns objetivos principais, entre eles, os de revitalizar a área, incentivar a produção de alimentos e impedir a posse indevida da terra. Todavia a produção agrícola encontrou grandes dificuldades. O surgimento de novos agentes interessados no loteamento e utilização da terra para fins de moradia urbana entraram em conflito com os lavradores que ocuparam a região ao longo do tempo, muitas vezes recuperando terras abandonadas e as tornando produtiva.

Um projeto de saneamento para a região já vinha sendo pensado desde o final do século XIX, mas devido à descontinuidade, falta de verbas e de um plano conjunto, não se obteve grandes alcances. Em 1933, Getúlio Vargas cria a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, que tinha o objetivo de revisar o plano anterior e criar um novo. Como resultado, a comissão criou um plano geral, que previa a realização de obras hidráulicas para melhorar a salubridade e recuperar áreas férteis, impulsionar a colonização e o desenvolvimento da produção agrícola, além do estabelecimento de uma rede de transporte para o escoamento da produção. Em 1936 a comissão é transformada na Diretoria de Saneamento da Baixada, embrião do Departamento Nacional de Obras de Saneamento. O início do plano elaborado pela comissão se deu com a limpeza dos rios e canais de drenagem.

Haviam dois problemas centrais a serem resolvidos: a improdutividade e a apropriação indevida da terra. Para isso, seria necessário mais do que apenas obras de saneamento, mas um plano de obras e colonização. A criação de colônias agrícolas era a solução para a ocupação das terras públicas.

(...) a colonização no Brasil se inseria na retórica estadonovista de construção da nacionalidade, de expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, de conquista do interior do país e de ocupação e recuperação de seus espaços vazios. Visava-se, com o deslocamento controlado da fronteira agrícola a redução de tensões nas áreas mais tradicionais e mais densamente povoadas. Desta forma, procurava-se esvaziar as pressões sociais mantendo-se, ao mesmo tempo, nestas áreas, as estruturas de dominação e de poder. (GRYNSZPAN, 1987, p. 43-44)

²⁹ Idem p. 28

Os núcleos coloniais correspondiam a essa necessidade de controle do território e estímulo à produção agrícola como forma de reverter o desemprego, a depressão econômica dos anos 30 e a “crise de abastecimento alimentar urbano” após a Segunda Guerra Mundial.³⁰ Foi na “Baixada” que foram realizadas a maioria das obras de saneamento e foram criados a maioria dos núcleos coloniais. Tiveram início no Rio de Janeiro em 1930 com o Núcleo Colonial de Santa Cruz (na área da fazenda nacional de Santa Cruz arrendada a criadores de gado e plantadores de arroz).³¹ Na década de 1940 se estendeu para Itaguaí e posteriormente para Tinguá (Nova Iguaçu) São Bento (Duque de Caxias) Santa Alice (Itaguaí) e Papucaia (Cachoeira de Macacu). Até 1955 foram criados sete núcleos coloniais no estado. Dessa forma, a “Baixada”, aqui entendida como o grupo de regiões que circulam o centro, era onde estavam localizados todos os núcleos coloniais do estado. Devido a sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, a região seria a mais indicada. Conforme Mario Grynszpan,

(...) procurar-se-á, aqui, afirmar uma vocação agrícola para toda a Baixada Fluminense e, principalmente, para a Baixada, destinada a ser um cinturão verde, ao mesmo tempo em que se promove a industrialização em outras regiões do estado do Rio. (GRYNSZPAN, 1987, p. 47).

Em 1938, foi criado o departamento de Divisão de Terras e Colonização (DTC), vinculada ao ministério da Agricultura, órgão que dirigiria as colônias agrícolas incentivando a produção, concedendo terras aos lavradores e fornecendo assistência para que tivessem condições de desenvolver a produção. De acordo com essa política foi criado o Decreto-Lei nº 893, de 26 de novembro de 1938, que dispunha sobre as regras para o aproveitamento da Fazenda Nacional de Santa Cruz, e de outros imóveis da união na Baixada Fluminense que haviam sido beneficiados pelas obras de saneamento.³²

A União, porém, não tinha noção do número de ocupações na região, e nem um registro seguro do seu real patrimônio. O decreto lei nº 893 também buscava regularizar essa situação, previa que o Estado se apropriaria das terras que estavam no plano de colonização, incluindo as que estavam ocupadas e as terras que os donos não conseguissem comprovar a sua posse. A união transferiu para as diversas categorias de

³⁰ CARNEIRO, Maria José. Campo Aberto. O Rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria 1998 p. 43-44

³¹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.) Ditadura, conflito e repressão no campo... Op.cit. p. 53

³² GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política* Op. cit... p. 44

trabalhadores rurais a obrigação de comprovar a propriedade da terra.

No segundo governo Vargas, houve a tentativa de retomada dessa ação, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC 1954), que tinha o objetivo de orientar a migração e colonização e permitir maior acesso a pequena propriedade. Foi um ato importante ao criar uma política de âmbito nacional, porém teve uma ação pouca expressiva, com dificuldade de regularizar as terras. A falta de prioridade dada ao setor no governo Juscelino Kubistchek reduziu ainda mais as ações do órgão.

Os objetivos propostos pelo plano de obras e pelo projeto de colonização não foram alcançados. Os núcleos coloniais enfrentaram problemas, entre eles, a dificuldade do governo de regularizar a posse das terras. Ações judiciais eram promovidas por pessoas expulsas de suas terras contra o governo, que se prolongavam na justiça criando impasses para a criação dos núcleos coloniais. O interesse na especulação imobiliária se constitui em um impasse para a reprodução das relações de trabalho e noção de propriedade, que se estabeleceram em diversas áreas da Baixada Fluminense, ocupada ao longo de décadas por ondas migratórias em direção a o sudeste. Provocando uma mudança nas relações de trabalho que constituíam a tradição de ocupação de terras na região, intensificando as disputas entre as diversas categorias de trabalhadores rurais, grileiros, proprietários, e grupos empresariais que passavam a investir na região. Apesar do estado do Rio de Janeiro ser predominantemente agrícola no período analisado, houve uma queda na produção de alimentos de 35% entre 1940 e 1950. A população urbana teve um crescimento de 10% entre 1940 e 1950, chegando a 60% da população em 1960³³. Aumentava também o índice de urbanização da Baixada e as áreas rurais das imediações das cidades perdiam suas características. De acordo com os Censos de 1940, 1950 e 1960, é possível perceber que houve um grande aumento do êxodo rural fluminense, com destino a capital e Baixada Fluminense, a partir da década de 1950.

No longo processo de ocupação da Baixada, a indefinição dos limites da propriedade e a falta de comprovação da posse deram margem a disputas, formando o cenário para os conflitos que ocorreram a partir de 1950. Eram raros os documentos sobre as terras. Os poucos que existiam tinham dados imprecisos e era notável a falta de títulos de propriedade. As terras públicas, por sua vez, tinham dificuldade na comprovação de títulos.³⁴

³³ GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro...* Op. Cit 48

³⁴ Idem p. 53

Apesar da colônia agrícola não ter tido o resultado esperado, o processo de ocupação de terras foi complexo e carregado de significados. Os núcleos coloniais foram mais do que um projeto que não deu certo. Em decorrência de sua criação houve um fluxo migratório, em busca de trabalho e moradia, de pessoas do interior do estado, e também de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Nordeste, áreas afetadas pela crise na cafeicultura.³⁵

As obras de saneamento e melhoramentos tornaram a região da Baixada atrativa não apenas para os produtores agrícolas atraídos pelos núcleos coloniais e pela instalação de fábricas, que também demandam a produção de gêneros alimentícios e tiveram impacto na dinâmica fundiária. Além dessa população que chegava na Baixada Fluminense em busca de trabalho e melhores condições de vida, os herdeiros dos latifundiários dos tempos do café e do açúcar, políticos locais e as empresas privadas - que realizavam as obras para o governo, e assim garantiam uma série de direitos sobre a localidade, entre eles o de desapropriação, cobrança de taxas, e colonização- entraram também no processo de disputa pela terra. Os objetivos dos núcleos agrícolas não foram alcançados, a “vocação agrícola” da região foi substituída pela “vocação periférica”.

O processo de ocupação da Baixada Fluminense   bastante complexo, apesar das especificidades locais, não pode ser desvincilhado do contexto nacional. A antiga capital do país, teve um expressivo crescimento urbano e industrial a partir do final do século XIX, com a constru o de fabricas de produtos de alto consumo, como tecidos (a primeira fábrica de tecidos do estado foi instalada em Magé), bebidas, cimento etc. O progresso industrial que seguiu no século XX muda as características da Baixada Fluminense de zona rural para industrial e urbana. Esse processo por sua vez também teve implica es no desenvolvimento da agricultura, como nos casos dos produtos de grande consumo (açúcar, frutas, legumes e verduras). As cidades mais populosas eram as que ficavam próximas a capital federal, devido a maior proximidade do trabalho. A abertura de estradas e ferrovias visava ampliar a possibilidade de deslocamento do trabalhador, medidas como a eletrifica o da Central do Brasil, e amplia o da rede rodoviária (1927 Estrada Rio Petrópolis (atual Presidente Kenedy), 1944 Av. Presidente Vargas, 1946 Av. Brasil, 1951 Presidente Dutra) tiveram impacto na expansão de áreas como Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Se em um primeiro momento a produ o agrícola era considerada

³⁵ MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.) Ditadura, conflito e repressão no campo... Op.cit. p. 54

necessária para o abastecimento, posteriormente a região também seria importante para a criação de imóveis urbanos que receberiam os trabalhadores deslocados do centro.³⁶ Governos estaduais e municipais atuavam com parcerias privadas incentivando, legalmente ou não, o loteamento. Como forma de afirmar a fixação dos trabalhadores na “periferia industrial da capital”, o governo reduzia o custo da produção do trabalho, através da criação de estradas e do controle do custo da passagem.³⁷

Na década de 1930 a mudança política que objetivava a ampliação da participação das oligarquias no poder, também trouxe mudanças sociais importantes. Muitas delas ligadas ao mundo do trabalho. Uma das principais pautas do governo Vargas e seus sucessores foi a industrialização nacional. Para fomentar esse desenvolvimento foram criadas importantes indústrias de base como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN 1941 Volta Redonda RJ), a Vale do Rio do Doce (1942), Refinaria Duque de Caxias (Reduc, no distrito de Campos Elíseos, área pertencente ao INCRA), começou a funcionar em setembro de 1961, formando um complexo petroquímico responsável por 72% da transformação industrial da região em 1970. Os municípios recém-emancipados (Duque de Caxias, em 1943; Nilópolis e São João de Meriti, em 1947) ofereciam incentivos fiscais para a implementação de indústrias, visando o desenvolvimento do território, Duque de Caxias passaria de 133 fabricas em 1953 para 206 no ano de 1960.

A opção industrial imposta imprimiu novos rumos a economia e acelerou o movimento de concentração de capital e de força de trabalho. Os grandes conglomerados urbanos tiveram suas taxas de crescimento populacional aumentadas vertiginosamente. Na cidade do Rio de Janeiro, isso se traduziu especialmente com a expansão da malha urbana na direção dos municípios periféricos da Baixada da Guanabara, particularmente Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti” (ARAÚJO 1982 p. 12)

As periferias das grandes cidades oferecem vantagem na instalação de indústrias, como o preço dos terrenos e a proximidade dos trabalhadores. A consequência da integração da Baixada Fluminense a economia capitalista foi a “concentração em todos os setores”, que afetava no desenvolvimento, ou não, das áreas urbanas e rurais. Houve

³⁶ GEIGER, Pedro Pinchas e RUTH, Lyra dos Santos. Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana na Baixada Fluminense. P.291-315. In Revista Brasileiro de Geografia 1954 p. 300-302

³⁷ MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.) Ditadura, conflito e repressão no campo... Op.cit. p. 102- 103

um crescimento urbano e expansão da fronteira do capital industrial do estado em direção as áreas rurais, que gerou a valorização das terras e aumento da especulação imobiliária.³⁸ Como foi o caso da Companhia América Fabril, em Magé e da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Xerém. Em Duque de Caxias, município emancipado em 1943, o processo de industrialização impulsionado pelo Estado, com a instalação de fábricas, somado a especulação imobiliária, formavam a conjuntura em que se desenvolveram os principais conflitos da região. A FNM, que começou a funcionar em 1944, localizada em Xerém, demonstra essa dinâmica, e está ligada ao contexto geral de relação entre o discurso nacionalista e desenvolvimentista, que se expressava através da constituição de indústrias estatais, e de um projeto de formação do trabalhador nacional, adequado ao modelo industrial de produção.³⁹

A continuidade e formação de novos latifúndios também foi importante para a urbanização da Baixada. As terras passaram a ser adquiridas por pessoas de fora da zona rural, e em tamanho desproporcional a sua capacidade de investimento, o que gerava inúmeras áreas incultas, utilizadas para loteamento.⁴⁰

A valorização ocasionada pelas obras de saneamento teve por finalidade o desencadeamento de uma onda loteadora. A chegada do grileiro, uma figura “desconhecida”, que não tinha vínculo com a terra ou com os lavradores, com o auxílio de autoridades e documentos de origem questionável, ameaçaram não só o trabalho, mas todo modo vida, e as relações sociais, que tinham o trabalho no campo como regulador. O interesse na especulação imobiliária representava um impasse a produção agrícola, era necessário impedir que o lavrador plantasse, preferindo muitas vezes a extração de madeira para fabricação de carvão, do que a formação de lavoura, que poderia se constituir como uma prova da ocupação da terra em processos judiciais.

A dificuldade de acesso a terra dos trabalhadores rurais com a grande incidência dos despejos, colocou em evidencia as relações de dominação que regulavam o acesso a terra. Ainda que o pagamento de taxas para a realização da produção fosse algo comum entre os que foram afetados pelos despejos, a especulação imobiliária que incentivava o loteamento urbano, estendendo sua fronteira em direção a área rural, representava não

³⁸ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). CPDA-UFRRJ, 1982. p. 49

³⁹ RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e sua operaria. O caso FNM*. Rio de Janeiro. Paz e Terra 1989 p. 40

⁴⁰ GEIGER, Pedro Pinchas e RUTH, Lyra dos Santos. *Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana...* Op. Cit. P.308

penas um revés econômico, mas também o fim da reprodução do seu modo de viver. No caso da Baixada a questão da subordinação não foi a motivadora dos conflitos, os lavradores aceitavam pagar pelo uso da terra, reconhecendo assim que eles não eram proprietários. A reação ocorre com a incidência dos despejos que representava o fim do acesso à terra.

Nota-se, de acordo com a bibliografia analisada, que os aspectos econômicos, ligados a perda da terra e do modo de subsistência, se combinam com questões sociais relacionadas a escolha por um modo de vida específico. O que nos leva a adotar a perspectiva da história social, que enfatiza a análise de como os estímulos econômicos influenciam nas ações sociais, levando em conta os conjuntos específicos de normas e valores tradicionais que existem nessa relação.

Dois aspectos foram fundamentais para a resistência aos despejos. Um aspecto foi a interrupção de seu modo de vida, devido a generalização dos despejos em todo o estado, e o outro a interrupção de seu modo de subsistência. O despejo deixava o lavrador numa situação de desamparo, sem ter para onde ir, e como continuar trabalhando. A categoria grileiro, era representante dessa ilegitimidade. Ele simbolizava duas coisas, uma figura desconhecida, que deslegitimava os laços de subordinação construídos, e uma figura que promovia a transformação da terra em mercadoria, dentro da lógica do mercado capitalista e impedia a continuação da produção agrícola na região. Agiam tanto por meio da justiça quanto pela ilegalidade, com auxílio da força policial ou de jagunços. Para os lavradores deixar a terra improdutiva implicava em uma série de questões, representava um prejuízo não só para eles, que ficavam sem trabalho, mas também aos habitantes da cidade, afetados pela alta dos preços e má qualidade dos alimentos. A grilagem impedia que a terra cumprisse a função econômica e social.

Houve no Estado como um todo, um processo de dispensa de trabalhadores rurais, que não conseguiam ser absorvidos por outras fazendas. Um fator importante é que as lutas contra os despejos na Baixada permitiram a absorção dos trabalhadores rurais que vinham sendo dispensados de suas atividades por todo o país, sendo assim não necessariamente os camponeses em luta pela terra na Baixada Fluminense, no período analisado, não ocupavam a região a muito tempo.⁴¹

⁴¹ GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro...* Op. Cit p. 62-63

Em sua primeira fase a Fábrica Nacional de Motores era um empreendimento do Estado, dirigido pela aeronáutica através do modelo militar, que definia a relação de trabalho e a forma de dominação patronal. A fábrica foi construída no contexto da Segunda Guerra Mundial, para a fabricação de motores de avião, sendo considerada área de segurança nacional, que conferiam uma oficialidade na imposição de uma relação de trabalho militarizada.⁴²

A direção da fábrica tinha um grande projeto, de ser um modelo para o país, de formação do “homem novo”, adaptado ao modelo de produção industrial e as relações de capital trabalho, necessárias ao modelo político e econômico que se pretendia atingir. Era um discurso ideológico sobre a força de trabalho, que estava de acordo com a ideia de modernidade e democracia do Estado Novo. A noção moral do trabalho, oriunda da classe dos diretores e da ideia de nação defendida pelos políticos do estado novo, era realizada através do presidente da fábrica, no enquadramento do trabalhador no princípio de educação técnica e disciplinar, voltado para a indústria, e nas relações sociais, na tentativa de manter uma aparente harmonia entre as classes. A própria ocupação do espaço fazia parte dessa concepção de progresso, de dominação da natureza, de processo de “civilização”. O projeto do brigadeiro envolvia a construção de uma cidade autossuficiente (cidade dos motores) em alimento, serviços, produtos, lazer, capaz de abrigar os funcionários e fornecer os insumos necessários a sobrevivência, já que a região era pouco habitada e carecia de serviços como, mercados, escolas e hospitais. A área da fábrica era de aproximadamente 5 mil hectares, o que indicava a preocupação em ocupar o espaço, não só com a fábrica, mas com outras atividades produtivas que envolviam a manutenção de áreas rurais, para concretizar o “processo de autarquização”.⁴³

Ao estudar a Companhia América Fabril em Magé, Felipe Ribeiro a caracteriza como “fábrica-fazenda”, que tinha como características a dupla funcionalidade de produção de produtos, agropecuários e fabris, juntamente com a construção de vilas operárias, formando uma reserva de mão de obra e o exercício do domínio sobre a vida dos moradores da vila.⁴⁴

⁴² Os operários tinham certificado de reservistas e serviam na fábrica, os que abandonavam o trabalho eram considerados desertores, e havia a aplicação de punição com prisão. RAMALHO, José Ricardo. Estado-Patrão e sua operaria... Op. cit p. 64

⁴³ Idem p. 51

⁴⁴ RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Tese apresentada ao Centro de Pesquisa e

Na FNM Foram contratados funcionários de diversos níveis técnicos, a população da área rural foi empregada majoritariamente na construção da fábrica e da cidade operária, e para produzir alimentos nas áreas rurais da fábrica (esses últimos eram conhecidos como colonos). Esses primeiros trabalhadores, da construção, vinham de regiões do estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, o que os atraíam eram as condições de trabalho, a estabilidade, o acesso a assistência, e as garantias de um trabalho formal. Ressalta Ramalho que muitas vezes essas condições se superaram a relação de trabalho e ao rígido controle a que eram submetidos os trabalhadores, mesmo fora do espaço da fábrica e em seu tempo livre.⁴⁵

Uma das atividades principais era a produção agrícola, isso envolvia a distribuição de contratos para a utilização da terra. A fábrica cedia os terrenos para produção e ficava com a maior parte obrigatoriamente, estabelecendo uma relação tipo de parceria através do pagamento da meia e terça. Também tinha uma categoria que exercia funções na lavoura e na fábrica, o que tornava a relação de trabalho mais complexa. Muitos dos trabalhadores da fábrica tinham uma origem nas áreas rurais, e mesmo trabalhando como operários mantinham roças particulares, para alimentação própria. A atividade agrícola se constituía em uma importante forma de complementar a renda, e municípios como Magé que se consolidavam como zona industrial, não deixavam de promover a produção agrícola.

O tamanho da área a ser ocupada e o projeto de autossuficiência fazia da ocupação efetiva do território algo vital para a implementação do plano. Nesse processo de ocupação da FNM, o controle da fábrica sobre o espaço, as áreas rurais e as vilas operário, teve variações nas diferentes administrações, passando de um rígido controle das terras ocupadas, para uma fase onde o controle sobre as terras era menor, permitindo o repasse de terras a pessoas que não faziam parte necessariamente do seu quadro de funcionário, sem o intermediário da fábrica.

Esse projeto gerou grande impacto na dinâmica fundiária da região, promovendo a valorização das terras e o aumento da população. Os principais conflitos que ocorreram no município no período analisado se deram nas áreas em torno da fábrica. Os cinco mil hectares foram desapropriados e obras de saneamento foram direcionadas a área para

Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC para obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais. 2015 P. 47

⁴⁵ RAMALHO, José Ricardo. Estado-Patrão e lua operaria... Op. cit p. 48

viabilizar o empreendimento. Apesar da fábrica, nos conflitos que ocorreram nas terras próximas a instalação, não reivindicar essas propriedades, não sendo o agente direto envolvido nos conflitos, ela contribuiu para a transformação da dinâmica da região, pela melhoria promovida nas condições de habitação, pela ampliação da oferta de trabalho, ligados direta ou indiretamente a atividade da fábrica, e a possibilidade de adquirir terras.

O movimento sindical na FNM se impulsionou com a entrada de militantes do PCB, em um recrutamento de operários na década de 1950. A presença desses mais “experientes politicamente” levantou as contradições existentes entre as classes⁴⁶, fazendo aparecer “pela primeira vez a força política dos trabalhadores”. Se instaura uma atmosfera de intranquilidade, em que as reivindicações passaram a ser levadas em consideração.

O sindicato promovia a “politização das relações de classes no cotidiano”, foi conquistando espaço, chegando a controlar a produção e promover espaço de debate e reivindicações, como foi o caso do “bafo da onça”, impondo uma nova lógica da relação de trabalho. A área rural em torno da fábrica também era preocupação do sindicato. Existia uma proximidade política entre operários da fábrica e a população rural do entorno (que lutava contra as desapropriações), o sindicato agia no sentido de fazer uma colaboração, que foi muito temida pelos militares após o golpe de 1964. José Ricardo Ramalho indica que havia uma solidariedade nos casos de despejo que aconteciam no entorno. Sobre o episódio na Fazenda São Lourenço, segundo depoimentos recolhidos pelo autor;

Há referências ao episódio da chamada Fazenda São Lourenço, em que a polícia militar foi convocada para desalojar os trabalhadores. “Havia realmente essa solidariedade dos operários da fábrica com os trabalhadores da região. Nós, inclusive, participávamos das assembleias deles.” (RAMALHO 1989: P. 158/159)

A troca entre trabalhadores operários e camponeses contribuiu para consolidar uma forma de resistência organizada aos despejos. As identidades trabalhador rural e operário devem ser percebidas com fluidez. Muitos personagens em sua trajetória combinaram a vida como trabalhador rural e urbano, muitas lideranças camponesas

⁴⁶ Idem p. 149

tiveram experiência em sindicatos operários, no próprio sindicato da FNM. Por conta da proximidade com o meio rural, esse sindicato tinha sua ação voltada para a colaboração entre os dois setores. A relação entre operário e camponês é chave fundamental de análise dos conflitos que ocorreram em Xerém a partir de 1950.⁴⁷ Os operários eram solidários as ocupações da década de 1960, as tentativas de barrar os despejos, se manifestavam a favor das mobilizações, sediam seus espaços para realização de reunião e se dispunham a participar de forma presencial nas resistências e ocupações, e na realização de greves. A aliança era buscada como forma de fortalecer a organização camponesa e evitar o isolamento.

1.3- Conflitos agrários em Duque de Caxias. Um histórico com foco nas relações conflitivas.

Algumas desapropriações foram realizadas através do Plano Agrário, durante o governo de Roberto Silveira e seus sucessores (Celso Peçanha e Badger da Silveira). Entre 1959 e 1963 foram desapropriadas 18 áreas em todo estado, sendo que 11 pertenciam a Baixada. Em Duque de Caxias foram desapropriadas as fazendas Penha-Caixaão, Piranema, Capivari (Decreto nº 51.905, de 19/04/1963, retificado pelo Decreto nº 52.320, de 02/08/1963)⁴⁸, e São Lourenço. Com exceção de São Lourenço e Piranema as terras desapropriadas em Duque de Caxias antes do golpe militar foram devolvidas aos supostos proprietários.⁴⁹

O posicionamento da FNM sobre o conflito era de que as invasões eram promovidas por pessoas desconhecidas dos camponeses e arrendatários que ocupavam as terras, pessoas de fora. A fábrica admitia a permanência dos lavradores que ocupavam as áreas rurais da fábrica a algum tempo, mas não admitiria novas ocupações. Apesar dos diversos decretos desapropriando as terras que ficavam próximas a fábrica, a situação dificilmente era regularizada, devido a constante contestação do valor do depósito.

⁴⁷ MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.) Ditadura, conflito e repressão no campo... Op. Cit. P. 110

⁴⁸ Na Baixada além das fazendas do município de Duque de Caxias também foram desapropriadas terras em: São Pedro e Tenente Pacheco, em Nova Iguaçu; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; Santa Alice, em Itaguaí; Vargem Grande, em Itaboraá e parte em Cachoeiras de Macacu; e Rio do Ouro e Cachoeiras, em Magé. GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro...* Op. Cit p. 195 196

⁴⁹ OLIVERIA, Rafael Soares de (coord.). *Unidade e prática da fé: pastoral da terra em Xerém/* Op. cit P 17

As terras da Fazenda Capivari ficavam próximas a FNM e a Fazenda São Lourenço, a Companhia Enco alegava ser proprietária das terras, tinha como objetivo realizar um projeto de loteamento, e moviam uma ação na justiça para desapropriar os posseiros que ocupavam a região. O conflito é uma demonstração da heterogeneidade das disputas por terra na Baixada Fluminense. Nesse território que vivia um processo de expansão urbana, além dos fazendeiros e camponeses também estavam presente os grupos empresariais.⁵⁰

Em decorrência de um despejo realizado na região em 1955, os posseiros com o apoio da Associação de Lavradores Fluminenses (ALF) organizaram a ocupação do Campo de São Bento em Niterói, durante um mês, que contou com o apoio dos moradores das redondezas e dos sindicatos operários da cidade. Como tentativa de solucionar o problema, o governo do estado ofereceu desapropriar terras aos lavradores em Casemiro de Abreu, mas muitos não aceitaram, e depois de constatada a falta de qualidade das terras, retornaram a ocupar a fazenda Capivari. O retorno a Xerém se deu por volta de 1960, durante o governo de Roberto da Silveira (PTB). Assim como ocorria em outras regiões, a decisão em reocupar a terra é característica desse momento de transformação do padrão de luta. Até então a principal forma de enfrentamento dos desejos era a tentativa de regularizar a posse da terra com base na lei de usucapião. A falta de resultados levou a necessidade da adoção de uma nova estratégia, agora centralizada na reivindicação de desapropriação das terras em litígio.⁵¹

Os conflitos permaneceram por muito tempo na região, novas ações de despejo foram realizadas, pois a posse não chegou a ser regularizada. Em novembro de 1961 houve uma tentativa de expulsão que não chegou a ocorrer, mas em julho de 1962 um novo decreto de despejo resultou na expulsão de 300 lavradores, com saques e demolições. Apesar de através da solicitação do Secretário de Trabalho e Justiça Social do governo do estado, conseguirem a suspensão da ação, tropas de choque se mobilizavam para a região, até que o governo federal através do SUPRA desapropriava as terras de Capivari, Penha Caixão, Mato Grosso e Piranema, porém a companhia não interrompe o

⁵⁰ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (org.). *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro 1946 1988* p. 271

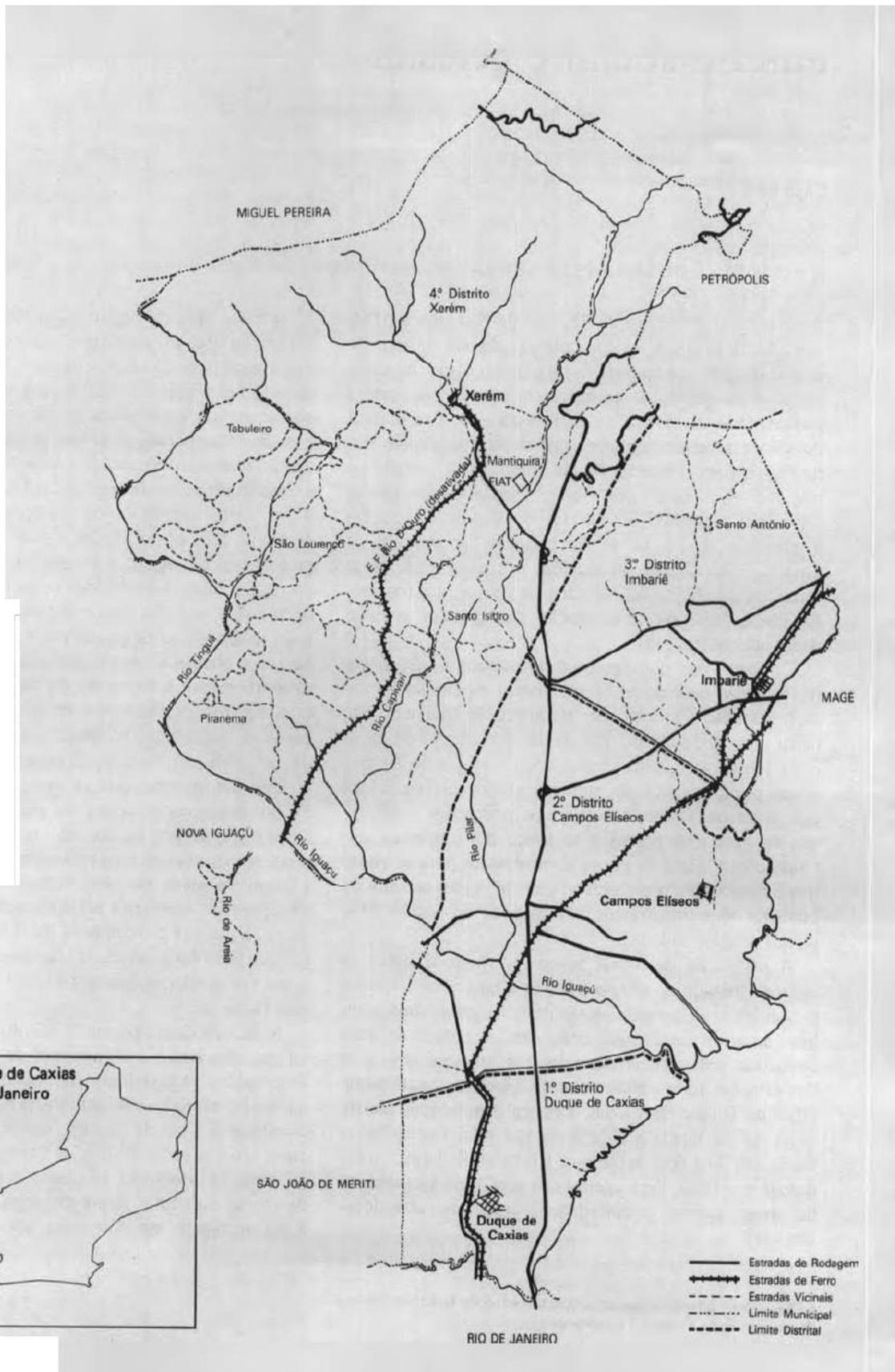
⁵¹ PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982. P. 32

processo judicial, e permanece financiando milícias privadas para oprimir os lavradores, o que gerou novos conflitos em 1963.⁵²

Como havia um despejo marcado, mesmo com a realização do depósito da indenização pelo SUPRA, foi organizada uma ocupação em Capivari, com o apoio de lavradores de Piranema e Penha Caixão, em que os posseiros abriram trincheiras e esperaram armados a chegada da polícia, parecido com o que havia ocorrido na fazenda São Lourenço em 1961. Inicialmente era a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro que liderava a organização em Capivari e nas fazendas adjacentes, depois a liderança passou a ser exercida pelo padre Aníbal Magalhães, figura controversa, usava coerção e a realização de saques na sua ação no campo. A postura do padre era utilizada pelas autoridades para deslegitimar a luta dos camponeses. Assim como no caso da fazenda São Lourenço, a FALERJ não era favorável ao confronto armado, preferindo a ação pelas vias legais. Agiam tentando alertar os lavradores que o depósito para desapropriação havia sido realizado, e que os lavradores deveriam aguardar o comando da federação.

Em resposta ao movimento em Capivari o governo federal enviou forças da polícia militar e do exército para a região. Apesar dos esforços para acalmar a situação, e mostrar que a desapropriação estava sendo regularizada, por conta do cerco policial o conflito se agravou. O movimento só se desarticula com a prisão de Aníbal Magalhães.

⁵² ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. Cit. P 120 - 121



- Estradas de Rodagem
- +— Estradas de Ferro
- - - Estradas Vicinais
- Limite Municipal
- - - - Limite Distrital

Os despejos em Capivari tinham ligação com os despejos das fazendas Penha-Caixão e Piranema. Segundo matéria do jornal *Imprensa Popular* ⁵³ no dia 06 de julho de 1952 o grileiro Orlando José Ferreira, ligado a Emílio Horvitz, resolveu despejar camponeses na fazenda Capivari, no quilometro 43 do ramal de Xerém. Os camponeses recorreram ao sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, que enviou um memorial com quase 200 assinaturas a Getúlio Vargas. Ainda segundo matéria, devido a conveniência do poder público com a ação dos grileiros na Fazenda São Lourenço em 1951, outros grileiros resolveram realizar despejos. Mário de Almeida, teria inventado o nome de Fazenda Penha e Caixão para 41 umas fazendas localizadas em Duque de Caxias, e começou a ameaçar os moradores de despejo.

José Pureza da Silva, importante liderança do movimento, atuou em diversos conflitos, trabalhava em Penha-Caixão no momento que se iniciou o despejo. Se estabeleceu na região através do contato com Américo Vespúcio, que se apresentava como dono da fazenda. Segundo Pureza os verdadeiros grileiros eram pessoas de fora e Vespúcio apenas um representante.

Os despejos eram horríveis, assistíamos nossas crianças serem jogadas pelos braços para o terreiro e perdíamos o pouco que tínhamos. As casas dos camponeses em Xerém foram derrubadas e suas telhas levadas pela polícia. Roubaram de tudo: o milho já debulhado, o que estava na roça para colher, e até a máquina de costura das nossas mulheres, adquirida com tanta dificuldade. Não tínhamos o direito de ficar nem com a criação de galinhas e outros bichos. (PUREZA 1982:30)

Em 1954 houve a expulsão de 400 famílias em Penha Caixão. Diante do despejo a ALF, recorreu ao juiz da Comarca, que lhe deu ganho de causa. Porém do dia da reintegração de posse, policiais espancaram e expulsaram os lavradores. A associação continuou recorrendo ao juiz, e os lavradores foram reocupando as terras lentamente, até que em abril de 1955, foram novamente despejados. Em 1962 houve novo despejo impulsionado pela mesma companhia que promovia os despejos na fazenda Capivari. O despejo foi novamente suspenso temporariamente depois de realizado um protesto na Assembleia Legislativa. ⁵⁴

⁵³ Centenas de camponeses expulsos de suas terras”. *Imprensa Popular*. 27 de setembro de 1952 Edição 1280 p. 4

⁵⁴ GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política...* Op. Cit p. 155

Em Piranema também ocorriam despejos em 1954, e os lavradores declaravam estarem prontos para reagir caso a ação não fosse suspensa.⁵⁵ As terras não tinham um proprietário reconhecido, eram terras abandonadas que foram ocupadas por camponeses ao longo do tempo. Em 1960 um grileiro aciona uma ação de despejo e propõe aos lavradores que permaneçam na terra mediante o pagamento da meia parte da sua produção. Em agosto de 1961 “praticamente coincidindo com a luta na fazenda São Lourenço”⁵⁶ organizaram uma resistência armada, comandada pela ALF que consegue adiar a expulsão.⁵⁷

Algo que deve ser ressaltado no caso dos conflitos da fazenda Piranema é que não apenas os sem-terra participavam das ocupações. Um cadastro realizado em 1964 contabilizou 222 posseiros, eram 97 fluminenses e o restante de outros estados, 38 tinham outras terras e 49 profissões como motorista, feirante, militar etc. Muitas dessas pessoas que estavam vivendo na cidade eram do campo, e viam nas ocupações a oportunidade de retornar. Independente da intenção da pessoa ao integrar a ocupação essa variedade revela que aquele movimento representava uma possibilidade de inversão do êxodo rural.⁵⁸

Diferentes das outras fazendas abordadas Pedra Lisa ficava no município de Nova Iguaçu, ocupada por posseiros pelo menos desde a década de 1940. Antes das obras de saneamento realizadas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), a área não era de interesse dos grileiros, muito por causa das epidemias de febre amarela.⁵⁹

Existia um movimento de ocupação da região organizado por uma comissão de lavradores liderados inicialmente por Zé Matias, que arregimentavam as pessoas e organizavam a ocupação em Pedra Lisa e São Pedro. Um dos primeiros a atuarem na organização das ocupações no município, agia por conta própria sem a interferência de partidos. Distribuía os lotes igualmente, em média 3 hectares, e procuravam ajudar na permanência dos ocupantes adotando medidas como o pagamento de uma pensão, que os posseiros poderiam recorrer em casos específicos. Os recursos não eram muitos, mas

⁵⁵ Idem p. 152

⁵⁶ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. Cit. P 107

⁵⁷ OLIVERIA, Rafael Soares de (coord.). *Unidade e prática da fé: pastoral da terra em Xerém/* Op. cit P 16

⁵⁸ GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro...* Op. Cit p. 177/179

⁵⁹ Sobre a ocupação em Pedra Lisa ver SILVA, Bráulio Rodrigues. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008. P. 21 a 27

ajudavam. Esse tipo de atitude contribuía coma a formação dos laços de solidariedade entre os lavradores que se organizavam nesse movimento de ocupação de terras.

Os lavradores enfrentavam conflitos com pessoas interessadas nas áreas de mata da fazenda. Muitas pessoas de fora invadiam com finalidade de extrair lenha para fabricação de carvão. Zé Matias era contra a derrubada da mata, e também contra a investida dos grileiros. Dizia possuir uma ordem do presidente Marechal Dutra, num papel “sem decreto sem nada” autorizando os lavradores de Pedra Lisa a trabalharem em suas lavouras, mas impedia a invasão das terras para produção de carvão e a intervenção de grileiros. O documento era apresentado muitas vezes por Zé Matias nos momentos de embate, contribuindo para amenizar a situação.

Segundo Bráulio Rodrigues grande quantidade das pessoas que ocuparam a região nessa época permaneceu por muito tempo. Muitos despejos eram realizados, mas os lavradores voltavam a ocupar a terra em seguida. A Associação de Lavradores de Pedra Lisa foi criada em 1948, e teve um papel muito importante na articulação das lutas pela terra que aconteciam no estado, e também foi uma das primeiras associações de lavradores.⁶⁰

Em 1956 em resposta a uma tentativa de despejo, os lavradores chegaram a tomar medidas drásticas e se armaram de facões, foices, enxadas e espingardas, atitude reconhecida como forma de defesa em relação ao despejo⁶¹. Em consequência no conflito foi realizada uma reunião com o presidente da associação de Pedra Lisa, os supostos proprietários que reivindicavam a propriedade, um representante do Ministério da Agricultura e da imprensa. Os ocupantes argumentavam que as terras eram públicas, e as ações de despejo, portanto ilegais. Em decorrência da reunião ficou acordado que os despejos estariam suspensos até que o caso fosse julgado. (os posseiros também se reuniram em 1957, com o ministro da agricultura). Em 1958 o governo do Estado decreta a desapropriação de duas glebas que compunham Pedra Lisa: Santo Antônio do Mato e Limeira.

A Associação de Pedra Lisa tinha uma dinâmica política, atuava em outras regiões do estado, marcando a articulação entre as lutas. Como pode ser percebido no caso da

⁶⁰ Idem p. 23

⁶¹ GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro...* Op. Cit p.153

ocupação do Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí em 1962. A referida associação enviou uma comissão de lavradores para auxiliar na ocupação. A comitiva foi recebida a tiros pela polícia, deixando um lavrador ferido gravemente, e levando todos os outros a prisão. Na ocasião Irênio de Matos, executor do Plano Piloto de Ação Agrária do Governo do Estado, tentou intervir para libertação dos lavradores, o que resultou na sua prisão, acusado de fazer mobilização contra a polícia. Ele e os lavradores foram enquadrados na lei de segurança nacional, permanecendo 26 dias presos.

Com o apoio da associação de Pedra Lisa, organizaram uma assembleia, onde foi decidido que as ocupações em Santa Alice continuariam, mesmo se fosse preciso adotar uma estratégia armada.⁶² Em 1963 a região é desapropriada pelo SUPRA. Após a desapropriação Bráulio Rodrigues sofre uma tentativa de assassinato, realizada pelo grileiro junto com seu grupo, que foram até a fazenda. Como não o encontraram o grupo ameaçou os lavradores, impedindo-os de realizarem suas tarefas. O grileiro foi denunciado ao DOPS e teve sua entrada na região impedida.

A mobilização de Pedra Lisa foi um dos primeiros movimentos organizados de ocupação, que resultou em desapropriação, a primeira realizada pelo governo estadual na região, em 1958, que não chegou a ser efetivada.⁶³ Também foi responsável pela criação de uma das primeiras associações de lavradores do estado, a Associação de Lavradores de Pedra Lisa em 1948, que como mencionada anteriormente teve grande importância na organização em todo estado, como no caso de Santa Alice.

Em Duque de Caxias a partir de 1949 foi formada uma “comissão de defesa dos lavradores”, liderada por José Pureza da Silva, com o objetivo de defender a “todas as camadas de camponeses, tais como, os posseiros, meeiros, terceiros, arrendatários, pequenos proprietários, peões, colonos, etc.” A comissão foi pioneira no estado a se voltar para a amplitude das categorias de trabalhadores rurais. Já existia o Sindicato do Trabalhadores Rurais de Campos, mas se dirigia aos trabalhadores empregados na produção de cana.⁶⁴ Mais tarde, em 1952 após os despejos ocorridos na fazenda São

⁶² Bráulio Rodrigues. *Memórias da Luta pela terra... Op cit.* 32

⁶³ ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In SIGAD, Ligia; ERNANDEZ Marcelo e ROSA Marcelo. *Ocupações e campamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010. P.144

⁶⁴ SOARES, Felipe Vieira. *O campo na luta por seus direitos: uma análise sobre a relação entre os trabalhadores rurais campistas e os direitos trabalhistas no Rio de Janeiro durante o período democrático (1945-1964)* – 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

Lourenço a comissão é transformada na Associação de Lavradores Fluminenses, que tinha o objetivo de atender os lavradores em luta em todo o Estado.⁶⁵ A associação de Pedra Lisa em Nova Iguaçu, e a ALF em Duque de Caxias, foram umas das primeiras entidades de organização dos lavradores em luta no estado, surgiram da necessidade de se defender das ações de despejos e tinham como principal objetivo atender as diversas categorias de trabalhadores rurais que estavam sendo afetados pela grilagem de terras.

Os eventos analisados não constituem a totalidade dos conflitos agrários que ocorriam em todo estado e no país. Me limitei a abordar as regiões que tinham alguma conexão com a Fazenda São Lourenço, regiões próximas, cujo contexto é compartilhado. Podemos perceber que o desenvolvimento de um complexo empresarial teve impacto direto na dinâmica da região. Questão importante a ser destacada, tendo em vista os conflitos abordados é a diversidade do perfil dos conflitos e de formas de resistência que se desenvolveram. Que muitas vezes combinavam formas de ação como a ocupação de espaços públicos, reivindicação na justiça e ocupação e resistência armada.

Nos casos analisados as demandas por terra só foram atendidas pelo poder público mediante a ameaça do uso da força física. Trata-se de um ponto de mudança marcante no processo de mobilização camponesa no pré 64. Foi nesse momento, em que começaram a afirmar suas intenções, colocando em jogo sua própria vida, que tiveram respostas mais efetivas do poder público.⁶⁶ A resistência armada, como repertório de ação contra a grilagem de terras, se efetiva a partir do despejo ocorrido na Fazenda São Lourenço, em agosto de 1961, de forma que o episódio é apontado como um marco desse padrão de luta ao “conferir maior poder de ameaça” as resistências aos despejos posteriores.⁶⁷

Em Duque de Caxias também houve conflito na fazenda Mato Grosso área da união, ocupada por posseiros, em 1956 que passaram a sofrer ameaça de expulsão por Tupynambá de Castro, ex-subdelegado acusado de grilagem. Posseiros recorreram à justiça contra as ameaças sofridas, o que desencadeou uma onda de represálias, que resultou na morte de um lavrador e no espancamento de vereador. Foram acusados de participar do espancamento Américo Vespúcio Alvarez, na época

⁶⁵ ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras... Op. Cit. p. 145

⁶⁶ Idem p. 192

⁶⁷ GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro...* Op. Cit p. 161

subdelegado, Tupynambá de Castro, um juiz de paz, o presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias.⁶⁸

Em Tinguá, localizado entre Nova Iguaçu e Duque de Caxias ocorreram ocupações de terras nas Fazendas Reunidas (Cachoeira, Bembeca e Macedo), por arrendatários que estavam sendo ameaçados de despejo, e recorriam na justiça pelo reconhecimento de uma desapropriação decretada em 1947, após o fim do Núcleo Colonial de Tinguá, cujo a indenização não foi paga, e em julho de 1961 foi revogada por Jânio Quadros. Em resposta a ameaça de despejo os lavradores em outubro de 1961 bloquearam os acessos a fazenda, e se mostraram dispostos a resistirem até as últimas consequências. Continuaram ocupando a área e enfrentado os jagunços, mas acabaram expulsos. Em 1962 foi realizado uma ocupação na reserva Florestal de Tinguá, feita por lavradores e comerciantes, que agiram rapidamente no preparo para distribuição dos lotes. A ocupação cresceu chegando a Xerém, não contou com apoio da FALERJ, e acabaram por ser expulsos pelo exército. Na Fazenda Barro Branco, em Imbarie 3º distrito de Duque de Caxias e Fazenda São Nicolau Rio do Ouro 4º distrito de Magé, tiveram a participação de tropas do exército, que acamparam no local para controlar a ocupação e expulsar lavradores.

Na Fazenda São João da Boa Morte, em Cachoeira de Macacu, a área havia sido desapropriada por Roberto Silveira, mas sem efeito, a exploração da terra e expropriação dos lavradores continuaram. Ocorre uma rebelião em setembro de 1961, Homens armados bloquearam o acesso a fazenda, efetivando a ocupação. Liderados por Francisco de Assis e Mario Besser, ligados as liga camponesa local, única que teria existido no estado. O episódio teve grandes proporções, quatro grileiros foram presos e passaram por espécie de tribunal que pedia a execução, o que não chegou acontecer. O movimento foi sufocado após a prisão de Mario Besser.⁶⁹

⁶⁸ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. Cit.55

⁶⁹ Idem, sobres os conflitos mencionados ver “a luta no 2º “momento” (após a São Lourenço). - a partir da página 107

Capítulo 2 –Organizações camponesas na Baixada Fluminense.

A década de 1950 e 1960 tem sido identificada como um marco para o movimento camponês no Brasil. Momento em que a questão agrária ganha visibilidade nacional, e as lutas se articulam em torno da demanda pela reforma agrária. A participação política do campesinato que se consolida nesse momento é resultado da convergência de uma série de fatores, como o debate sobre o papel da agricultura e das relações de trabalho e produção no desenvolvimento nacional, a importância da população rural como eleitorado e a atuação de forças políticas influenciando diretamente na organização camponesa.

Dentre esses fatores mencionados ganha destaque neste capítulo a organização camponesa na Baixada Fluminense, que toma formas específicas principalmente através das associações de lavradores. Pensar a organização camponesa também é pensar a atuação desse grupo, historicamente excluído dos círculos oficiais de poder e que tem sua luta por igualdade social invisibilizada sob estigmas de atraso e incapacidade, enquanto um movimento social, na luta por direitos e por uma sociedade menos desigual. O campesinato brasileiro tem como uma das características fundamentais a falta de acesso à terra, e a luta contra a expropriação constante.¹ Apesar da década de 1950 ser considerada um marco na consolidação política do grupo, a ação pela permanência na terra ocorre desde tempos mais remotos.² Através da luta desenvolvem sua prática política, buscando formas de organização e lutando por direitos mesmo quando lhes eram negados, construíram o caminho pelo qual puderam avançar grupos sociais historicamente excluídos dos círculos oficiais de poder.

O presente capítulo analisa depoimentos de lavradores, registrados em entrevistas no acervo do O Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP). Procuraremos analisar a forma de surgimento e atuação das Associações de Lavradores, o posicionamento dos entrevistados em relação às formas de organização, e de como eles se utilizavam dos diferentes agentes presentes no campo para

¹VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2.Ed. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974 p. 128

²Sobre a ocupação territorial no Brasil, Marcia Mendes Motta diz que houve um amplo processo de apossamento, que opunha sesmeiros, os que possuíam o título da terra, e os posseiros, que ocupavam as terras, sem possuírem títulos. Essa disputa entre os que possuíam ou não o título da terra se tornou num elemento central nos processos de territorialização brasileira, que tem reflexos nos conflitos agrários da contemporaneidade. (MOTTA 2017: 114)

encaminharem suas demandas, entendendo a ação dos camponeses como parte de uma longa trajetória dos movimentos sociais na busca por direitos.

A análise dessas “memórias subterrâneas”, é importante na desconstrução de narrativas oficiais, e de estereótipos formados por enquadramentos, que ainda projetam nos movimentos de distribuição da terra o estigma de atraso, e criminalização.³ Destacamos, igualmente, o papel crucial da memória na formação das identidades individuais e coletivas, e na visibilidade e percepção da existência de grupos como os camponeses, muitas vezes visto como uma etapa a ser superada. Esperamos que essas memórias possam contribuir para a avaliação de questões contemporâneas, transformando o passado “em princípio de ação do presente”. A memória construída então como uma necessidade do presente sai da esfera individual para entrar na pública como forma de reivindicação.⁴

2.1- Questão Agrária e relação operário-camponês

A atuação de forças como o Partido Comunista do Brasil (PCB), das Ligas Camponesas, de figuras políticas locais, juntamente com a atuação do Estado e da Igreja Católica são muito importantes para compreender as formas de organização camponesa na Baixada Fluminense, e no país como um todo. Foi um período marcado pela disputa entre essas forças pela hegemonia na diretriz movimento, sinalizando a relevância da luta dos trabalhadores rurais no cenário político brasileiro.⁵

Para Ângela Kageyama⁶ a questão agrária está relacionada à forma injusta e desigual da distribuição da terra. Mais que uma questão fundiária, é uma questão populacional, que causa pobreza e êxodo rural. Segundo Stédile, "Na História, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra”.⁷ Na década de 1950 o debate sobre a questão agrária ganha amplitude nacional, ocupando os espaços acadêmicos e políticos. O tema foi debatido

³ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989. 17

⁴TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2002

⁵GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987

⁶KAGEYAMA, Angela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, v.23, n.3, p.5-17, 1993.

⁷STEDILE, João Pedro (org.), *A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2012 p. 17/18

amplamente ao longo de muitos anos. No período analisado a disputa central se fazia em torno da tese que caracterizava a estrutura agrária brasileira como resquício do feudalismo. A crise do modelo econômico agroexportador levantava as discussões sobre o papel da agricultura na economia brasileira, e a necessidade de mudanças na estrutura agrária, nas relações de produção e trabalho. As diferentes definições dessas questões também representavam diferentes propostas de caminhos para sanar as demandas da população rural.

O principal defensor do “mito do feudalismo” era o Partido Comunista do Brasil (PCB). Segundo a tese, Brasil e América Latina herdaram as estruturas feudais europeias, que se perpetuaram em um sistema socioeconômico ultrapassado, e que impedia seu desenvolvimento. A base da tese da transposição do feudalismo é a dualidade da sociedade, em que campo e a cidade são setores independentes, posicionados em lugares diferentes na escala de desenvolvimento. Essa perspectiva desenvolvimentista encarava como dicotômica os fatores de desenvolvimento e subdesenvolvimento. O que estava em disputa não eram apenas as diferentes explicações para a questão agrária brasileira, mas a solução para sua resolução, e em consequência a construção de uma identidade camponesa.

A primeira interpretação da realidade brasileira a partir do feudalismo foi de Otávio Brandão em sua obra *Agrarismo e industrialismo*. Brandão associava a estrutura política, econômica e social do país, de característica agrária, ao feudalismo e a mentalidade medieval. Em que a burguesia, ainda que reacionária as revoluções proletárias que estavam surgindo, era uma força que lutava contra os grandes fazendeiros⁸. Defendia que o caminho para o socialismo, começaria com o avanço da burguesia industrial, e o fim da velha estrutura feudal para o desenvolvimento do proletariado. “O industrialismo despedaçará o feudalismo. E o socialismo despedaçará o industrialismo burguês”⁹. Também defendia a formação de uma frente única momentânea que incluía o proletariado, a pequena burguesia e a grande burguesia industrial¹⁰, e buscava o apoio dos trabalhadores rurais, na luta contra o imperialismo, que era a dominação mundial do capitalismo. Esse imperialismo que seria “o aperfeiçoamento de todos os meios de destruição”, geraria o despertar as forças proletárias, que seria a última etapa do capitalismo.¹¹

⁸ BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. P. 31

⁹ Idem p. 47

¹⁰ Idem p. 61

¹¹ Idem p. 79

O desenvolvimento da economia capitalista é uma realidade. Entretanto o debate sobre as relações entre o subdesenvolvimento e desenvolvimento provocado por esse tipo de economia, ainda expõe muitas opiniões divergentes. André Gunder Frank levanta importantes questões sobre a agricultura no Brasil, e as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento em resposta à tese feudalista.¹² Para o autor, a visão dualista da sociedade brasileira é uma avaliação genérica, e várias interpretações estão impregnadas por essa avaliação. A tese do feudalismo, prega que o sistema foi trazido para a América, enquanto a Europa evoluiu para o sistema capitalista. A América passaria pelo mesmo processo de desenvolvimento com a ajuda dos mais civilizados. O atraso no campo seria um confirmador dessa perspectiva progressista, em que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não têm relação entre si. A solução, para os problemas enfrentados no campo brasileiro, seria então o desenvolvimento de uma economia capitalista, e a formação de uma classe média de pequenos agricultores. A diretriz estabelecida no IV congresso do PCB em 1954, era a de uma revolução democrática nacional, feita por uma frente única anti-imperialista, que unia camponeses, operários, e a burguesia nacional.

Em relação à produção agrícola, segundo Frank, não existe um padrão de agricultura extensiva ou intensiva nem no feudalismo nem no capitalismo. Pequenas fazendas arrendadas, podiam ter uma produção mais expressiva, estando mais capitalizadas que alguns latifúndios.¹³ A monopolização, concentração de um todo universal interconectado, não apenas no campo, mas em todas as formas de capital, só existiu no capitalismo. Essa relação monopolista, de apropriação dos recursos é que produz a desigualdade, que não afeta apenas a agricultura brasileira, mas se estende a todo capital (transporte, distribuição, financiamento). As relações de propriedade, produção e trabalho estão intimamente ligadas à estrutura comercial monopolista da agricultura e de toda economia nacional e internacional. Dessa forma, a vantagem do latifúndio não é produzir, mas controlar e mediar a relação entre quem produz e o mercado comercial, sua verdadeira atividade econômica é a especulação¹⁴

Um contemporâneo que fez críticas ao mito do feudalismo foi Caio Prado Júnior. Para este, a concentração da terra tinha o objetivo de regular a disponibilidade de trabalhadores para o mercado, sendo a formação dessa reserva o que tornava possível o empreendimento “agromercantil”. Portanto a concentração da terra tinha um duplo objetivo: garantir a base para

¹² STEDILE, João Pedro (org.), A questão agrária no Brasil... Op. cit. P. 58

¹³ Idem P. 48

¹⁴ Idem P. 99

o empreendimento, e assegurar a mão de obra.¹⁵ Um reflexo da economia de raízes coloniais e escravistas, em que os latifundiários eram empresários, agentes de negócio, que realizavam atividade comercial, utilizando trabalho escravo. A utilização da terra não se fez pelas pessoas que nela trabalhavam, e esse era o problema central da questão agrária que precisava ser solucionado, para o autor, através de uma mudança nas estruturas que mantinham as relações de trabalho.

O PCB teve grande importância nesse período para a organização das lutas camponesas, ajudando na organização de grupos, de associações de lavradores, das primeiras comissões e assembleias nacionais. O programa do partido, elaborado após o IV Congresso realizado em 1954¹⁶, marcava suas diretrizes, de formação de aliança nacional que englobava camponeses, assalariado agrícola, operários, burguesia nacional, as “mais amplas massas populares”, contra o domínio do imperialismo norte americano. A aliança entre operários e camponeses era a peça principal na constituição do “governo democrático de libertação nacional”. Apesar de ressaltar a importância da aliança operário-camponesa, o documento marca o protagonismo do proletariado e do partido na direção dos movimentos sociais. O campesinato é reconhecido como uma importante força revolucionária, que se aliaria ao proletariado através da atuação do partido nas lutas e reivindicações imediatas. A mobilização dos camponeses e assalariados agrícolas, “massas atrasadas”, só seria possível com um trabalho de esclarecimento e conscientização feito pela classe operária.

Interesses da economia nacional e bem-estar do povo, os capitais e empresas da burguesia nacional seriam preservados. Em relação ao campo, o documento faz menção a assalariados agrícolas e camponeses, diferenciando a relação com a propriedade, mas principalmente as demandas por terra ou melhores condições de trabalho. O documento defendia a distribuição dos latifúndios, sem indenização prévia, aos camponeses, com reconhecimento do título de propriedade; obrigação do pagamento em dinheiro, e fim das formas “semifeudais de exploração”; garantia de terra aos assalariados agrícola; anulação de todas as dívidas dos camponeses, facilidades na concessão de crédito; ajuda técnica aos camponeses.

Mas, os camponeses só podem ser ganhos para o lado do proletariado, se o Partido tem um programa agrário radical. Quer dizer, um programa que levante a luta pela liquidação dos latifúndios, pela extinção dos restos feudais e escravistas, pela entrega gratuita e sob a forma de propriedade privada das terras dos latifundiários aos

¹⁵ PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil. P 49

¹⁶Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm

camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, etc. (Documento do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil 1954)

O PCB adotou algumas medidas consideradas radicais, como a distribuição dos latifúndios sem indenização prévia, mas preservando os interesses da burguesia nacional, e dos “camponeses ricos”. Considerava a atuação no campo nas mais variadas formas, “de abaixo-assinados até à luta armada”.

O sectarismo é apontado no documento como um dos principais problemas da aproximação com os camponeses. Trabalhavam com setores restritos, mais próximos e susceptíveis a aceitarem as palavras de ordem do partido. Esse sectarismo se expressava no foco na orientação das lideranças e não das massas, o que gerava uma falta de participação da mesma, e “no fato de desprezarmos a utilização de todas as formas de luta e de indicarmos a massa camponesa apenas as formas de luta mais elevadas”.

Além disto, a nossa fraqueza no campo decorre da grande subestimação que ainda existe em nosso Partido em relação à aliança operário-camponesa, da subestimação da importância dos camponeses como aliados fundamentais do proletariado. O nosso Partido ainda não se voltou resolutamente para o campo. É grande a resistência em ir ao campo, em trabalhar diretamente com as grandes massas camponesas, em atuar entre todas as camadas camponesas no próprio local onde trabalham e vivem. Os quadros enviados ao campo nem sempre são os mais indicados. Muitos quadros operários enviados para trabalhar entre os camponeses acabam adquirindo uma mentalidade camponesa, porque não têm compreensão marxista do trabalho do campo. (Documento do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil 1954)

Para melhoramento da atuação no campo, o documento identificava a necessidade de atuar de forma concreta e de acordo com a situação e demanda local, levando em conta as diferentes situações; incentivar a organização; agregar todas as formas de luta das massas camponesas, até as mais radicais; formar núcleos do partido, recrutar e formar militantes; não excluir os camponeses ricos.

Para José de Souza Martins¹⁷, o conceito de campesinato difundido pelo PCB, carregava em seu sentido um tipo de campesinato específico, que correspondia a uma doutrina que não

¹⁷ MARTINS, José de Souza, Os camponeses e a política no Brasil... Op. cit. P. 13

reconhecia como política a ação desse campesinato. Sem nenhuma possibilidade de participação nas estruturas oficiais de poder estaria sempre subordinado ao interesse de outras classes sociais. Essa interpretação não reconhecia a importância histórica das lutas camponesas. Para o PCB o desenvolvimento do processo histórico seria o crescimento da classe operária, na cidade e no campo. O Trabalho assalariado seria a expressão da contradição do capitalismo necessária para sua superação. O distanciamento entre o movimento camponês e as estruturas que exerciam o poder político oficial, resultava em uma falta de representação política desses movimentos. O que não quer dizer que esses trabalhadores e trabalhadoras do campo, não se fizessem presentes nas disputas por terra. A perspectiva da política como prática social, não restrita aos círculos oficiais de poder, empregado pelo campo da Cultura Política, permite reconhecer a atuação das classes populares nos processos históricos¹⁸, e a sua relevância em um dos principais embates sociais que é o direito à propriedade e melhores condições de trabalho.

Independente das diversas posturas que o partido adotou ao longo do tempo em relação à reforma agrária, e a reforma agrária radical, ou de aliança ou não com a burguesia nacional, os esforços do partido foram muito relevantes na formação de uma base na qual os lavradores puderam se organizar, expressando suas demandas e se colocando no debate político.

A atuação no campo passa a ser mais efetiva na década de 1940, quando busca tornar-se um partido de massas, incluindo trabalhadores rurais e urbanos. A partir desse momento o termo camponês passou a designar uma categoria política específica¹⁹. A ação do partido no campo não foi homogênea. No primeiro momento optaram por ajudar em causas menos radicais, mas que permitisse uma aproximação com os camponeses. Em 1947 foi posto na ilegalidade, sua ação junto aos trabalhadores ficou mais dificultada, o partido também enfrentava dificuldades em articular suas bandeiras às demandas dos camponeses. Descrente da solução eleitoral, admitiram a luta armada como solução para a realização de seus programas políticos. O PCB mudou a sua postura ao longo da década, devido às mudanças internacionais no partido comunista, e de um período de legalidade do partido no Brasil. Mantiveram seu apoio à reforma agrária, mas através de uma frente única, que reuniria “todas as forças interessadas no combate ao imperialismo americano”. Juntos com os trabalhadores rurais, se uniriam os

¹⁸RÉMOND, René. “Uma história presente”. In: RÉMOND, René (org). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁹ CARRARA, Ângelo Alves. “Camponês: uma controvérsia conceitual” In. OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.) *História Agrária: Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2008

latifundiários e empresários nacionalistas. A partir desse momento o partido passou a privilegiar as formas legais de ação.

No contato com os homens e mulheres do campo, o partido fazia traduções da situação, utilizando-se de sua própria linguagem política. A imprensa comunista foi um importante “instrumento na constituição da linguagem de classe”, foi importante para criar e socializar uma nova imagem pública do trabalhador rural, rompendo com imagens antes dominantes, que buscavam reforçar uma ideia de harmonia e falta de antagonismo entre as classes no campo. Era um trabalho de desnaturalização das condições de vida e trabalho vigentes, que levantava a possibilidade de questionamento²⁰. A imprensa comunista também contribuía para a denúncia das situações de violência vividas no campo.

Essa linguagem por sua vez era traduzida nos termos da experiência cotidiana, pois o projeto de atuação do PCB “de uma reforma agrária democrático burguesa”, não se desenvolvia no campo como previsto. As diretrizes do partido foram formuladas antes de uma experiência de ação no campo, portanto tiveram que passar por um período de adaptação e reformulação. Como as demandas eram variadas, o partido tinha uma atuação específica em cada região, na Baixada Fluminense era direcionada a categoria de posseiros. A fazenda São Lourenço vinha sendo ocupada desde a década de 1930, após a ocupação surgiu um suposto proprietário cobrando uma taxa de matagem, aceita pelos lavradores. Dessa forma se colocavam como arrendatários, reconhecendo esse suposto proprietário. Com a generalização dos despejos ao longo da década de 1950 e a atuação do PCB e outros grupos e figuras políticas no campo, começaram a questionar a veracidade dos supostos proprietários, passando a se reconhecer enquanto posseiros. O PCB teve grande importância na disseminação desse vocabulário, criando assim uma estrutura para a consolidação do movimento. Portanto o partido foi fundamental para o reconhecimento das classes no campo, evidenciando as diferenças de interesses. Como afirma E. P. Thompson a formação da classe social não é resultado de algo dado externamente, mas ocorre com base na “experiência”, na internalização e reinterpretação desses elementos externos²¹. Entendemos a formação de uma nova consciência de classe como momento de reconhecimento de “interesses e aspirações” entre um grupo- a formação de um

²⁰ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*, Tese de doutorado, IFCH – UNICAMP, 1995. P. 100

²¹ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1981. P. 182

“nós”- e de identificação de outro grupo, que se define por ser contrário aos seus interesses²². Uma das marcas carregadas pelo campesinato brasileiro é a da expropriação, as disputas por terra existem no país desde o início da colonização com a tomada dos territórios indígenas, e tem se mantido até os dias atuais.²³ Além do contato com as ideias do PCB, os militantes que atuaram na Baixada Fluminense tinham um passado no campo, e no caso dos que moravam no Rio de Janeiro é marcante o convívio com os despejos, motivo da mudança de uma região para outra e, da decisão de ingressarem na luta no campo. Os processos migratórios são fundamentais para entender a linguagem própria que as formas de resistência camponesa adquiriram ao longo do tempo.²⁴ Os momentos de contradição entre as diretrizes do partido e ação dos lavradores, como na resistência armada na fazenda São Lourenço em 1961, podem ser indícios dos resultados desse processo de internalização.

A dificuldade do partido de se tornar o representante do movimento ficou expressa na conferência da ULTAB de 1959, em que defendiam que as dificuldades de organização no campo eram referentes à condição da vida rural (dispersão, isolamento, exploração, migração, falta de tradição de organização). O PCB se encontrava com o “camponês real, passava a conhecer o campo”²⁵, os despejos que ocorriam na década de 1950, mostravam que existiam vários fatores intervindo no campo que extrapolavam as teses do partido. Fatores como a capacidade de repressão local, possibilidade de aliança com outras forças, os valores, a trajetória de resistência. As diretrizes gerais do partido eram diferentes das práticas locais, na década de 1950 a palavra de ordem era a formação da “frente de libertação nacional”, que se manifestou em alguns locais como tática de insurreição (como Porecatu 1948-1951, Trombas e Formoso 1954-1957), em outros pelo caminho da legalidade e pela ocupação de terras. Na década de 1960 o discurso era de conciliação nacional, e atuação pacífica, mas havia resistência armada, e ocupações. O movimento precisava dessa mediação para se fazer enquanto classe, mas em determinados momentos essa mediação escapava do controle do partido.²⁶

Muitas das principais lideranças tinham ligação com o partido comunista, da atuação em sindicatos operários, e também tinham um passado no campo, que os fazia conhecer a situação de vulnerabilidade da população rural. As entrevistas selecionadas foram realizadas

²² THOMPSON, Edward Palmer. *Consciência de classe (Cap. 4)*. In *A formação da classe operária inglesa*. Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. P. 411

²³ OLIVEIRA, Arioaldo U. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo, Contexto, 2002

²⁴ MARTINS, José de Souza, *Os camponeses e a política no Brasil...* Op. cit. P. 131

²⁵ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, camponeses...* Op. cit. P. 176

²⁶ Idem P. 256

por diversos pesquisadores desde a década de 1980, com algumas dessas lideranças, são elas: Bráulio Rodrigues da Silva²⁷, Laerte de Bastos²⁸, José Pureza da Silva²⁹, Manoel Ferreira Lima, Nilson Venâncio³⁰, Moisés³¹, e Palmira Cruz Menaguali neta de Chico Silva³².

Nilson Venâncio é o que mais fornece informações sobre a relação com o PCB. Era do norte fluminense (São Domingo, Itaperuna), foi para Duque de Caxias em 1939, quando seu pai foi trabalhar na Fazenda Lamarão, área de extração de madeira para produção de lenha, produto muito consumido inclusive na cidade. Segundo Venâncio a região no km 43 era utilizada para essa finalidade, local onde também aconteciam muitos despejos. Não podia fazer sítio, plantar alimentos. Posteriormente foram para Fazenda São Lourenço que ficava próxima, no início de 1940, ele e seu pai trabalhavam no desmatamento para a construção da FNM.

Menciona que havia um projeto para trazer pessoas do interior para ocupar essa região, promovido por um “especulador”. Momento em que a chegada dessas famílias mudava “o panorama, os interesses locais”. Os núcleos coloniais criados por Vargas davam a possibilidade de as famílias plantarem, os que não conseguiam fazer parte dos núcleos, como seu pai, não podiam plantar, apenas trabalhar na extração de madeira, nada que pudesse se tornar prova material do trabalho da família na terra.

Cita alguns militantes do partido comunista que atuavam nas áreas rurais do Rio de Janeiro, e diz que o partido foi levado pelos militantes ferroviários, que como punição eram transferidos para o interior e espalhavam a semente. Eliseu Batista do Carmo, José Correia, João Ferreira, Mário Gorgonha que chegou na região na década de 1950 e o recrutou para o partido, também José Pureza, que segundo Venâncio fazia parte do quadro principal, e Chico Silva, que junto com Pureza faziam um trabalho de recrutamento. Esses foram considerados por ele como a vanguarda do movimento na região.

²⁷A entrevista de Bráulio Rodrigue foi realizada por Marcelo Hernandez e Leonilde Servolo de Medeiros em 2004, para o documentário Sementes em Trincheiras, e também foi utilizado para na produção de sua biografia organizada por Leonilde de Medeiros.

²⁸Entrevista realizada por Victor de Araújo Novicki, para colher dados para a dissertação de Mestrado em Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), de Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*. Em 1989 ou 1990.

²⁹Entrevista realizada por Leonilde Servolo de Medeiros e Leila Stein, para a pesquisa “*Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro*”, em 1981/1982.

³⁰ Entrevista realizada por Fabrício Teló e Elisandra Galvão em 2014

³¹ Entrevista realizada por Joaquim Paulo da Silva Filho para a pesquisa “*Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro*”, em 1982.

³² A entrevista de Palmira Cruz Menaguali foi realizada para a pesquisa desta dissertação, por Karolina de Lucena no ano de 2023.

Conta que quando mais novo o pai de um amigo, Ari Silva, que era comunista, tentou recrutá-lo para Juventude Campestre. Segundo ele, era um trabalho que estava sendo feito em lotes do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) em Nova Iguaçu, por membros do PCB. Devido as propagandas anticomunista ele tinha medo. Quando questionado sobre como foi a formação no movimento, se lia livros indicados pelo partido, ou se era com o pessoal da região, Nilson Venâncio responde:

Eu lia a bíblia. Mas o primeiro, a preocupação, eu nunca gostava de rico, até hoje não gosto...Quando eu era pequeno de ver aquele sofrimento do povo, e saber que aquilo era do rico, que meu pai, minha avó, não gostava de fazendeiro. Não gostava não, não se tinha nada contra nem a favor, mas não se submetia a fazendeiro. (Nilson Venâncio)

Perdeu o medo por conta da expulsão do seu pai da fazenda São Lourenço, e de outras que presenciou ao longo de sua vida. Segundo seu relato, existia grande quantidade de policiais na fazenda São Lourenço, mais do que em outras regiões. Apesar da baixa quantidade de camponeses, os despejos eram violentos com a queima das casas. Seu pai foi para a fazenda trabalhar como machadeiro e carvoeiro, pois a produção agrícola era proibida. Acabou se engajando na luta por influência do filho³³, foi o primeiro a ter permissão para plantar. Ao que tudo indica sua família foi uma das expulsas em 1951 por Emílio Horvitz, quando perderam o sítio e foram para Belford Roxo. Fase bastante difícil de sua vida, que seu pai sofreu um acidente e teve que parar de trabalhar, e também perdeu dois irmãos.

Meu pai, ele era um camarada razoavelmente inteligente. O único defeito dele foi se embrenhar na área rural, ele não quis ficar na área urbana, a gente podia estar muito bem, ele teve um areal, ele largou tudo pra ir tocar o sítio. Então meu pai veio pra baixada ali, trabalhou na FNM, tal e tal... foi lá pro campo, tal, tal, começou a plantar. Os outros também começaram a plantar, aí veio o despejo. Um alemão, chamado “Emidiovich”, topógrafo, um agrimensor, veio fazer medição na área. Ele era ligado ao Instituto de Moura, parece. Mas era um alemão esperto, metido, queria fazer medição na área querendo adentrar até onde era área da Fábrica Nacional de Motores e tal. E ele começou a grilar aquela área e expulsar o pessoal, fez um arranjo expulsando o pessoal de lá. E meu pai, depois de ter um sítio lá, com não sei quantas cabeças de porco, de galinha, isso e aquilo, ele foi obrigado a sair da área. Expulsaram todo mundo, queimaram as casas, mas meu pai, ele deu 200 merréis simbólicos pro meu pai: “eu não estou te expulsando, eu estou te comprando o sitio. Olha, 200 reais, 200 merréis”, entendeu... era uns 200 reais hoje. Nós fomos para Belford Roxo e nessa época morreram dois irmãos meus num mês só, nós ficamos numa pindaíba, meu pai sofreu um acidente com um espinho na mão, deu panaríco, sabe o que é panaríco?

³³Seu pai teria ajudado na organização de um sindicato dos lavradores em 1945. Não era membro do PCB, mas ingressou na luta por influência do filho. Por conta da sua atuação na organização dos trabalhadores rurais foi preso por 3 meses durante a ditadura.

Elisandra Galvão - Não.

É uma inflamação que dá no dedo gente que sai cavaco do osso, e a pessoa fica, meu pai sem poder trabalhar, minha mãe... éramos eu, Léia, Nair, Edwiges, Enivaldo, morreram dois irmãos num só mês e a gente sem condição de enterrar um. E ai nós fomos... tem uma história que nem dá pra contar aqui porque é longa. Mas então o meu pai teve que sair da área. Só que aquilo ali, aí é que esta: o meu medo, o anticomunismo foi acabando na medida que eu fui vendo aquelas coisas.

Voltando lá, a população começou a reagir contra essa situação antiquada do local, do grileiro, e começaram a querer plantar. E ai começou aquele rasga-rasga. Tinha mais polícia na fazenda São Lourenço do que em Nova Iguaçu, São João de Meriti e Caxias. Pra conter, pra prevenir contra os camponeses. Tinha meia dúzia de camponeses, mas ali tinha mais polícia. E havia despejo com violência, com queima de casa. E eu fui crescendo vendo isso. (Nilson Venâncio)

Também do norte fluminense, a família de Laerte Resende de Bastos tinha um pequeno sítio destinado a criação de gado. Seu pai perdeu o sítio por conta da concorrência e decidiu ir para a Baixada Fluminense trabalhar nas lavouras de laranja. A falta de conhecimento da produção fez a família ir para Macaé, onde adquiriram um terreno. Pressionados por um coronel que queria tomar as terras dos pequenos proprietários, a família volta à Baixada Fluminense, se empregando em uma distribuidora de alimentos. Esse episódio deu início a sua revolta com os despejos. Comprou terras na área da Fábrica Nacional de Motores, como a fábrica não permitia ocupação de novos habitantes, preferiu investir na criação de galinhas. Assim como Nilson Venâncio, o motivo de ter entrado na luta no campo foram os despejos e as casas incendiadas.

Antes 64, aqui no Brasil, pelas grandes reformas, nós tínhamos as ligas, as associações camponesas, que já faziam algumas ocupações, mas a violência era muito grande, era uma violência tremenda. E eles faziam nessa região de Capivari e de umas outras fazendas que tinha aqui em Duque de Caxias principalmente, mas tinha em Campos, ocupações e tudo. Então o que eles faziam. Despejo era assim uma coisa muito barbara, que eles pegavam e queimavam os pertences da família dentro de casa, não deixava tirar, aquilo era para causar terrorismo, nós vai apavorar as pessoas, então eles queimavam.

Eu por exemplo entrei no movimento nessa época. Naquele dia, me lembro como se fosse hoje, de manhã cedinho, quando eu cheguei do trabalho, passei no lugar mais alto da estrada, e vi abaixo assim umas casas pegando fogo, era umas 7h da manhã. Ai vinha um companheiro eu perguntei o que é aquilo? Você está vendo umas casas pegando fogo? Ele disse é o despejo ... eles queimam com tudo dentro, deixa a família sair e queima tudo. (Laerte Rezende de Bastos)

Laerte de Bastos foi presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Duque de Caxias em 1963, vice-prefeito de Nova Iguaçu de 1989 a 1991 e deputado federal de 1991 a 1995. Ajudou na organização dos mutirões de retomadas de terras do final da década de 1970, em

Nova Aurora e Campo Alegre (Nova Iguaçu). A ligação com o partido comunista não pode ser descartada das suas intenções de ingressar na luta camponesa. Mas é interessante pensar os motivos da seletividade da memória em escolher esse episódio específico, para a tomada de decisão de ingressar na luta no campo.

Manoel Ferreira de Lima foi outra liderança que tinha experiência de atuação nos sindicatos urbanos, no seu caso era nos sindicatos têxteis de Magé, as informações sobre as associações de lavradores, vem da sua experiência neste município. Sua atuação política impediu que ele se mantivesse empregado nas fábricas, um dos motivos que o levaram a ir para o campo em 1952, quando fundou a Associação de Lavradores de Magé e ajudou na organização contra os despejos da América Fabril. Foi vereador em Magé em 1955 pelo PCB. Algumas poucas referências ao partido, presentes nas entrevistas selecionadas, dizem respeito ao sectarismo e devoção. Quando perguntado sobre o rompimento com a militância antiga e a entrada no PT, Manoel Ferreira Lima diz não ter rompido a aliança, ele chegou à conclusão de que não podia ficar limitado a essa ou aquela corrente.

Eu verdadeiramente não rompi com a minha militância antiga, eu apenas..., é o seguinte: - no amadurecimento político eu cheguei uma conclusão que então eu não podia ficar limitado a essa ou aquela corrente, apesar que o PT é uma corrente, mas o PT é uma corrente que não é corrente sectária, não é uma corrente que para se entrar primeiro tem que fazer uma sabatina política. Então ele aceita um elemento desde que ele aceite seu estatuto para lutar pelo Brasil de todos... com uma massa que não participava do governo, uma massa trabalhadora, uma massa analfabeta, semianalfabeta, a quem produz; então nós achamos que essa gente é quem realmente deve pertencer então em todas as atividades do governo, para nascer a lei justa, não ficar só nas mãos da burguesia, na mão de latifundiários, na mão de elementos que só procuram explorar o trabalhador. Então o seguinte: eu não rompi com a militância, porque o PT não examina o indivíduo, aquele, a ideologia dele, o que o PT tem o cuidado que é realmente não entrar empresário, capitalista para monopolizar a massa trabalhadora. Por tanto eu não rompi, porque é o ponto principal do PT, também aceitar toda essa gente que lutaram no passado e que querem lutar. Então O PT tem as portas abertas para eles. Portanto o PT são meus velhos companheiros, desde que trabalhem com sinceridade (Manoel Ferreira Lima)

Bráulio Rodrigues, apesar de nunca ter tido “carteirinha” no partido, fez parte do PCB desde que saiu do exército. Entrou por conta própria na Juventude Comunista, interessado na luta contra a ditadura de Vargas. Como membro do PCB participou de greves (oficina da Estrada de Ferro Leopoldina), atuou em sindicatos e ajudava a organizar o partido nos municípios. Em 1947 estava em Volta Redonda, trabalhando na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (na derrubada dos laranjas para a construção das casas dos engenheiros,

depois se tornando apontador), onde criou uma célula do PCB na localidade. Vai para Nova Iguaçu fugindo da repressão após o partido entrar na ilegalidade novamente. Passou a ajudar nas ocupações de Pedra Lisa. Reconhece como sendo importante a formação que o partido dava, mesmo com críticas a sua segregação e devoção.

Antes deles me prenderem, eu sai de lá e vim para nova Iguaçu, vim parar no movimento de terra lá em nova Iguaçu, me ajuntei a eles mas eu não quis nenhuma especificação de liderança, nada disso, eu entrei como clandestino, não a serviço do partido, por minha livre e espontânea vontade, porque eu sai de volta redonda sendo perseguido pela polícia e me fiquei ali... quase como clandestino, ajudando, fazendo uma coisa fazendo outra, mas não como liderança. A liderança eram outras pessoas na época, bem capacitadas. Zé Matias, que é Zé Teodoro, tem um retrato dele em Pedra Lisa, não sei se já tiraram. Ele foi assassinado depois de entocaiado aqui em Nova Aurora, ai é que eu passei a ter uma certa liderança ali, e ali se formou, se eu não me engano, a primeira associação de produtores rurais, de trabalhadores rurais, de posseiros aliás, não era nem de trabalhadores era de posseiros porque ali nos tivemos muita luta, muito despejo... (Bráulio Rodrigues da silva)

José Pureza da Silva nasceu em Alagoas, veio para o Rio de Janeiro onde trabalhou na construção civil e participou das lutas operárias, quando decidiu viver no campo em 1947. Para Pureza era necessário desenvolver a organização dos movimentos sociais no campo, como estava acontecendo na cidade, ambos deveriam caminhar juntos. Foi duramente criticado por seus companheiros e familiares, recebeu apoio apenas da esposa Josefa Paulino da Silva Pureza, que continuou trabalhando na cidade como costureira, sustentando a família enquanto Pureza tentava se estabelecer no campo. Soube que “estavam dando terras em Xerém”, através de um amigo de trabalho, que era “camponês expulso”. Através da mediação de Américo Vespúcio de Alvarez, ocupou um pedaço de terra próximo ao rio Capivari, na fazenda Penha-Caixaão, com a obrigação de dar e meia da plantação de banana. Foi difícil se estabelecer, passou fome, foi aprendendo com o tempo, e na relação com os outros lavradores a viver no campo, escolher a terra, plantar, caçar, fazer carvão para vender e ter uma renda extra enquanto esperava a primeira colheita.³⁴

Participou da criação e direção de diversas entidades de organização dos lavradores, como a Associação de Lavradores Fluminense (ALF) em 1952, da Federação das Associação de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) constituída após a I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em agosto de 1959 (Niterói), era filiada a ULTAB

³⁴ PUREZA, José. Memória Camponesa. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982.

criada em 1954, na II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, entidade que foi tesoureiro entre 1961 a 1963. A federação se tornou um sindicato em 1963, Pureza foi seu primeiro presidente. Participou também da criação da CONTAG em 1963. Preso em 1973- 1975, existem poucos relatos sobre o período da ditadura militar e da prisão. Segundo Marcelo Hernandez Macedo, sua atuação é destaque pela relevância e abrangência, personagem que teve mais participação nos conflitos, e que obteve resultados mais expressivos em termos de desapropriação.³⁵

Falando das associações de lavradores criadas antes do golpe de 1964, em comparação com os sindicatos da década de 1980, período em que foi realizada a entrevista³⁶, destacava a ajuda que as associações recebiam de amplos setores da sociedade, sindicatos, parlamentares, burguesia, nunca se negaram a ajudar. A reforma agrária não era uma questão apenas do campo, mas de toda sociedade “do povo brasileiro”, incluindo a classe operária e a pequena burguesia.

A luta dos trabalhadores do campo e da cidade, como luta é uma coisa só. É a espécie de um bonde, ou um trem, que sai dessa estação cheio de gente, quando chega no final ta com pouca gente, só vai parar no fim da linha quem mora no fim da linha, e quem quer atingir o fim na linha, certo? O que interessa é que tem alguém, mais alguém e cada vez mais alguém que nos ajuda a conduzir a bandeira. Ele pode ficar aonde ele queira ficar. A burguesia ela tem realmente, a pequena burguesia ele tem realmente seus pontos de vista, os seus interesses restritos, e como o camponês também é cheio de defeito, geio de ganancia..., quer dizer um cara cheio de defeito. A classe mais consequente que nós temos no mundo inteiro é a classe operaria, não tem discussão. Como diz na gíria fim de papo, não é isso? Mas acontece ai é o seguinte, todos que queira ajudar nos aceitamos, e todo aquele que ficar é porque achou que devia ficar, e já cumpriu a sua tarefa. Muitos deles da burguesia, e que não é uma parte pequena, ela tem interesse de ir até quase o fim, até o fim, porque quando se trata de benefício geral sempre aumenta os adeptos daquela questão. (José Pureza da silva)

Marcelo Hernandez ressalta que os entrevistados na sua pesquisa para a produção do documentário Sementes em Trincheiras e do seminário Memória Camponesa (IFCS UFRJ em 2004), não “forneceram informações detalhadas sobre suas relações com o partido, permanecendo as dúvidas quanto à possível orientação deste último no seu deslocamento para o campo”³⁷. Aparentemente, apesar da ligação dessas lideranças com o partido, a decisão de ir

³⁵ ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In SIGAD, Ligia; ERNANDEZ Marcelo e ROSA Marcelo. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010. P. 162

³⁶Entrevista com José Pureza realizada em 1981/82 por Leonilde Servolo de Medeiros e Leila Stein.

³⁷ ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras Op. cit. P. 181

para campo foi autônoma, segundo o autor é difícil precisar o grau de influência do PCB no cotidiano das associações de lavradores. Os depoimentos reunidos pelo autor indicam que o partido não tinha o comando das ações. Forneciam apoio na circulação de ideias favoráveis à reforma agrária, edição de jornais, organização de encontros nacionais e estaduais.

2.2- Outras forças em disputa

Ligas camponesas

Outra força importante na condução das lutas no campo a nível nacional eram as Ligas Camponesas. Foram uma das principais formas de organização do campesinato. Surgiram no contexto do processo de assalariamento e expropriação do produtor direto dos trabalhadores da Zona da Mata Pernambucana, de mudança nas relações de trabalho que significaram a perda de algumas práticas existentes, como a relação de morada. As primeiras ligas surgiram na década de 1940, como associações civis, para contornar as restrições de sindicalização que os trabalhadores do campo enfrentavam. Faziam parte das ações do PCB de formação da aliança operário camponesa. Inspirado por essa forma de organização em 1955 foi criado no Engenho da Galiléia, Zona da Mata de Pernambuco a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), começou a ser associada às Ligas Camponesas. Para Fernando Antônio Azevedo também havia a intenção dos comunistas e antigos militantes de retomar as ligas, o primeiro presidente era do PCB, Paulo Travoso.³⁸ O surgimento da sociedade provocou a represália do proprietário do engenho, e mesmo sob ameaça de expulsão os trabalhadores locais mantiveram-se organizados. Esse tipo de organização começa a se ramificar por outros estados após a desapropriação do Engenho da Galileia. O momento de expansão e consolidação das ligas partiu do entendimento que a resistência só seria possível se o movimento rompesse as barreiras locais e saísse do isolamento. Isso ocorreu com a participação das ligas nas conferências nacionais, na realização de conferências estaduais. Havia também a preocupação de alocar a sede no centro urbano, e de formar uma estrutura de organização vertical a partir da sede que tomava as decisões, passadas as delegacias.

A reforma agrária era o eixo da ação e reivindicação, e o foco eram os “camponeses”. Por ter acesso à terra tinham mais possibilidade de resistir, e a reivindicação da terra feria

³⁸ AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.P. 60

diretamente a propriedade privada, passando a questão jurídica para questão política.³⁹ Representaram uma oposição ao partido comunista, que priorizava a questão dos assalariados agrícolas, a organização legal e sindical dentro da sua lógica de acumulação de forças e a prioridade a luta contra o imperialismo, de superação do feudalismo através da formação de uma frente única anti-imperialista e do pleno desenvolvimento do capitalista no campo.⁴⁰

A posição das ligas era definida como radical. Discordava da formação de uma aliança anti-imperialista com grupos dominantes da sociedade, e também da reforma agrária defendida pelo partido, de medidas parciais, de desapropriação restrita aos latifúndios improdutivos com indenização baseada no valor fiscal da propriedade, e de regularização de algumas formas de trabalho como o arrendamento e a parceria. Defendiam mudanças mais profundas na estrutura agrária.

Tendo como uma de suas referências a Revolução Cubana, as ligas também atuaram organizando grupos de guerrilha, oferecendo treinamento, pois acreditavam que se aproximava o momento de um levante popular no Brasil. Entretanto, a principal forma de luta era pela via legal e judicial. A sua importância e influência no movimento camponês é notória. Também forneciam uma base de organização, através da qual os camponeses podiam lutar pelos seus direitos. A nível nacional demonstra as diferentes formas que o movimento camponês adquiriu nesse período.

O que estava em divergência entre PCB e Ligas eram as duas concepções de “revolução brasileira”. Os dois defendiam a bandeira da reforma agrária, porém de formas diferentes. O PCB defendia uma reforma por etapas, “uma revolução de caráter democrático burguês e anti-imperialista”, sendo o proletariado urbano o protagonista da mudança. Para as ligas o campesinato era o principal agente na revolução, que não seria feita por etapas e com aliança com a burguesia e latifundiários nacionais. Apesar da retórica da radicalidade, grande parte da atuação das ligas se dava através do recurso jurídico, assim como o PCB, além das formas legais de luta, também se envolvia em conflitos mais extremos.

A divergência entre O PCB e as Ligas Camponesas, estavam perceptíveis no Congresso Camponês de Belo Horizonte. Apesar de terem sido excluídos da criação da ULTAB, e de estarem rompidos com o PCB, a proposta das ligas foi a que saiu vitoriosa no documento formulado no congresso de 1961. É considerado um marco na afirmação da reforma agrária,

³⁹ Idem p. 84

⁴⁰ Idem p. 88

“na lei ou na marra”, e do embate entre as concepções de reforma agrária das ligas e do PCB. O encaminhamento da reunião foi a afirmação da necessidade de fim do monopólio da terra, acesso aos que nela trabalhavam, realização de medidas como direito à organização, a sindicalização, direitos trabalhistas, entre outras.⁴¹ A disputa do congresso de Belo Horizonte se deu devido a discordância sobre o sentido das medidas parciais, que eram contraditórias às bandeiras gerais. A regulamentação do arrendamento e da parceria, para as ligas essas medidas não tinham sentido, diante da reforma agrária.⁴²

Segundo Pureza no Rio de Janeiro as ligas começaram em Campos. O presidente morava no campo e era empregado do correio. Essa liga não foi para frente devido à falta de organização, não cobravam a contribuição, não tinha diretoria e também não chegou a fazer desapropriações. Outra crítica que faz as Ligas Camponesas é sobre a falta de diálogo com as bases, que levavam a equívocos na distribuição de terras desapropriadas

E logo depois o pessoal viu que quem resolvia o problema eram aqueles camponeses que estavam organizados nas associações, e que iam para lá não pra ajudar eles de uma forma, de qualquer forma que se apresentasse, que resolvia parte de seus problemas, então foi esvaziando.

Quando nosso acampamento no Imbé já era uma realidade a liga se acabou (José Pureza da Silva)

Quando questionado sobre o que era a esquerda nas lutas anteriores a 64, e sobre as divergências entre as duas forças atuantes no campo, que eram as Ligas Camponesas e o PCB, Manoel Ferreira Lima responde.

A divergência era o seguinte, o Julião sempre se colocou como uma esquerda socialista, era a liga camponesa, ele então brilhou muito no Norte, aqui tentou de entrar, mas aqui como era, tinha um apoio, a esquerda que eu chamo de PC, que tinha toda cobertura, não só o PCdoB, mas também o PC..., então ai tinha uma infinidade junto nessa Reforma Agrária. Então não encontrou eco, não encontrou campo aqui, fez tentativa mas não encontrou porque o campo já estava na mão do que eu chamo de esquerda, dentro do PCB.

Não havia uma aliança, mas também não havia hostilização. Era... ele tentou mas não encontrou campo, mas também não houve hostilização, porque o Julião, entendeu, ele fazia uma política socialista avançada, e ele fechava um acordo com o PC, mas na prática ele não praticava os acordos.

⁴¹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989 p. 59

Era muito vago. A diferença que havia era muito vago, porque o PC era radicalista, sacomé? Queria fazer pra valer. O Julião implantava um socialismo mais leve, entendeu? A diferença era essa. Mas era tão ligeiramente que não tinha assim uma diferença capaz de prejudicar uma corrente ou outra, sacomé? Era muito leve

A proposta radicalista era uma proposta realmente de haver uma reforma não só agrária, mas em toda estrutura política nacional, ser implantado o socialismo no estilo em todo o Brasil. Isso é que veio o desagrado, então os homens, os generais, os homens da direita, entendeu, do integralismo, do fascismo, que então deram um golpe no Estado em 1964. (Manoel Ferreira de Lima)

Igreja Católica

Presente na disputa pela representação das organizações camponesas também estava a igreja católica. Preocupada com o avanço das forças de esquerda, ligas camponesas e o PCB, iniciou sua atuação no campo na década de 1960, pressionando pela regularização da sindicalização para os trabalhadores rurais. Criaram órgãos de serviço de orientação, vinculados a dioceses, e equipes de sindicalização rural, como o Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte SAR, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, a Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba e outras.⁴³ Foram feitas pastorais “por uma porta extremamente reacionária”, que buscava a conciliação entre as classes no campo e evitar os conflitos.⁴⁴

A Igreja entrou na questão agrária, através da pastoral de D. Inocêncio, por uma porta extremamente reacionária. Aquela pastoral nasceu numa reunião de fazendeiros, padres e professores rurais e não numa reunião de camponeses e trabalhadores rurais. A preocupação era com a agitação que estava chegando no campo, com a possibilidade da igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis a agitação e ao aliciamento dos comunistas, como assinalariam outros documentos produzidos por outros membros do episcopado. (Martins 1981 p. 88)

As ações das entidades da igreja eram direcionadas a incentivar a organização sindical e o combate ao comunismo, porém não é possível fazer generalizações. A Ação Popular, por exemplo, apoiava o PCB, e tinham um certo grau de distanciamento e autonomia em relação à orientação da hierarquia da Igreja, assim como a Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC).

⁴³ Idem P. 75/756

⁴⁴ MARTINS, José de Souza, Os camponeses e a política no Brasil... Op. Cit. P. 88

Nesse emaranhado de organismos, havia uma orientação comum, dada pela CNBB, que, era a de criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar, Tendo como objetivo central o combate ao comunismo, a CNBB defendia a extensão dessa sindicalização “a todos os centros rurais, sobretudo quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas por segundas intenções”. Essa orientação, todavia, era mediatizada pelo tipo de concepção da Igreja local, que acabava por impor sua marca à organização emergente. Assim, é difícil falar em homogeneidade de linha de ação nessas entidades criadas a partir da ação eclesial. (Medeiros 1989 P.76)

Houve uma mudança do posicionamento da CNBB a partir de 1963 em relação à desapropriação para fins de reforma agrária, que deixou de ser considerada atentado à propriedade, levando em consideração a questão da função social da terra, presente no artigo 141 da constituição de 1946. Contudo, segundo Medeiros a igreja católica era contra os acampamentos e também contra o MASTER, pois segundo a entidade, feria o direito à propriedade privada e à ordem, e por isso eram combatidos.

No Rio de Janeiro a igreja Católica teve influência através Círculos Operários Fluminenses (FCOC), que em 1961 dava apoio a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro FLERJ, associação fundada por Roberto Silveira para disputar a influência nas áreas rurais, que fazia oposição direta a FALERJ, e era chamada pelos lavradores de federação fantasma.⁴⁵ Na disputa pela tutela do movimento a igreja católica criou novas instituições, e novas possibilidades de organização para os lavradores e trabalhadores agrícolas, afirmando seus projetos políticos e dando respaldo, visibilidade e legitimidade à sua luta. Os esforços entre a FALERJ e FLERJ para deslegitimar uma a outra, é uma mostra da importância da organização dos lavradores, que no final da década de 1950 passavam não apenas a resistir aos despejos, mas também a promoverem ocupações.

Nos depoimentos selecionados, foram encontradas poucas menções a ação da igreja. Segundo Pureza a igreja não dava “importância oficial” ao movimento, não havia uma coisa concreta. Essa percepção é compartilhada por Manoel Ferreira

Leonilde Medeiros- Aqui no Rio, como é que era o apoio da igreja? Apoio ou então reação da igreja?

Manoel Ferreira- Era reação da igreja, então nós pichávamos tudo que era de cores. De cores vermelhas, então chamavam. Mas depois de 1968 os padres e bispos no

⁴⁵ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política* Op. cit. P. 253-261

Brasil, eles viram que essa luta era certa, era uma luta justa, era luta divina, era uma luta cristã. Então eles viram que a revolução, apenas era uma ambição dos que diziam revolucionário, e o golpe de estado, então prenderam as terras todas, marginalizou todos os líderes do campo e da cidade, eles ficaram com o governo na mão. E passaram então essas terras, ir passando a essas multinacionais, para esses grandes latifundiários, legalizando as terras nas mãos dos grileiros, como hoje dizem que tem gente se ... parte do Brasil. Então essa revolução em vez de aumentar o número de proprietários, reduziu muito...(Manoel Ferreira)

2.3- Considerações sobre os direitos trabalhistas no campo.

Um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais- posseiros, meeiros e outras categorias que tinham seu trabalho relacionado à terra, mas não eram caracterizados pela lei como empregados- em relação a sua organização, eram os impasses gerados pelas leis de sindicalização e da definição de empregados. Medidas para a regularização do trabalho existem desde o final do século XIX, com a introdução do trabalho livre e assalariado.⁴⁶ Alguns exemplos eram o Decreto nº 979, de 06/01/1903 que legalizava a organização sindical para profissionais da indústria e agricultura e o Decreto 6.437 de 27/03/1907 que criava cadernetas agrícolas, instrumento importante para reivindicação de direitos na justiça. ⁴⁷ Essas leis não tinham muito alcance, estavam limitadas aos colonos do café, eram leis preocupadas em demonstrar uma conciliação entre os interesses de classe, faziam referência a “operários agrícolas”, uma redução das complexidades das relações de trabalho, que levanta a problemática da definição de “empregado”, que levou a disputas política na década de 1930.⁴⁸

Durante o período varguista o Estado busca incorporar o mundo rural, criando uma imagem dos homens e mulheres do campo, um novo conceito de trabalhador “despolitizado, disciplinado e produtivo. ”⁴⁹ Promoveu um debate em 1941, por uma comissão formada por membros do ministério da Agricultura, Justiça e Trabalho, Indústria e Comércio e de representantes dos grandes proprietários, que defendiam a permanência dos sindicatos de formato misto, que incluíam patrões e empregados. Em 1944 foi aprovado a sindicalização

⁴⁶ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, camponeses... Op. cit. P. 48

⁴⁷ SOARES, Felipe Vieira. *O campo na luta por seus direitos: uma análise sobre a relação entre os trabalhadores rurais campistas e os direitos trabalhistas no Rio de Janeiro durante o período democrático (1945-1964)* – 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. P. 19

⁴⁸ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, camponeses... Op. cit. P. 54

⁴⁹ Idem p. 67

separada entre empregados e empregadores, pelo Decreto lei 7038/44, que definia empregadores rurais aqueles que explorassem a atividade rural por conta própria incluindo proprietários e arrendatários, e como empregados “trabalhadores ou operários rurais que trabalhassem por conta de outrem”.⁵⁰

Apesar de constituir uma vitória para os trabalhadores rurais, o decreto de 1944 sofreu um revés com o decreto lei 7.449 de 1945 que abria possibilidade para a criação de associações rurais mistas, subordinadas ao ministério da Agricultura. A existência de duas leis, que seguiram caminhos opostos, mostra a “ambiguidade do sindicalismo rural”. Entidades patronais como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) disputavam a representação sindical e política das classes no campo, e tentavam manter uma falsa atmosfera de harmonia e conciliação entre os interesses, defendiam que os empregados não tinham espírito de classe, capacidade de representar a si, e também não havia necessidade de separação, pois não existia divergência de interesses entre os dois grupos.⁵¹

Se formou assim institucionalmente uma concepção de classe rural, pautada na associação entre as diferentes classes, e diferentes formas de trabalho e acesso à terra existente no campo. A própria subordinação ao Ministério da Agricultura demonstrava o tratamento que o trabalhador rural tinha do Estado. A Consolidação das Leis Trabalhistas foi limitada ao operário urbano, a reforma agrária e a necessidade da extensão dos direitos trabalhistas no campo permaneceram como uma das principais pautas no período democrático. As garantias aos trabalhadores do campo ficaram restritas a algumas categorias contempladas com a criação de leis específicas, como no caso do Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, que regulamenta a relação de trabalho das usinas de açúcar, incluindo os cortadores de cana. O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que começou a ser debatido em 1956, tinha oposição de diversos partidos (PSD, UDN, PTB) e da SRB, só se tornou vigente em março de 1963, com o objetivo de garantir direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Fez uma transposição das regras do trabalho urbano, que acabou por não atender a necessidade e as diversas formas de trabalho existentes no campo. Classificava como empregado rural aquele que prestava serviço mediante recebimento, em dinheiro ou natura, considerava a remuneração não apenas baseada no assalariamento formal. As categorias de parceiros ou arrendatários não eram reconhecidas como

⁵⁰ Idem p. 71

⁵¹ Idem p. 73

empregados.⁵² Foram garantidos uma série de direitos, como limitação da jornada de 8 horas, descanso semanal, estabelecimento de regras contratuais, proteção à exploração do trabalho da mulher grávida e no menor de idade. Foi aprovada em um momento favorável que tinha pouca oposição, e também é resultado das da organização social no campo e do crescente números de sindicatos.⁵³

Essa dominação das classes patronais no campo, não impediu que a classe de empregados criasse sua própria forma de organização, mas criou barreiras e restringiu durante muito tempo a criação de sindicatos. Até 1955 apenas 6 sindicatos de trabalhadores rurais foram criados (STR de Campos 1938 -Rio de Janeiro-, Barreiros, Rio Formoso, Seinhaém – Pernambuco-, Ilhéus, Belmonte e Itabuna –Bahia). Existiam também outras formas de organização, segundo relatório produzido pela ULTAB em 1959, e mencionado por Felipe Soares, em 1956 haviam 108 organizações agrícolas em 17 estados e 5 entidades estaduais e federações. Em 1959 sobe para 122 e 9 respectivamente. Havia também sindicatos não reconhecidos. Mesmo com a dificuldade de regularização dos sindicatos, as formas de organização continuaram.⁵⁴

Em 1963 houve a regulamentação da sindicalização rural. Só era permitido um sindicato por município, um grande número de sindicatos controlava uma federação (nível estadual) e por consequência a confederação (nível nacional). Por isso o controle dos sindicatos era importante. Em 1963 ocorreu a I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, a maioria dos sindicatos ligados à igreja. Nessa conferência foi encaminhado a organização de uma confederação sindical. Já haviam outros pedidos, mas depois se chegou a um consenso para a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG. Reconhecida em 1964, assume o compromisso de reforçar e ampliar os sindicatos, promover a unidade no movimento, e lutar pela implementação das resoluções do congresso de Belo Horizonte. Entretanto, dois meses depois o golpe militar gerou alterações na ação da CONTAG e após o II congresso houve uma reordenação. Um ponto central nessa mudança foi o trabalho educacional, a definição do que é um sindicato, de como ele deveria funcionar. No período da ditadura militar, tiveram papel fundamental na continuação da organização e sindicalização, juntamente com a igreja católica, baseada na teologia da libertação, passou a atuar em defesa

⁵² PRADO JR., Caio. Capítulo 4 *O Estatuto do Trabalhador Rural*, in *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979

⁵³ SOARES, Felipe Vieira. *O campo na luta por seus direitos...* Op. cit. P 27-29

⁵⁴ Idem p. 33

dos indígenas e posseiros. Foram criados o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.⁵⁵

2.4- Associação de lavradores. A forma de organização possível.

Eram duas as formas de organizações utilizadas: O sindicato e as associações (ligas, uniões, irmandade). Os sindicatos eram possíveis aos trabalhadores assalariados (colonos do café, cortadores de cana). Esses trabalhadores, ainda que não tivessem leis de regularização própria, tinham respaldo da CLT. As associações, por sua vez, incluíam todos os grupos de pessoas que tinham alguma relação com a terra, mas não se enquadravam nas relações de proletariado rural. Incluíam assim uma vasta categoria de trabalhadores agrícolas, como arrendatários, parceiros e posseiros, que não encontravam respaldo nas leis trabalhistas, nem possibilidade de organização através do sindicato. Reivindicavam principalmente o fim dos despejos, regularização da terra através da usucapião, investimento na produção agrícola, diminuição da taxa de arrendamento e etc.

As associações eram organizações que tinham uma forte presença local, direta nos conflitos, pois eram criadas em locais que os lavradores estavam sendo despejados e se mobilizaram para enfrentar os grileiros. A Associação de Lavradores de Pedra Lisa e a Associação de Lavradores Fluminense ALF surgem no final da década de 1940, início da década de 1950, nesse contexto. Era a forma possível de organização e de formação de uma entidade com um caráter oficial que pudesse representar as diversas categorias de trabalhadores do campo, que não tinham direitos trabalhistas reconhecidos e que enfrentavam dificuldades de formarem sindicatos que representassem verdadeiramente suas categorias. Para manter o máximo de oficialidade possível eram registradas em cartórios, e inicialmente os próprios lavradores elaboravam um estatuto.

A Associação de Lavradores de Pedra Lisa foi criada no ano de 1948 em Nova Iguaçu em decorrência das ocupações organizadas por Zé Matias. Foi a primeira associação de lavradores da Baixada Fluminense, que surgiu a partir de uma comissão que organizou a

⁵⁵ OLIVEIRA, Arioaldo U. A geografia das lutas no campo... Op. cit. P. 32-34

ocupação e distribuição de lotes a pessoas sem terra.⁵⁶ Com base nos relatos presentes nas entrevistas percebemos uma importante atuação do PCB nessas associações, através de suas lideranças, mas que se deu de formas diferentes. As ocupações promovidas pela associação de Pedra Lisa, segundo Bráulio Rodrigues foram feitas por uma “uma liderança que não tinha expressão nenhuma política partidária, mas tinha expressão de massa”. Esse movimento em Nova Iguaçu é citado pelo líder camponês como exemplo da forma de ocupação na Baixada. Através da trajetória dessas lideranças podemos perceber como a atuação do partido se dava no campo, de como ela se relacionava com esses grupos de lavradores que já davam seus passos.

Tenho que me basear mais por Pedra Lisa né. ...Tinha uma liderança que não tinha expressão nenhuma política partidária, mas tinha expressão de massa, que era o Zé Teodoro, que nós tratamos de Zé Matias, tinha dois nomes Zé Teodoro e Zé Matias, lá ele arregimentava pessoas, e fazia a distribuição adequadamente, sem interferência de nenhum partido político. Sem interferência também de ninguém, pelo contrário, aqui o Tenório ajudou muito, mas lá em Nova Iguaçu Getúlio de Moura que eram um dos chefões políticos da Baixada Fluminense naquela época mandava prender, mandava ... ele que nomeava delegado, ele que fazia tudo na polícia lá, era deputado federal, político do PSD na época, muito influente na Baixada Fluminense, e ele que mandava fazer tudo. Então o Zé Teodoro arregimentava o pessoal, se inscrevia na sede e tinha uma coisa objetiva, as pessoas reservavam um lote para pessoa morar e um lote para pessoa trabalhar lá, quer dizer, quando o sujeito terminava o trabalho o sujeito vinha cá para casa dele não morava na roça. No começo foi assim, cada um tinha um lote lá fora para fazer seu barraquinho, chegava da rua cansado, então, 5 km de Engenheiro Pedreira até chegar lá a pé, andando a pé, são 5 km, de carro é mais rápido, então as pessoas vinham mais a pé porque não tinha condução. Vinha de trem até Engenheiro Pedreira de Engenheiro Pedreira ia a pé lá para dentro, então eles faziam aquilo ali como se fosse uma espécie, para as pessoas se acomodar, depois as pessoas começaram a residir nos lotes lá. (Bráulio Rodrigues)

A referência a ocupação de Pedra Lisa em 1948 é desconectada de conteúdo político. A ocupação tinha sua forma própria, primeiro tinha que se cadastrar, aguardar a medição, morar e trabalhar em lotes separados e depois ocupar definitivamente. Podemos entender que a atuação do partido, que foi de grande relevância para organização do movimento rural, através da formação política dessas lideranças, se relacionava na prática com movimentos que já estavam sendo realizados.

Foi a partir da criação da ALF em 1952, com o objetivo de atender as diversas categorias de todo o estado, que lavradores de outras localidades, fora de Xerém, que estavam enfrentando

⁵⁶ SILVA, Bráulio Rodrigues. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008

os despejos promovidos por grileiros, criaram suas próprias associações.⁵⁷ É importante ressaltar que a ALF surge por influência dos despejos que ocorreram na fazenda São Lourenço em 1951, quando Emílio Carlos Horwitz se estabelece na área, passando a ter controle sobre o local.⁵⁸

Segundo Pureza, a associação ao ser chamada para ajudar nesses conflitos tomava como primeira medida criar um núcleo da associação de lavradores na localidade⁵⁹, essa associação recebia direcionamento da ALF e seus membros até que já estivessem esclarecidos suficientemente para tocar o movimento por conta própria, com autonomia da sua associação. Uma questão bastante presente nos relatos é sobre a importância da participação efetiva dos associados nas atividades das associações, e da conscientização através das palestras e debates necessários para que formulassem uma opinião pessoal sobre a questão, consolidando as demandas do movimento.

A Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro FALERJ surgiu após a criação de várias associações, da necessidade de atender a todo Estado, com uma sede fora de Xerém, e com uma diretoria eleita por representantes de todas as associações. A federação era importante para promover a articulação entre essas diversas associações, facilitando a ação e tomada de decisões. O presidente tinha mandato de dois anos, e geralmente não buscava uma reeleição. Não tinham ambição para o poder, tinha a intenção de formar novas lideranças capazes de assumir a presidência. Segundo Manoel Ferreira se reuniam todas as segundas para analisar os relatórios dos delegados de cada município. Davam entrevista nos jornais, tornando público as lutas no campo.

Havia uma forte participação de lavradores nas associações e federações, não apenas os dirigentes, secretários, tesoureiros e presidentes. A associação era a “primeira fase”, depois vinha a federação e o sindicato. Era importante a transformação em sindicato devido a maior segurança e vantagens, nesse sentido as associações eram limitadas, não recebiam ajuda do governo, a única contribuição era dos próprios associados, que ajudavam com o que podiam.

A presença da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) “organização nacional, como faziam os grandes proprietários de terra” era menor. O órgão que tinha sua direção sob influência do PCB, foi criado em 1954 na II Conferência Nacional de

⁵⁷ PUREZA, José. Memória Camponesa. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982.

⁵⁸ ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras... Op. cit. P. 145

⁵⁹ PUREZA, José. Memória Camponesa Op. cit. P. 35

Camponeses, era mais efetivo na formulação de bandeiras mais gerais, de denúncia da situação vivenciada no meio rural, mas também buscava atuar nas esferas estaduais e municipais.⁶⁰ Tinha como objetivo a articulação de todas as associações e sindicatos de empregados rurais do país e o estímulo à criação de sindicatos no campo. Foi caracterizada como uma aliada, que dava orientação “sem o objetivo de uma obediência central”.

... ela era uma aliada à Federação, era uma orientadora, sem o objetivo de assim de uma certa obediência central, certo? Agora ela dava toda a cobertura, toda a gente, toda ajuda de Reforma Agrária. Porque nosso objetivo não era realmente só criar Federações em todos os Estados do Brasil e também uma Confederação Nacional, quer dizer, já saía daquele ponto de vista da ULTAB, e a ULTAB se limitava apenas a dá uma orientação nacional sobre a reforma agrária

Leonilde Medeiros- Agora. Qual era a luta principal da Associação? A reivindicação mais importante das associações, ...?

O que era mais importante era realmente que cada lavrador tivesse um pedaço de terra para trabalhar. Esse era o objetivo principal de todos os pobres do Brasil, porque cada um tendo um pedacinho de terra, então tinha uma grande vantagem. Primeiro, ele tinha uma maneira de conseguir criar a família e não ser preciso ir para a cidades, e, segundo de criar favelas na cidade para não perturbar seus próprios companheiros operários, então completaria a produção do Brasil e podíamos comer mais barato e aumentava empregos e etc... (Manoel Ferreira p. 16)

As associações foram fundadas no contexto das lutas locais, de ocupações de terras e dos despejos promovidos por grileiros. Além de demonstrarem que as formas de organização se constituíam a partir dos interesses e demandas locais mais imediatos, principalmente a Associação de Lavradores de Pedra Lisa, são uma demonstração da existência de organizações antes da atuação do PCB.

Conforme o relato de Pureza, no final da década de 50 esse movimento ainda estava em formação. Esse sentido da organização de baixo para cima, que é apontado por ele, que foi um dos principais articuladores do movimento nesse período, sinaliza um dos caracteres dessa organização, de conciliação entre uma tradição de organização partidária orientada pelo PCB e esse movimento de resistência a expropriação e ocupação de terras que já vinha ocorrendo, como no caso de Pedra Lisa nas ocupações organizadas por Zé Matias. Entendemos, como base

⁶⁰ CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.) O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004

nos seus relatos, que uma característica marcante desse movimento que estava surgindo, era a adaptação da formação e instrução partidária à realidade desses lavradores.

Não tinha muita coisa feita. A força começou mais em 1958. Nós precisávamos de primeiramente ser acreditado. Não é qualquer um que chega no campo que os camponeses vão acreditar. Só depois de um tempo, que os camponeses viram que quem estava ali era par valer, ajudar de fato, foi quando eles começaram a dar uma atenção de fato. Eles compareciam nas convocações em massa. Uma coisa eles faziam questão de disser aos companheiros, que a organização era deles, e que eles não eram dono de nada, tudo dependia deles, a organização começou para defender o direito do lavrador. Nós não tínhamos médico, dentista, não tinha nada. As associações só viviam lotadas, se reunia uma vez por semana, 15 dias, ou mês a mês. E sempre cheio, pois aos poucos as pessoas ganhavam consciência da luta. Esse é um problema muito grande, a conscientização dos camponeses Então eu sou contrário a essa tese de que camponês não quer nada, que é medroso. Tem que dar ajuda suficiente para ele ver as coisas melhores, depois que ele toma consciência do que precisa do que quer, eles não são medrosos, e nem se pode dizer que ele não quer nada (José Pureza da Silva)

Os lavradores buscavam a ALF para reforçar a luta, essa só atuava depois dos “fatos sucedidos”. Eram os camponeses com sua própria iniciativa, que faziam seus movimentos”. Os lavradores faziam uma reunião e convocavam a associação, nesse contato eles entenderam que “organização nenhuma pode ser transplantada”. No campo o trabalho de organização era bem diferente ao que existia na cidade”⁶¹, local onde o sindicato era conhecido, os trabalhadores sabiam aonde reivindicar. A tática foi ter contato direto, ver como viviam, conversar com eles, discutir. Para Pureza foi o que deu bom resultado e não havia outra forma de se relacionar com os camponeses. No seu entendimento havia uma necessidade de ir às bases, discutir e ajudar a implementar as demandas. Tinha que conhecer a realidade do setor, sem chegar com ideias prontas.

Havia a preocupação em criar somente uma associação em cada município, para haver unidade e não criar disputa no movimento. Essas associações agregam “todo mundo” pequenos proprietários, posseiros, arrendatários etc. Não tinham associações voltadas para os assalariados, mas também lutavam por seus direitos.

Então a vida, ela, é isso que eu digo, essa é a verdadeira escola. Que cada lugar tem um sistema de fazer organização, não é porque lá em Pedra Lisa foi feito assim, que tinha que ser feito igual lá não, não tinha nada disso, aqui tem que ver as condições daqui, conforme Antônio contou a história dele, do movimento de luta dele aqui, tudo

⁶¹ PUREZA, José. Memória Camponesa Op. cit. P. 35

feito de acordo com a orientação daqui, agora a minha dúvida toda é com relação a questão da continuidade na terra (Bráulio Rodrigues)

Não recebiam nenhum tipo de subsídio do poder público, o apoio para manter a associação funcionando vinham dos próprios lavradores, e também de outros setores, como os sindicatos urbanos.

Então eu, era muito diferente do que e hoje as ocupações. As ocupações praticamente é uma coisa assim, sem querer desfazer o mérito de todos que estão fazendo ocupação hoje, tem uma certa estrutura que garanta a eles as ocupações, já entram com caminhões, já entra com alimentação, já entra com ferramenta. Lá não, naquela época a ocupação se garantia com a nossa força, a força de nós todos, junto ali, com facão com espingarda, com carabina, não sei o que... e se garantia, e não tinha nada por detrás, cada um fazia seu próprio sustento. Quer dizer, então era muito mais difícil as ocupações naquela época e tinha os grileiros, que era muito forte naquela época, hoje tem os fazendeiros, é verdade são fortes também, tem a polícia, a justiça sempre ao lado deles lá. Como tinha naquela época, os subdelegados eram nomeados pelos, por exemplo, ou seja, eu simpatizei com você, você vai ser subdelegado dessa área aqui onde Antônio mora, quer dizer você não ganhava nada, mas tinha o título de subdelegado, você prendia, você batia, você fazia tudo em nome da lei, não tinha nada que dissesse que você era subdelegado, que o governador nomeou. Então isso tudo hoje e diferente de antigamente, não quero desfazer de nada que está sendo feito hoje por aí Brasil a fora, mas a verdade, há uma diferença muito grande do que acontecia naquela ocasião (Bráulio Rodrigues)

O levantamento das terras griladas foi uma ação comum das associações de lavradores, citada na maioria dos depoimentos. Era feito com o intuito de identificar as terras devolutas e diminuir as barreiras para a desapropriação. Junto com o levantamento de dados a pressão de massa era a forma de ação mais utilizada para tentar barrar um despejo. Os lavradores se dirigiam para a cidade, ocupando praças, casas e prédios públicos. A ação era realizada com o intuito de dar visibilidade ao movimento, mostrando para o pessoal da cidade o que acontecia nas áreas afastadas do seu convívio.

As outras desapropriações nós também ganhamos com o movimento de massas. Então depois nós compreendemos que não adiantava fazer pedidos por escrito, porque ficava o escrito guardado nas gavetas, e a resposta não era nunca satisfatório. Nós partimos para o movimento de massa. Foi depois que veio o Badger... deu pouca cobertura ou nenhuma aos lavradores, ao contrário, ele procurou dividir os lavradores formando até outra federação, outra agremiação, compreendeu? (José Pureza da Silva)

Quando hoje a gente vê o seguinte, eles dizem que uma desapropriação não se pode ser feita em 10 12h nem em 24h. Mas quando a gente está com a massa na rua a desapropriação é feita em poucas horas, conforme várias delas foram feitas. Portanto que ficou claro, é que dificilmente a gente pode ganhar uma desapropriação fazendo documentos, requerimentos, dificilmente chegamos a ela. A desapropriação, ficou

claro evidente que só é adquirida quando o movimento camponês começa a fazer. (José Pureza sobre a desapropriação em Cachoeira de Macacu)

A resistência armada não era um direcionamento das associações de lavradores, a atuação principal e recomendada era as ações judiciais, a pressão de massa e posteriormente as “ocupações reivindicatórias”. Como no caso de Cachoeira de Macacu, relatado por Pureza, a federação aconselhou os camponeses que queriam “resolver no gatilho”, que não daria certo. Pois a polícia estava de metralhadora para fazer o despejo. Os próprios lavradores não responderam ao chamado combinado para caso fosse necessário o levante armado. Pureza e a federação conseguiram ganhar a opinião da massa, e modificaram a forma de luta, levando todos para Niterói.

Em entrevista realizada com Palmira Cruz Menaguali, neta de Francisco José da Silva (conhecido como Velho Chico ou Chico Silva), conta que o conheceu quando tinha aproximadamente 18 anos, por volta de 1963, quando sua mãe ganhou um sítio em Chapéu do Sol.⁶² Era trabalhadora doméstica, até que foi morar com sua mãe neste sítio. É muito presente em sua memória o momento em que sua mãe foi presa na delegacia de Xerém, assim que “estourou a revolução”, a ditadura militar de 1964.

Aí estourou a revolução. A gente ficou sem notícia dele. Minha mãe teve que ser detida, ficou detida né, que ela ficou na delegacia. Mais ou menos uma semana, e ele estava escondido lá no nosso sítio. Porque ele apareceu e teve que se esconder. Porque minha mãe ficou sem notícia, minha mãe estava nervosa. Ai um amigo dele foi lá e deu a notícia, que ele estava bem, mas ele apareceu lá. Ai quando ele apareceu a noite, já era bem tarde a noite. No dia seguinte apareceu gente lá para pegar ele. Só que ele já estava escondido no sítio. Aí ele chegou, de um chute na minha mãe, ela estava operada do apêndice, aí a gente ficou todo mundo nervoso, meu tio ficou nervoso, meu irmão que já estava com ela. Mas a gente não podia fazer nada, porque a gente pensava até que era da polícia, mas não era. Era como é que fala... alcaquete né. Era um cara que fazia mandado dos caras.

No primeiro dia que ela saiu, ela logo sai atrás para saber o que tinha acontecido, se eles tinham sumido com a minha mãe, porque naquele tempo, o pessoal dizia que sumiam com as pessoas, aí eu fiquei apavorada. Ai quando ele falou que se meu padraсто aparecesse que ela seria liberada, aí eu cheguei em casa mandei recado pro seu Francisco, que se ele não se entregasse eu ia dizer que ele estava ai. Eu não estava aguentando mais, foi mais de uma semana. Uma semana ela ficou né, aí chegou no domingo eles falam isso. Na segunda feira eu falei que se eu encontrasse com ele, eu mandava que ele fosse se apresentar. Mas eles sabiam que ele estava escondido lá, eles sabiam. Só que o sítio era de difícil acesso, então não tinha como eles irem lá. Aí eu falei

⁶² Sua mãe, Sebastiana da Silva Melo, não era das áreas rurais de Duque de Caxias, era trabalhadora doméstica, mas ela já havia trabalhado derrubando a roça, quando morava em São José. Queria ter um sítio, para trazer os filhos para ficar com ela, por isso buscou saber sobre a distribuição de terras que ocorria, e assim conheceu Chico Silva. Infelizmente por questões de saúde não conseguimos realizar a entrevista com ela.

com ele, tadinho, ele veio, pediu para eu botar água para ele tomar banho, botei a roupinha dele, aí ele foi. Mas quando ele estava chegando em Mantiqueira encontrou um amigo dele. E ele falou com ele: Chico, você não vai se apresentar, se você se apresentar eles vão te matar. Aí levaram ele, não sei para onde, que ele também sumiu. Aí ele saiu, logo depois eu saí atrás. Aí quando eu cheguei na delegacia eu disse e agora? Seu Francisco não está mais lá no sítio. Aliás eu encontrei com seu Francisco, mandei que ele viesse se entregar porque se não a minha mãe ia ficar detida ia ficar presa mesmo, porque eu vi eles lavando a sela, botando colchão, dois três colchões, fazendo uma cama assim mais ou menos. Aí eu falei com o policial, minha mãe não vai ficar presa não, porque ela não fez nada. Aí falei com ele, ó, encontrei com ele lá na ponte de Xerém, e pedi para ele vim se entregar, mas aí apareceu esse amigo dele, e levou ele não sei pra onde também, que depois a gente ficou sem notícia, ficou todo mundo preocupado, aí passou uns tempos, minha mãe descobriu aonde ele estava, estava num sítio lá pro lado de Itaguaí. Aí passou aquela confusão toda né, aí ele se apresentou, foi preso...

P- Quanto tempo, mais ou menos?

R- De 15 a 20 dias preso. Não, não, dessa vez ainda não foi pra Urca não, foi pra Niterói mesmo. A Urca foi a última vez que prenderam ele. Ele apareceu, já estava tudo resolvido, porque o movimento dele era pacífico. Não tinha arma não tinha nada, era enxada, foice, os trabalhadores. Aí ele saiu depois ele apareceu novamente outro problema, tornaram a prender ele, aí eu já estava casada, já tinha minha filha, a Graça, que é a mais velha.

R- Ele teve outras prisões, só que era pouco tempo, que eles viam que ele não tinha, nunca teve, nunca encontrou armada nada lá na casa deles, nem aqui em São Lourenço, nem lá na nossa casa, porque não tinha. Aí depois ele se separou dessa mulher, minha mãe veio pra São Lourenço, aí eu vim com eles, ainda vim solteira ainda, aí me casei, fiquei morando lá na frente, lá na casa, num barraco no sítio dele, ficamos lá

Ela e sua família foram morar na fazenda São Lourenço após o golpe militar de 1964, diz não ter participado muito da vida de Chico Silva, então não sabe, ou não se lembra de muita coisa sobre a atuação dele no movimento dos lavradores. Segundo Palmira Cruz seu avô ajudava principalmente com algumas documentações, como para conseguir aposentadoria. E desconhecia atitudes mais radicais.

R- Era pacífico, não tinha esse negócio que a gente vê passando na televisão, era uma coisa pacífica. E a fazenda São Lourenço já estava desapropriada. Então eles foram, tinha muitos moradores lá, que era tudo, que ele tinha colocado. Aí ele ficou nessa fazenda, pena que naquela época não tinha máquina, não tinha nada para tirar uma foto. Esses dias mesmo uma pessoa perguntando se não tinha nenhuma foto da fazenda velha, da fazenda São Lourenço, eu disse não, não tem.

É. Ele era uma pessoa boa, ajudava todo mundo, era pobre infeliz. Porque o pessoal achava que ele cobrava, que ele ganhava dinheiro com isso. O problema todo era esse, eu imagino que era esse né.

P- E como que era isso, como que ele ajudava as pessoas?

R- Ajeitando documento

P- Ele também buscava fazer reuniões com os lavradores, com o pessoal, para saber qual era a necessidade deles, como ele podia ajudar?

R- Minha filha isso aí não sei te dizer. Porque ele comandava mais aqui na fazenda São Lourenço. Isso aí eu não sei te dizer. Mas sempre ia alguém lá em casa pedir ajuda. Até mesmo para se aposentar ele conseguiu aposentar muita gente, que eram lavradores. Então é isso, ele era uma pessoa que fazia o bem, mas infelizmente, foi uma interpretação errada da polícia, porque hoje está do jeito que era mesmo antigamente, que as pessoas acham que a gente se fez uma caridade é porque a gente está roubando né. Isso aí que eu sei, mas nunca soube de coisa assim que ele tivesse feito, nunca soube de coisa errada.

Moisés participou do processo de ocupação e desapropriação da fazenda Capivari, e acompanhou as lutas na Baixada desde a década de 1940. Em seu relato fala sobre a ocupação das áreas próximas a Fábrica Nacional de motores, região disputada por grileiros que foi ocupada por lavradores ao longo dos anos, devido ao abandono das antigas fazendas. Esses posseiros tinham origem de diversos estados do país, a área era de pouco interesse devido as condições de acesso e da febre que fazia diversas vítimas- só permanecia quem tinha o conhecimento das ervas e do preparo dos remédios. Esse era um dos motivos da realização das obras de saneamento no governo Vargas, na ocasião a companhia Enco ficou responsável pela dragagem da maioria dos rios da Baixada Fluminense. A dificuldade de existência de títulos de propriedade se somava a uma quantidade de documentos grilados.

Sobre o conflito da fazenda Capivari, o “formigueiro”, se tratavam de terras griladas reivindicadas pela companhia Enco. Eles sabiam da situação das terras devido ao trabalho de levantamento que faziam nos cartórios. Estava presente quando a polícia foi a fazenda para avisar os posseiros sobre o despejo, não teve troca de tiros, apesar das tensões que seguiram com a atuação do padre Aníbal. A associação deu apoio jurídico ao levante em Capivari, mas não apoiava um conflito armado, pois tinham a informação de que a desapropriação já havia sido realizada. Conforme o relato havia uma um grupo a favor do enfrentamento do despejo e outro contra, que faziam parte Guaraciaba, José Pureza e Chico Silva, que ele cita repetidas vezes.

A associação não orientava para uma resistência armada pois estava atenta a capacidade repressiva do governo Badger da Silveira. Eles não queriam promover uma guerra contra o governo, apenas morar na terra onde estavam ganhando o pão de cada dia. Não houve tiros em Capivari mas houve em outras localidades. A resistência armada não era orientação das associações, mas seus membros participavam de forma independente, e davam apoio, de forma

jurídica por exemplo. Não se colocar a frente desses conflitos, assim como das ocupações, era uma forma de manter a associação, e evitar o seu fechamento.

Sobre a fazenda São Lourenço Moisés menciona que não bastava apenas o decreto, o processo ser finalizado, com o recebimento da indenização. Como os lavradores não acompanhavam, perdiam os prazos e os despejos voltavam a acontecer. Segundo Moisés, por isso instruir os lavradores era importante, pois o camponês não tinha experiência com essas questões.

As estratégias que Pureza entendia como válidas não orientavam para um conflito armado. Apesar de reconhecer que as ações na justiça, pedidos não geravam resultados e que apenas com a pressão das massas se alcançavam os objetivos, essa pressão estava relacionada a manifestações públicas nas cidades, somadas a outras estratégias como o levantamento e ocupação de terras griladas, no intuito de facilitar o pagamento da indenização e ter mais sucesso na desapropriação.

Essas características das organizações do pré 64 presentes nos relatos selecionados nos fornece uma base para entender a resistência armada, conforme ocorre na Fazenda São Lourenço em 1961, como uma das formas como essa orientação partidária podia ser internalizada e assimilada pelos sujeitos que compunham a base das organizações camponesas.

Percebe-se que o partido era bastante presente na região e importante para a organização e surgimento das associações, mas a decisão de ingressar nas lutas no campo, dependia do reconhecimento dos despejos como injustos. Hernandez analisa as ocupações de terra no Rio de Janeiro como um processo histórico, e identifica uma mudança na forma em que se davam essas ocupações. Inicialmente eram ocupações feitas aos poucos, sem organização prévia e passaram para as “ocupações reivindicatórias o ato por meio do qual um grupo de famílias, de tamanho variável, ocupa uma área e nela monta um acampamento com o objetivo de reivindicar junto ao Estado a sua distribuição entre os ocupantes”.⁶³ O autor estabelece uma relação entre as ocupações do pré 1964 e as da década de 1980, como uma continuação no movimento e retomada das terras cujas desapropriações foram revogadas durante a ditadura.⁶⁴

⁶³ ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras... Op. cit. P. 136

⁶⁴ Na ocupação no Imbé, Campos, foi realizado um acampamento em 1963, na residência de um lavrador que estava sendo expulso por usineiros. Situação por qual passavam outros ocupantes, ou pequenos proprietários. A maioria dos ocupantes era de ex trabalhadores das usinas de cana de açúcar da região. Passaram a reivindicar a desapropriação da área em torno do acampamento. Hernandez faz relação com as ocupações da década de 1980, a partir da ocupação de Campo Alegre.

A partir da fundação da Falerj e das primeiras vitórias nas lutas armadas contra os grileiros — como as de São Lourenço e de Cachoeira Grande os posseiros começaram a organizar grupos para realizar ocupações reivindicatórias em áreas previamente mapeadas. Como já mencionamos, a primeira ocupação reivindicatória que atingiu seus objetivos de desapropriação da área e assentamento das famílias no estado do Rio de Janeiro foi a ocupação do Imbé, em janeiro de 1963, citada no início desse texto.⁶⁵

A resistência armada na fazenda São Lourenço é apontada como motivadora, dos confrontos que aconteceram nos anos seguintes.

A desapropriação da Fazenda São Lourenço teve grande repercussão junto aos lavradores e suas associações em todo o Rio de Janeiro. Após esse caso, observou-se, nos três anos seguintes, uma sequência de confrontos armados — em geral motivados por tentativas de despejo — e de ocupações de terra. Embora os conflitos da época estivessem concentrados em Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé, municípios da Baixada Fluminense, ocorreram também em diversos outros municípios fluminenses, tais como Cachoeiras de Macacu, como mostra a foto abaixo. Ao longo das disputas, foram sendo formados novos líderes, como Laerte Bastos, por exemplo.⁶⁶

A disputa entre as diferentes forças, o PCB, as ligas, associações, lideranças locais, partidos políticos, governo federal, pela representação do movimento, contribuiu no desenvolvimento de diferentes formas de organização e mobilização que, no seu conjunto, resultou em crescimento dos movimentos sociais no campo, e também na radicalização dos conflitos. Outro fator que explica o processo de mobilização foi a chegada de famílias imigrantes vindas principalmente do norte do estado, Espírito Santo e Minas Gerais vítimas de secas e da falência de núcleos cafeeiros nessas regiões. Esse fluxo de pessoas formou um contingente disposto a se inserir nas lutas. Um fator importante para o acontecimento das mobilizações foi a generalização dos despejos ao longo da década de 1950, que gerou uma ruptura nas relações de dominação, mudando a visão em relação à propriedade.

⁶⁵ Idem p. 124

⁶⁶ Idem p. 151

Capítulo 3 – Trajetórias de lutas e resistências dos lavradores na Baixada Fluminense

As relações de poder, no Brasil colonial, estavam ligadas a ocupação, ou disputa, de terras. Devido à dificuldade de dominar o vasto território, a metrópole portuguesa teve que recorrer à iniciativa privada, o que "determinou a benevolência do governo com os particulares". Os chamados "homens bons" agiam para eleger seus candidatos a juízes ordinários e vereadores, que durante muito tempo geriram os negócios públicos. Eram senhores rurais, proprietários de terras. Ficavam excluídos os "operários, mecânicos, degredados, judeus e os estrangeiros"; como eram chamados, essencialmente, os agricultores". Era de responsabilidade da câmara municipal todos os assuntos locais, administração, policiamento, justiça, representava o interesse dos latifundiários e, dessa forma, os interesses públicos e particulares se confundiam¹. Esses senhores controlavam a vida social, que se concentrava nas propriedades rurais, e também política, que se concentrava nas câmaras municipais².

No período imperial, a maior centralização política fez os senhores de terras perderem parte de sua capacidade de governar os municípios. Contudo, continuaram dominando os cargos políticos, e ultrapassaram a esfera local³. As classificações dos membros da Guarda Nacional, instrumento de dominação política a serviço do poder central, que passou a atuar durante o império,- coronel, capitão, major,- foram as formas como ficaram conhecidos os representantes políticos estaduais e municipais. Existia um conflito de poderes motivado pela defesa de interesses pessoais e políticos, que apesar das mudanças, deixou resquícios na política brasileira. O início da república consolidou o sistema eleitoral como meio de escolha dos principais cargos públicos. Segundo Vitor Leal Nunes o coronelismo:

“resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja uma adaptação em virtude da qual resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com regime político de extensa base representativa.”⁴

¹ QUEIROZ, Maria Isaura P. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios, São Paulo, Editora Alfa- Ômega, 1ª edição, 1976. p 9-15

² Idem p 22

³ Idem p 37-39

⁴ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Alfa Ômega, 1975 p. 40

Segundo o autor, a manutenção da influência dos chefes locais, no novo sistema político, dependia da reciprocidade entre o poder público e esses chefes locais. Sendo, em sua maioria, esses chefes locais latifundiários, a estrutura agrária era a base de sustentação do poder privado, mais marcantes do interior do país. A fonte do poder, de prestígio político era seu eleitorado. Devido a sua privilegiada situação econômica e social, atuava, na jurisdição de seus dependentes, no arbítrio entre desavenças e em funções policiais.

A relação entre o poder privado e o poder político teve reflexos na organização política do país. A característica fundamental do coronelismo ressaltada pelo autor é a relação entre o poder privado dos chefes locais e o poder público, que tem como ponto de interesse a relação com o eleitorado. No período republicano o fim da escravidão e a extensão do direito de sufrágio, deu importância ao voto do trabalhador rural, o que aumentava o poder político dos donos de terra, por conta da influência que tinham sobre seus dependentes. O poder residual do coronelismo não teve um fim completo, pois não atingiu a sua base de sustentação que é a estrutura agrária.⁵

Com a constituição da república, e o fim do trabalho escravo, não houve mudança no tipo de propriedade e exploração desde a colônia, permaneceu a monocultura e latifúndio. Com o estabelecimento do voto os proprietários rurais continuaram controlando o poder político, através do controle do eleitorado, os “agregados” não podiam ir contra o coronel, seu maior prestígio era a possibilidade de realização de favores, quanto maior essa capacidade, maior o número de eleitores⁶. O poder estava nas mãos do “mandonismo local”, a república no Brasil foi construída a base dos poderes particulares.⁷ Todos esses políticos faziam parte de uma só classe existente na vida pública, a dos proprietários rurais, que só se dividia em relação aos interesses pessoais. O interesse coletivo se confundia com os interesses dessa classe.

Segundo Martins existe uma “exclusão dos camponeses do pacto político”, e a história dessa exclusão, é o que define seu lugar no processo histórico⁸. “Por serem pobres estavam excluídos de toda estrutura de poder de então”, do círculo de poder existente no momento.⁹ As primeiras formas de luta e resistência camponesa ocorreram nos primeiros anos da república. Messianismo e cangaço eram as formas de resistência camponesa durante o coronelismo. Esses

⁵ Idem p. 122

⁶ QUEIROZ, Maria Isaura P. O mandonismo local na vida política brasileira...Op. cit. 83-85

⁷ Idem p 95

⁸ MARTINS, José de Souza, Os camponeses e a política no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1981. p. 25

⁹ Idem p. 40

dois movimentos não devem ser tomados como alienação ou falta de força política. A luta era localizada porque o processo político se dava de forma localizada.¹⁰ Os militares estavam enfrentando o projeto de sociedade que esses camponeses, de Canudos e do Contestado, estavam implementando. A intervenção militar foi o que fez das guerras camponesas guerras políticas, pois o posicionamento, contra esse projeto de sociedade foi colocado como uma rebelião contra o sistema político nacional, isso demonstra o reconhecimento do perigo que esses grupos representavam para ordem instituída. Canudos e Contestado foram resistência de classe. Primeira forma de manifestação de uma vontade própria.

Na década de 1930, momento de centralização de inspiração militar no poder, os coronéis, interrompidas as eleições, perderam grande parte de seu poder político. Com o fim da ditadura em 1945 o coronelismo passou a ter uma forte presença política através do Partido Social Democrata (PSD)¹¹. A história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato.¹²

A história da violência na Baixada, é a história de múltiplas formas de segregação, dominação e agressão aos direitos humanos. O Estado legitimava a “Instrumentalidade política da violência”¹³, pois o padrão de violência era uma de suas bases de sustentabilidade. Um modelo de poder que legitimava a violência, não como imposição, mas como “forma de dominação historicamente elaborada”, que existe pela sua permeabilidade.¹⁴ Os fatores que contribuíram para tornar a violência uma "credencial política " foram a rápida incorporação urbana e processo de loteamento a partir da década de 1930, a concentração populacional e eleitoral, a importância estratégica para os grupos políticos dominantes, sua relação com a esfera política, as consequências do golpe militar e o abandono do estado. Essa “credencial política”, que conduzia o sistema, dava suporte ao "posto chave do executivo, legislativo e judiciário " e seus operadores.

A formação de uma estrutura de execução sumária, os chamados grupos de extermínio, começou no final da década de 1960, e correspondia ao modelo de dominação estabelecido pelo poder local na relação com os interesses supralocais¹⁵. As relações de poder estavam submetidas

¹⁰ Idem p. 63

¹¹ Idem p. 64

¹² Idem p. 80

¹³ ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003. p. 75

¹⁴ Idem p. 77

¹⁵ Idem p. 79

às vontades individuais, de ampliação desse poder sob um território. Não existiam muitas garantias, e a violência que iria gerar essa garantia. A violência se consolidou como a base da estrutura política da Baixada Fluminense, que tinha a maior concentração eleitoral do estado antes da Ditadura Militar de 1964.

Os fazendeiros, o poder privado, a liderança política local, enfraqueciam junto com a decadência das suas terras. O voto passava a ser cada vez mais a forma de legitimação do poder. Os senhores colônias, os grandes proprietários de terra do período colonial, agora decadentes dependiam do poder do governo central, mesmo isso significando perda da sua autonomia. Essa reciprocidade entre os chefes locais e governo central se manteve, os coronéis tinham o controle dos eleitores e o Estado tinha o controle dos mecanismos de reprodução do poder local (dos cargos, dos favores, da força policial). O favor e a violência eram usados para o controle pelo poder local. Os delegados e subdelegados passavam a ter cada vez mais valor para os políticos locais, eram utilizados como instrumento de controle.¹⁶

A década de 1930 gerou mudanças na política, o coronelismo se manteve através de uma nova relação com as massas urbanas. A expressão do poder local do pós 1930 pode ser ilustrada pela trajetória política de Getúlio Barbosa de Moura e Tenório Cavalcanti. Alves aponta como exemplo da conjuntura política desse período, o episódio em que Getúlio de Moura tenta tomar através de um golpe a prefeitura de Nova Iguaçu. Consegue armar e retirar o sargento do destacamento militar do estado, e tomar posse da prefeitura. Getúlio de Moura é preso, e interrogado, alegando que seguia o exemplo do presidente da república. Após prestar esclarecimento foi solto, voltando a ocupar e a concorrer a cargos públicos. Esse golpe mostrava que as antigas figuras políticas locais, centralizadas na figura dos coronéis, estavam perdendo poder para novas figuras políticas, sem base de poder ainda definida. Era também uma mostra dos recursos que seriam utilizados para consolidar essa base: força, violência e ilegalidade.¹⁷ Havia um movimento de ruptura com a ordem existente, no surgimento dessas novas figuras políticas e na consolidação da sua trajetória.

3.1- A formação da trincheira. A justiça feita à maneira dos posseiros da fazenda São Lourenço.

¹⁶ Idem p. 131-132

¹⁷ Idem p.133-134

Segundo o jornal *Imprensa Popular*, em matéria de destaque na capa com o título “Incendiadas em Caxias as casas dos lavradores”¹⁸, o primeiro despejo que ocorreu na Fazenda São Lourenço, se deu em 1951, quando centenas de lavradores foram expulsos, tendo suas casas incendiadas e seus pertences roubados. De acordo com a matéria, no dia 27 de setembro, incêndios foram praticados pela polícia a serviço do deputado Getúlio de Moura, e do “alemão nazista” Emílio Horwitz que juntos com Capitão Felipe de Souza Barboza e os herdeiros de Cicero de Souza Figueiredo, surgiram reivindicando a propriedade. Ainda segundo a matéria a fazenda era ocupada por posseiros a mais de 12 anos, eles produziam mandioca, abacaxi e banana, e pagavam a “matagem” a Felipe Gama, que se dizia proprietário das terras.

Ao passarem pela fazenda os repórteres encontraram várias famílias ao relento, inclusive crianças e idosos que não tinham lugar para ir. O periódico revela o alto grau de violência da ação. A matéria denuncia também a audácia do grileiro Emílio Horwitz, que andava em carro oficial, acompanhado por um oficial de justiça, e que uma vez tentou sequestrar um repórter do jornal, o obrigando, com coerção armada, a entrar em um carro. Getúlio Barbosa de Moura afirmava não ser advogado no caso de despejo da fazenda São Lourenço, em sessão da Câmara, registrado no jornal *A Manhã*, em setembro de 1951. A fazenda é mencionada pelo periódico como “pertencente à União.”¹⁹ Na mesma data foi registrado no jornal *O Diário Carioca*, a defesa de Getúlio de Moura, que, “declara que nada tem a ver com a ação que os proprietários da Fazenda São Lourenço estão movendo contra os lavradores que ocuparam indevidamente suas terras.”²⁰ Como podemos perceber, a questão da propriedade da terra é tratada de forma ambígua pelo político, que se defendia das acusações de fazer parte do despejo ocorrido, primeiro como terras da União, depois como terras ocupadas indevidamente.

Apesar das afirmações do deputado, a relação entre Emílio Horwitz e Getúlio de Moura, é encontrada em documento no fundo Tribunal de Segurança Nacional²¹, no Arquivo Nacional. Em 1941 Emílio João Carlos Horwitz foi testemunha no processo crime de Euclides Ferreira Gomes e outros. Sobre apuração dos membros da diretoria, da administração anterior do Banco da Lavoura de Iguassu, “Referente a irregularidade na aplicação, distribuição e escrita do capital

¹⁸ “Incendiadas em Caxias as casas dos lavradores”. *Imprensa Popular* 27 setembro 1951. Edição 804 P. 4

¹⁹ *A Manhã*. 1 de outubro 1951 Edição 3119

²⁰ *Diário Carioca*. 02 de outubro de 1951 Edição 7135

²¹ Arquivo Nacional. FUNDO: Tribunal de Segurança Nacional - BR RJANRIO C8 APL 807 v. 1

realizado pelos sócios-quotistas”. Emílio Horwitz é testemunha do acusado, e Getúlio Barbosa de Moura era seu advogado.

Em depoimento Nilson Venâncio conta como foi a chegada de seu pai na fazenda São Lourenço, um dos afetados no despejo de 1951. Ele foi como machadeiro, pois na fazenda era proibido plantar. Depois seu pai foi o primeiro a construir um sítio e ter permissão para plantar. Quando começaram a plantar ocorreu o despejo promovido por Emílio Horwitz. Os lavradores foram obrigados a sair e tiveram as casas incendiadas. Seu pai recebeu um valor simbólico pelo sítio que possuía na localidade. O despejo de 1951 representou para Nilson Venâncio um momento muito difícil em sua vida em que seu pai ficou sem poder trabalhar e perdeu dois irmãos. O impacto gerado pelo despejo em sua vida, teria sido o motivo de ingressar no PCB e atuar da luta dos posseiros contra os despejos.

Exatamente um ano após despejo da Fazenda São Lourenço de 1951, o jornal *Imprensa Popular*, em matéria que já mencionamos anteriormente (no capítulo 1), relembra o ocorrido²², e o conectava aos despejos que aconteceram posteriormente nas fazendas Capivari e Penha-Caixaão. Acusava Emílio Horwitz, de usurpar a lavoura de várias famílias, e de estar protegido pelas forças policiais, que furtavam a produção dos que foram expulsos da terra. Em matéria de janeiro de 1953²³ notícia o ataque a Associação de Lavradores, onde levaram pessoas presas e destruíram o lugar, feito por policiais fardados e civis. Também fala da resistência ao despejo em Capivari, e dos ataques que os lavradores sofriam, mesmo após a comprovação pelo advogado que as terras estavam sendo griladas.

Outra matéria denunciando o desencadeamento da grilagem, após o evento de 1951, é encontrada no jornal *Última Hora* em 1958, sobre o despejo ocorrido naquele ano na Fazenda Piranema. Com título “*Advogado e protetor dos ladrões de terra, Getúlio de Moura ordenou saque em Piranema*”, apontava o episódio como mais um do grave terrorismo político na Baixada Fluminense, e acusava Getúlio de Moura de ser o chefe de uma quadrilha de grileiros, e que o relato da matéria seria “apenas uma pequena parcela da infinidade de desmandos e crimes cometidos contra o povo.”²⁴ Penha e Caixaão foram nomes inventados pelo grileiro Lourival de Freitas, que na época da grilagem era presidente do Partido Republicano e apoiou

²² “Centenas de camponeses expulsos de suas terras”. *Imprensa Popular*. 27 de setembro de 1952 Edição 1280 p. 4

²³ “Investem os grileiros contra uma associação de lavradores”. *Imprensa popular* 31 de janeiro de 1953 Edição 1332

²⁴ “Advogado e protetor dos ladrões de terra, Getúlio de Moura ordenou saque em Piranema” *Última Hora*. 28 de agosto de 1958 Edição. 2501 p. 13

Getúlio de Moura na candidatura para deputado federal. A reportagem destaca o drama vivido pelos lavradores, que além de enfrentarem uma vida precária, com uma série de dificuldades para manter sua produção, passavam por despejos violentos, sem o mínimo respeito a seus pertences e a sua família. O desrespeito às mulheres é algo constante nas reportagens. Nessa em particular, uma mulher com a gravidez avançada, teve seu filho ao relento, durante a expulsão.

Mais uma ação de despejo na Fazenda São Lourenço foi registrada em matéria do jornal Folha de Caxias em 20 de novembro de 1960²⁵, ação promovida por Fê Augusta Horwitz, viúva de Emílio Horwitz, contra o arrendatário Antônio Strufaldi, identificado nas reportagens como “o italiano”, por falta de pagamento dos aluguéis, que no ano seguinte provocaria a organização de uma resistência armada contra a expulsão. Os Posseiros, como se refere o jornal, foram à redação, para pedir providências ao governador Roberto Silveira. A matéria narra uma situação desumana entre os trabalhadores rurais, marcada pela fome, e pela constante expulsão. Critica a postura de autoridades, como o executor do Plano Piloto Aldo Leite, de fazer falsas promessas de desapropriações²⁶. A “epidemia de despejo” se alastrava, devido à displicência do governo.

A ação de despejo promovida por Fê Augusta Horwitz tomou proporções mais graves em agosto de 1961, quando oficiais de justiça, acompanhados de policiais, foram até a fazenda despejar quatro das sete famílias que lá viviam. A repercussão do caso foi notória, diversos jornais cobriram o movimento de resistência dos lavradores que se seguiu nos próximos dias. Os posseiros organizaram uma resistência armada, pressionando o governo do estado a realizar a desapropriação.

Segundo o jornal Luta Democrática²⁷, os oficiais foram recebidos com resistência armada, que resultou em um tiroteio com quatro feridos: um lavrador (identificado nas reportagens como “alcaguete”), dois oficiais de justiça e um soldado da polícia militar. A matéria conta ainda o sobre o processo de ação de despejo, promovido pela herdeira da propriedade. Fé Augusta entrou com a ação de despejo ainda em 1960, na ocasião o oficial de justiça, Antônio da Costa Pinha, procurou os ocupantes para que apresentassem defesa, no entanto, os lavradores não chegaram a apresentá-la. Então o juiz Hélio Alves Albernaz deu um

²⁵ “A luta pelas terras de ninguém. Epidemia de despejos” *Folha de Caxias*. Edição 223 P.8

²⁶ A matéria do jornal Folha de Caxias critica o governo, de garantir a permanência dos posseiros “no papo”, sem a formalização através de documentos.

²⁷ “Recebidos a Bala Oficial de Justiça e os Soldados”. *Luta Democrática*, 18 ago. 1961, edição 2312, p.2.

prazo para a realização do despejo. Posteriormente os sete ocupantes tentaram embargar o despejo, apelando para o tribunal de justiça, através da advogada Dr. Alzira Silveira.

No jornal Última Hora, edição de Niterói²⁸, a matéria trazia mais informações sobre os feridos no confronto, informava que um grupo de posseiros da Fazenda São Lourenço, um dia antes do conflito, foi à sede do jornal para denunciar os ataques sofridos por grileiros. Diziam também que se as autoridades não tomassem providência eles mesmos a tomariam. Na reportagem ficava clara a disposição dos lavradores em enfrentar a polícia e de resistir pela permanência em suas terras, mesmo que isso lhes custasse a vida. “Estamos nessas terras há mais de 20 anos e daqui só sairemos mortos”. “Muito antes dessa mulher afirmar que a terra é dela eu já estava aqui, de enxada na mão. Daqui não sairei senão morto”, essas são falas registradas na matéria pelo lavrador Joaquim Domingos de 60 anos, sobre o despejo que ocorria.

Segundo Frederico Araújo a Fazenda São Lourenço era dividida entre quatro proprietários: Cícero Figueiredo, Getúlio Barbosa de Moura e sua esposa, Paulino de Souza Barbosa e sua esposa e Emílio João Carlos Horwitz, representado por sua inventariante, Fé Augusta Horwitz. A área total era de aproximadamente 9.680.00 m², sendo 906.000 m² pertencente à família Horwitz. Toda a fazenda era administrada por Emílio João Carlos Horwitz desde 1950, que com o uso da violência e apoio do poder político local, exercia um domínio sobre os lavradores que viviam nas terras. Com a morte do administrador, o controle sobre as terras diminuiu, e aumentou a resistência ao pagamento do arrendamento. Para tentar solucionar o problema, Augusta Horwitz passa a administração de parte de suas terras a Antônio Strufaldi, que ficou encarregado de realizar a cobrança dos aluguéis. Devido ao não cumprimento do contrato e a falta do repasse dos aluguéis, Augusta Horwitz entra com um pedido de despejo contra Antônio Strufaldi, que acaba por afetar os trabalhadores rurais que produziam naquelas terras²⁹.

Segundo matéria do Última Hora³⁰ o “italiano”, que arrendou as terras da herdeira, as vendeu ilegalmente a oito lavradores. O jornal ainda acusa a dita “grileira austríaca”, de dar “gorjetas” aos oficiais de justiça, para que não avisasse os lavradores do processo. Violências eram cometidas por capangas (Américo Vespúcio, Luiz Pernambuco e um ex - soldado da

²⁸ “Posseiros em Guerra receberam Força Militar à bala: 4 feridos em Caxias”. *Última Hora*, 18 ago. 1961, edição 629, p.7.

²⁹ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). CPDA-UFRJ, 1982 p. 31-34

³⁰ “Posseiros em Guerra receberam Força Militar à bala... Última Hora Ed.629 . Idem

polícia de Magé) a mando de Fé Augusta, derrubaram cercas, incendiaram barracos e desrespeitam mulheres. Em matéria do dia 19 de agosto, do mesmo periódico, os lavradores falavam sobre a mudança constante de proprietários, e demarcações arbitrárias, mesmo após o falecimento de Emílio Horwitz.³¹ Além da denúncia da situação de exploração enfrentada pelos lavradores, realizada através de depoimento dos mesmos, as reportagens nos jornais nos dão uma dimensão da proporção e radicalidade que tomaram a resistência armada na fazenda São Lourenço e da repercussão do caso, que gerou a identificação e apoio de diversos grupos ao movimento.

Quatro posseiros e suas famílias foram expulsos de suas terras no primeiro dia de despejo. O caráter violento da desocupação repercutiu entre as outras famílias que ocupavam a fazenda, e a especulação sobre a continuidade dos despejos difundiu um sentimento de ameaça. Segundo Marcelo Ernandez apenas sete famílias estariam ocupando a área em litígio, mas outras famílias receberam falsas ordens de despejo³². Alguns periódicos também corroboram a informação de que os despejos afetariam um número maior de lavradores do que os que constavam no processo, pois mencionavam que o despejo afetaria cerca de 300 famílias³³. Temendo pela continuação das desapropriações, os trabalhadores se mobilizaram e organizaram uma resistência armada, criando trincheiras nos principais acessos para impedir a entrada dos oficiais, derrubando pontes. Se dividiram em grupos pelas matas, impedindo a entrada de qualquer que não fosse lavrador naquelas terras.

Foi mobilizada uma força policial com seis soldados para a segunda ação de despejo. Os oficiais foram recebidos a tiros pelos lavradores, e alguns ficaram feridos, sendo forçados a recuar e desistir da ação. Temendo o desencadeamento de novos confrontos em outros locais, o Juiz Hélio Albernaz Alvez suspendeu a ação. Em 1961 foi decretada a desapropriação da fazenda em favor dos lavadores. Apesar da medida ser considerada uma vitória para o movimento, a regularização da situação dos posseiros foi bastante demorada.³⁴

³¹ “Lavradores entrincheirados esperam a polícia: a ordem é vencer ou morrer”. *Última Hora*, 19 de ago. 1961, edição 3421, p. 7

³² ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras... Op. cit... P.149

³³ “600 posseiros de Caxias defendem a terra a bala”. *O Jornal do Brasil* 19/08/1961 edição 00194 p. 3. O despejo seria de 3 mil posseiros que habitavam aquelas terras a mais de 15 anos, 2400 mulheres e crianças e 600 homens que foram para as matas.

³⁴ Em matéria no dia 18 de março de 1968 no jornal *O Fluminense* registrava a ação de grileiros na região. “Lavradores de Caxias apontam terror implantado na fazenda”. *O Fluminense* 18 de março 1969 Edição 23081 p. 2

Alguns periódicos ao apresentarem a narrativa sobre o dia 16 de agosto não se posicionam em favor dos posseiros, como é o caso do Jornal do Brasil.³⁵ Na chamada da capa, diz que os posseiros impediram a ação de despejo, oficializada por um juiz, por meio de uma “emboscada”, e segundo informações, os camponeses faziam parte de núcleos das ligas camponesas. Ainda segundo o Jornal do Brasil, no segundo dia de despejo, os oficiais voltaram a fazenda e foram recebidos, em certo ponto da estrada, por um carro preto com “desconhecidos que se intitulavam delegados sindicais”, que tentaram intervir para que não realizassem a ação. O acontecido foi contado ao jornal por Altamiro de Assunção Medeiros, um dos oficiais atingidos, que relatou que seguiam a pé quando foram alvos de tiros que vinham de todos os lados, e após se renderem, os posseiros continuaram a atirar.

Diferente dos outros jornais, a matéria parece ressaltar a arbitrariedade de resistir ao despejo, e não fala sobre a violência constante sofrida pelos trabalhadores rurais da região. O jornal A Noite³⁶ diz que os lavradores - Henrique Neves de Carvalho, Ataliba Sarapatão, Geraldo Honório Vieira, Sebastião de Assis, Argelino Martins de Sousa, Alísio Vitorino de Andrade e José Maria- ocuparam ilegalmente a área, pertencente a herdeira Fé Augusta. A “ação serena” do juiz Hélio Albernaz e do governador Celso Peçanha, evitaram o conflito. E ao abrirem fogo contra a força policial, os lavradores feriram o princípio de autoridade, e por isso reforços haviam sido chamados. Os posseiros também estavam “todos armados e insuflados por agitadores”. Políticos queriam tirar proveito eleitoral da situação, prometeram apoio aos posseiros. O jornal do Brasil e A Noite destacam a ação do juiz e do governador de evitar o conflito.

O Correio da Manhã diz que após o aviso de manter distância “Os oficiais de justiça, entretanto, tentaram ponderar, em busca de uma solução satisfatória. Em resposta receberam uma saraivada de balas”³⁷. E mesmo contando com as forças militares, o juiz Hélio Albernaz não revidou. Identifica Fé Augusta como proprietária, e que o movimento dos posseiros teve adesão de políticos e de associações de classe. Também contava com a solidariedade de companheiros radicados nos mais diversos pontos do estado do Rio de Janeiro, foram insuflados

³⁵ “Posseiros de Caxias reagem a despejo ferindo a tiro dois oficiais de justiça e um PM” Jornal do Brasil. 18/08/1961 edição 00193 RJ p. 4

³⁶ “Governador e Juiz Evitaram Choque Fraticida em Caxias” A Noite. 21 08 1961 ed. 15812

³⁷ “Lavradores do E. do Rio receberam polícia a bala”. Correio da Manhã. 18 08 1961 ed. 20982

por elementos agitadores, e se tornaram uma “massa compacta e revoltada, desejosas de oferecer, a qualquer preço, resistência a quem tentasse executar o mandado de despejo”³⁸

Após visita à região, o jornal Luta Democrática, informava que caso o governador não aceitasse a desapropriação sugerida, haveria sangue³⁹. A reportagem tenta deixar explícito uma suposta influência do jornal de Tenório Cavalcanti na fazenda durante o conflito. Conseguiram entrar para entrevistar, utilizando como passaporte o nome de Tenório, tinham que anunciar constantemente que eram do Luta Democrática. Fala que o caminho para chegar a fazenda, que estava cheio de homens armados e não era qualquer um que podia entrar.

Apresenta uma fala de Nilson, um dos representantes do “estado maior dos lavradores”, dizendo que haviam cerca de 250 homens armados, dispostos a “morrer em defesa dos lavradores ameaçados de despejo”. Havia também participação de lavradores de Tinguá, e uma reserva de 100 homens em Magé, que iria intervir se fosse necessário. Outro chefe do movimento, segundo o periódico, de nome Henrique, afirmava ao jornal que eles só entraram por ser “gente do Tenório”, que sempre adiantava o lado deles, os policiais só entrariam com todos mortos. Questionado sobre o despejo ser dirigido a um bananal e 12 famílias, ele responde: “não se trata de um bananal apenas, mas de todos nós. Ninguém aqui é dono senão do que planta. Quando a terra está plantada, aparecem os processos, os donos e mais a justiça para nos pôr a correr, pois todos, ameaçados ou não, resolvemos defender o nosso pão de cada dia”. Depoimento de Juvenal, 76 anos, que diz que antes as terras da São Lourenço eram matagal, depois que os primeiros arrendatários tiraram a lenha, e os lavradores plantaram apareciam os supostos proprietários. Outro senhor Narciso, conta como foi o despejo. Que antes eles foram à fazenda e expulsaram de forma violenta, queimaram a casa e levaram preso arbitrariamente o sr. Elísio. Voltaram na quinta-feira, dois alcaguetes, atiraram contra os lavradores, que responderam, e fizeram os policiais se renderem. Eles cercaram os policiais, deixaram sair e não pegaram suas armas. Outro lavrador, Venâncio, fala da construção de uma cozinha coletiva, que servia basicamente farinha e banana, que demonstra que mesmo com o conflito no início, eles já estavam pensando nessa logística, o que indica que se preparavam para um conflito mais duradouro. A cozinha também poderia servir como ponto de encontro para troca de informações. O jornal afirmava que Tenório Cavalcanti havia conversado com o

³⁸ “Desapropriação impedirá os choques entre posseiros e forças policiais”. Correio da Manhã. 20 08 1961 ed. 20984

³⁹ “250 fluminenses armados defendem sua lavoura e o pão de cada dia” / “Zona de guerra, defesa perfeitamente organizada,...” Luta Democrática 19 08 1961 edição 2313 p. 2

juiz, e que esperava que o governador decidisse pela desapropriação, e que faria todo o possível para solucionar o caso de forma justa para ambas as partes.

Mesmo com a notícia da desapropriação os lavradores continuam armados⁴⁰. Os lavradores continuavam com o mesmo propósito de resistir a qualquer tentativa de invasão, e até a tarde do dia anterior 250 lavradores permaneciam entrincheirados. Depoimento de José Varela e João Barbosa, diziam que estavam cansados de serem explorados por “grileiros”. “Moramos aqui há mais de dez anos e sempre ouvimos esta conversa de que a terra tem dono. Daqui por diante aquele que entrar aqui e disser que é dono da terra, tem que provar na hora, se não sei daqui direto pro céu”.

Segundo o Jornal do Brasil⁴¹ o governador havia salvado a vida dos 50 soldados, pois as instruções dos lavradores era para que os soldados fossem atraídos para uma garganta, fossem mortos e tivessem suas armas automáticas recolhidas, a ordem era não fazer prisioneiros. Estavam desde as 6 horas nas trincheiras camuflados, não podiam ser vistos, e não seria possível uma retirada das tropas. Posseiros de Piranema, Cachoeira, Rio Paty estavam dispostos a ajudar, cerca de 400 pessoas. Circulavam boatos de uma possível intervenção de paraquedistas. Os esforços para isolamento da região levaram seis repórteres, que estavam no local, a serem impedidos de sair, tendo que permanecer lá por uma noite. Estenderam uma bandeira vermelha da estrada de Tinguá, e nem políticos conseguiram chegar ao local do conflito, sendo recebidos do lado de fora. (Tenório Cavalcanti, Bocayuva Cunha (deputados), Badger Silveira (candidato a governador) e José Barreto (vereador PSB). “Informou o Sr. Bocayuva Cunha que o Sr. Celso Peçanha estava cometendo uma loucura, mas procuraria um contato imediatamente com o juiz Albernaz, para tentar o adiamento do despejo...”. Badger da Silveira dizia que havia um plano para que a fazenda São Lourenço fosse desapropriada, em favor dos trabalhadores rurais. Tenório Cavalcante, conseguiu contato com os lavradores depois de dois dias de tentativa, foi fazer uma procuração para que pudesse tentar solucionar o caso. O Deputado Jonas Baiense diante da repercussão do caso solicitou uma CPI sobre a questão, e pedia que fosse levado à câmara o Projeto de Lei que suspendia os despejos em todo país, e a aprovação da reforma agrária (chegou a pedir para ficar na fazenda com os posseiros).

⁴⁰ “Caxias: Sentinelas da terra Não tiram o dedo do gatilho” Última hora 22/08/1961 Edição 3423 Rio de Janeiro p. 2

⁴¹ “Ordem do governador impede choque de lavradores e polícia” Jornal do Brasil 20/08/1961 edição 00195

Podemos perceber, através das matérias que noticiaram a revolta na Fazenda São Lourenço, a repercussão do caso, seu alcance, e importância, diante do debate nacional pela reforma agrária. A ação dos lavradores era baseada na sua percepção dos acontecimentos, de que eram vítimas de uma ação conjunta de grileiros e loteadores, com receio da realização de uma reforma agrária. Ligando o acontecimento a um plano maior de, tentativa impedir a reforma agrária.⁴² Apesar de alguns jornais tentarem criminalizar o movimento, ressaltando a legalidade do despejo, e colocando os lavradores como sendo influenciados por “agitadores”, a grande maioria dos periódicos se mostra favorável aos posseiros, ressaltando a situação de violência e vulnerabilidade que viviam. A resistência armada que ocorreu também se fazia como pano de fundo para discutir a necessidade de mudança da estrutura agrária, como garantidora direitos de uma classe que historicamente, apesar de ser o produtor direto, não tinham direitos sobre suas propriedades.

Em matéria do jornal *O Semanário*⁴³, o episódio na fazenda São Lourenço representava “apenas, mais uma etapa da luta da libertação do camponês brasileiro...” Ressalta que o conflito ocorreu em uma região que ficava a meia hora da Avenida Rio Branco, cercada de bases do exército, aeronáutica e polícia “o que vem provar mais uma vez, que a força da baioneta não emudece o grito de rebeldia de homens e mulheres armadas de trabucos e tocaias nas matas, dispostos ao sacrifício extremo em defesa das suas terras”. Segue dizendo que o drama dos lavradores fluminense era o drama dos lavradores de todo Brasil. Manoel Ferreira Lima assinou uma nota da FALERJ, que afirmava o ocorrido, denunciava a difícil situação dos lavradores, e alertava que poderia ocorrer em outras regiões.

Repórteres do *O Diário de Notícias*⁴⁴ visitaram o local, e puderam sentir o drama de suas vidas, que era o drama de todos os camponeses do Brasil, que viviam na terra a muitos anos sem possuí-la, sem conhecer o proprietário ausente, sofrendo investidas de grileiros. Temiam fazer plantações e benfeitorias maiores, devido à falta de estabilidade na terra, apenas a agricultura de subsistência era exercida. Não conheciam serviços sociais,

“o único contato com o mundo oficial faz-se através dos policiais que, em conluio com os grileiros, os exploram em nome da lei. E em nome dessa mesma lei que são desalojados, dessa lei que os de fora de seu mundo confundem propositadamente com justiça, dados os interesses de alguns e a covardia de muitos”.

⁴² ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. cit p. 42

⁴³ “Lavradores fluminenses de armas em punho, defendem a terra”. *O Semanário*. 11 a 18 09 1961 ed. 275 p. 12

⁴⁴ “Injustiça faz revolta no campo” *Diário de Notícias*. 26 08 1961 Ed.11898

Continua dizendo que a História tem demonstrado que todo sofrimento das grandes massas tem limite, e em São Lourenço se viveu mais um episódio da luta corajosa pela liberdade, não a liberdade que a lei assegurava para alguns, mas da lei que eles estavam conquistando para todos. Que servia de lembrete à sociedade que atravessava uma aguda fase, em que a reforma agrária se impunha como uma necessidade. Os posseiros de Xerém enviavam uma mensagem de advertência à nação, “façam justiça ao homem do campo agora antes que seja tarde”. 400 homens entrincheirados, levados pela fome, miséria, resolveram pelo desespero enfrentar a polícia até a morte, pela a conquista de um mínimo de condições de vida. No Brasil milhões de homens se encontram nas trincheiras na luta por direitos e objetivos, e segundo o jornal estavam perto disso. Segue dizendo que homens iguais os de xerém existiam por todo Brasil, e esperava que os homens públicos tivessem a sensibilidade de entender e resolver a situação dos camponeses brasileiros, e que a sociedade deveria saber que, se a justiça não fosse feita pela lei seria feita à maneira dos posseiros da São Lourenço.

O jornal Novos Rumos fez uma matéria⁴⁵ sobre o terror imposto pelos grileiros aos lavradores do município, em terras do Grupo Coletivo Santa Alice no km 52 da via Dutra (Itaguai), que haviam sido cedidas pelo INIC em 1952. O governador Celso Peçanha, não fez nenhuma intervenção contra os constantes atos de violência cometidos pelos jagunços, e os lavradores organizaram sua própria proteção. A FALERJ enviou líderes à região, e lavradores liderados pela Associação de Lavradores de Pedra Lisa também somaram esforços junto ao grupo. A federação fez apelo ao estado para que solucionasse o problema da mesma forma como havia feito na fazenda São Lourenço, decretando a desapropriação e evitando o despejo. Com tom de denúncia diz que os jagunços têm respaldo do governador, e que se o direito não fosse garantido pelo estado, seria garantido pelas armas.

No ano de 1963 uma matéria do Jornal do Brasil⁴⁶ sobre a revolta armada na fazenda Capivari, comandada por Padre Anibal Magalhaes. Conta que a polícia conseguiu pegar um jipe, em que foi apreendido um manuscrito relatando as lutas na região (São Lourenço, Capivari, Penha Caixão e outras), contra o latifúndio. Os tiros começaram quando eles iam iniciar o despejo, “uma saraivada de balas saudou o início de uma nova era de luta pela liberdade

⁴⁵ “Lavradores empunham armas para enfrentar terror dos jagunços” Novos rumos 29 09 1961 ed. 138

⁴⁶ “Padre comanda a rebelião camponesa: “ atirar para matar” Jornal do Brasil- 22/06/1963 edição: 00144

e dignidade humana”. Esse manuscrito faz referência a São Lourenço, conta uma versão mais próxima da de José Pureza.

“...os camponeses tinham aberto valas e preparado trincheiras, de modo a impedir a ação da polícia. Já haviam procurado antes a “Federação” e conversado comigo. Os camponeses tinham feito uma escavação na entrada para impossibilitar a penetração do contingente policial. Era melhor deixar a polícia entrar, derrubar a primeira casa e a segunda. Ficaria assim caracterizada a arbitrariedade. Ai então se impedia a derrubada da próxima casa.”

“...Depois, veio o inevitável. Quando os policiais, acompanhados pelo oficial de justiça e guiados por um lavrador alcaguete, foram derrubar a terceira casa, os lavradores atiraram...”⁴⁷

A resistência armada que ocorreu na Fazenda São Lourenço foi uma mobilização de grandes proporções, envolvendo o apoio de trabalhadores e organizações de diversas regiões da Baixada Fluminense. A luta contra os despejos teve participação de setores urbanos, sendo apoiado pelo sindicato dos rodoviários de Duque de Caxias, que estava disposto a realizar uma greve contra as agressões sofridas pelos posseiros, e pelo sindicato dos petroleiros.⁴⁸ “Foi um marco na história das lutas da região”⁴⁹ Pela primeira vez resistiam ao despejo se utilizando de armas, e de um grande contingente de lavradores mobilizados⁵⁰. O acontecimento coincidiu com a renúncia de Jânio Quadros e a crise política que se instalou, não tem ligação direta com esse acontecimento, mas pode ser entendido como parte de um quadro mais amplo, da luta de classes, em um contexto que o capital transnacional estava dominando a economia e se preparava para controlar o poder político. A resistência armada foi a expressão dessa luta de classes em um contexto específico.⁵¹

Mas os posseiros não estavam conformados com a expulsão, para eles o início de um processo de “limpeza” em toda a região. Era uma questão de sobrevivência. Mobilizavam-se, o que era difícil em escalas mais ampla, pela organização ainda precária. Como a defesa legal não surtiu efeito, prepararam a defesa da terra em que produziam. Está seria a primeira vez, naquele período, na “área dos conflitos”, que um movimento de resistência dos posseiros pegavam em armas organizadamente para assegurar seus interesses...”⁵²

⁴⁷ PUREZA, José. Memória Camponesa. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982. p. 54

⁴⁸ “Despejo deu em tiroteio” Diário de Notícias 18 08 1961 ed. 11894 p. 7 p. 11

⁴⁹ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. cit p. 27

⁵⁰ Idem p. 31

⁵¹ Idem p. 49

⁵² Idem p. 36

Segundo Frederico Araújo dois fatores foram importantes para a rebelião: a situação de opressão e violência dos despejos e o "amadurecimento das condições subjetivas", do processo organização que ampliava a consciência sobre a situação que enfrentavam, e sua condição de classe. O evento representou o momento de mudança na ação dos lavradores de resistência aos despejos. O começo da ofensiva, indo além das ocupações organizadas, que se estabelecia não como um modelo de luta, mas como uma tendência que poderia ser seguida. O desencadeamento da grilagem de terras, mostrava que só através da resistência mobilizada" poderia haver êxito⁵³. No que o autor chama de segundo momento da luta (depois da São Lourenço), ampliou-se o número de resistências ofensivas. Em agosto de 1961 também houve conflitos em Piranema (após resistirem com armas, conseguiram permanecer nas terras. Em 1962, 600 famílias estavam ameaçadas de despejo, com apoio dos lavradores da região conseguiram impedi-lo), Tinguá (localizada entre Duque de Caxias e Nova Iguaçu, ocorreu um levante armado. A ocupação dos arrendatários ameaçados de despejo, estavam recorrendo na justiça pois havia uma desapropriação de 1947 depois do fim do Núcleo Colonial de Tinguá. A indenização não foi paga, em 1961 Jânio Quadros revogou a desapropriação), em novembro de 1961 em Capivari (ocupada por posseiros, surgiu um suposto proprietário, entrou com uma queixa crime, conseguiu a ordem de despejo, utilizando o choque e a PM. A expulsão não foi realizada, mas pessoas foram presas), no mesmo mês em Cachoeira de Macacu na fazenda São José da Boa Morte (havia sido desapropriada por Roberto Silveira, sem efeito. Os proprietários tentavam aumentar a cobrança de títulos sobre a produção. Se formou uma liga camponesa, única no estado, 600 homens armados bloquearam o acesso a fazenda, efetivando a ocupação, liderados por Francisco de Assis e Mário Besser, chegou a prender quatro grileiros, e fazer um julgamento em que se considerou o fuzilamento, que não ocorreu).⁵⁴

Os acontecimentos tiveram o impacto tanto de incentivar a grilagem em outras terras, como podemos ver no depoimento dos jornais, como de impulsionar a resistência dos lavradores em outras áreas. Também de impulsionar estudos e a elaboração de projeto de lei para a resolver os conflitos pela terra que eram recorrentes na Baixada Fluminense, como demonstra o documento elaborado por Irenio de Mattos, diretor do Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas Próprias do Estado, enviado ao governador Celso Peçanha, para ser encaminhado ao presidente da República João Goulart, em 8 de novembro de 1961.⁵⁵ Podemos

⁵³ Idem p. 93-94

⁵⁴ Idem p. 107-111

⁵⁵ Tive acesso a este documento, e outros, através do professor Álvaro Ferreira, após apresentação de um artigo na Semana de História Política da UERJ. Álvaro Ferreira me forneceu alguns documentos sobre a fazenda São

perceber também as diferentes forças políticas envolvidas no processo, e a tentativa de capitalizar a desapropriação. se colocando como os realizadores da desapropriação. Assim como, a ação conjunta dos trabalhadores rurais e sua autonomia na tomada de decisão e organização da resistência.

Apesar da decisão do governo do estado pela desapropriação, ela não chegou a ser efetivada. Como demonstra o documento do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário de 1964⁵⁶, um estudo sobre a situação de áreas desapropriadas no estado, com o objetivo de avaliar a situação e dar solução. Menciona os andamentos do processo de desapropriação da fazenda São Lourenço. Os proprietários estavam recorrendo, e o processo ainda estava tramitando na justiça. Sobre o Rio de Janeiro (página 8) conclui que havia falta de conhecimento dos decretos, das condições locais e situação jurídica, e isso gerou erros que precisavam ser sanados. Sobre a São Lourenço, existia um decreto de desapropriação: n. 7588 de 21/08/61, no 2º distrito de Duque de Caxias, de 20 Alqueires, contra Fé Augusta Horwitz e outros, no Cartório do 1º ofício de Niterói (proc. 2907). No dia 06/11/61 foi depositado o valor de cr\$ 634.000, tendo os desapropriados contestado o valor. A audiência de revisão foi realizada no dia 13 /05/ 64. O valor da desapropriação foi ajustado para cr\$33.910.000, o custo dos advogados do processo e mais juros. Houve apelação do Estado em 21/08/64, distribuída para segunda câmara do tribunal, apelação n. 16.907, encaminhada ao desembargador Antônio Neder. Em 30/10/64, foi aberta vista ao Procurador Geral do Estado, ficando a ação paralisada.

A conclusão da comissão técnica era de que se fosse confirmado área a ser desapropriada e o valor, a distribuição por família seria de aproximadamente 1 ha. Não sendo possível a destinação da área à atividade agrícola. Eles recomendaram que a desapropriação deveria se expandir para toda área da fazenda, só assim seria possível “exploração de alto nível

Lourenço, encontrados por ele no fundo Irenio de Mattos, que o mesmo estava organizando. Outros documentos do mesmo fundo demonstram o trabalho de Irenio de Mattos em defesa dos pequenos produtores e posseiros, na realização de estudos; ressaltando lei (lei 3 951 de 24 de junho de 1959), que determinava ser função do poder executivo a defesa dos pequenos agricultores, a posse aos que mantiveram ocupação mansa e efetiva, cuja produção era de importância, mas prejudicada pela insegurança do trabalho. Também abordava a falta de acesso à propriedade e ao crédito rural. Além de outros documentos em que, Irenio de Mattos critica administração do plano de ação agrária, que não tinha planejamento técnico e orientação racional. O plano estava abandonado desde de sua criação, e também estava desviado de suas finalidades. Fazia esforços para rever as desapropriações feitas anteriormente, que não foram efetivadas pela falta de pagamento das indenizações. Buscava a colaboração da associação de lavradores, que considerava imprescindível, e que estimava e considerava. Também é importante o ofício de 08 de agosto de 1961 em que pedia ao presidente da FALERJ, que fornecesse informações da fazenda São Lourenço, para que o órgão caracterizasse a área, que estava em via de despejo, para defender os posseiros da região, seriam necessários os elementos discriminatórios da área. As informações ainda não haviam sido fornecidas pelos agricultores.

⁵⁶Arquivo Nacional. FUNDO: Paulo de Assis Ribeiro - (BR RJANRIO S7_CX072_PT003_d0001)

técnico” e garantiria a ocupação de 90 famílias. A titulação dos lotes não garantiria a preservação da destinação agrícola, abriria margem para especulação imobiliária. As recomendações finais eram a retificação do decreto 7.588 de 21.8.6,1 estendendo a toda a fazenda a desapropriação, a destinação dos excedentes para outras áreas, visando sua localização em lotes urbanos ou rurais, conforme cada caso. Na década de 1980, a situação ainda não havia sido regularizada, como demonstra outros documentos encontrados no Arquivo Nacional, em que posseiros ocuparam a fazenda São Lourenço, e em decorrência desse acontecimento, o secretário de polícia civil Nilo Batista destacou policiais para proteger por 24 horas o acampamento dos sem-terra.⁵⁷

3.2- Violência, Políticos e Lavradores: entre o legal e o legítimo

Entre outras, duas figuras são apontadas como representantes do quadro político local: Tenório Cavalcante e Getúlio Barbosa de Moura. A escolha pelos dois neste trabalho, se explica pela participação nos eventos que ocorreram na fazenda São Lourenço, um como apoiador da desapropriação em favor dos posseiros, o outros como um dos condomínios da dita fazenda.

A desapropriação da Fazenda São Lourenço foi disputada por Badger da Silveira e Tenório Cavalcanti, assim como as eleições para governador. Cavalcanti não foi vitorioso, e em seu governo, Badger da Silveira se mostrou desfavorável às ocupações. Segundo ele, a radicalização não ajudava na reforma agrária, ela deveria ser realizada de maneira pacífica, ordenada e através dos meios legais. Os conflitos estavam longe de ter fim, um reflexo de que o plano de reforma agrária do estado não estava atingindo os objetivos. Badger da Silveira, após ser eleito governador, nomeou para a direção do plano o padre Antônio da Costa Carvalho (1963), assistente eclesiástico da FCOF, atuava no campo junto a FLERJ, criando associações que faziam oposição aos comunistas. Assim como o governador, o padre não era favorável às ocupações. Ambos receberam muitas críticas da FALERJ, dos lavradores e do PCB.⁵⁸ O padre

⁵⁷ Arquivo Nacional FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Ver também:3-Serviço Nacional de Informações BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.86014032 - núcleo agrícola fluminense. Documento do Núcleo Agrícola Fluminense, sobre a ocupação na São Lourenço em 1986. Havia um suposto proprietário reivindicando a terra e ameaçando os lavradores. Mas a terra foi desapropriada em 1961, então ele pertencia ao Estado. Havia ação da CUT, PTB, prefeitos, e outros nas organizações para ocupações. Objetivo do NAF, com o CUT, era de promover as ocupações. O atentado contra os lavradores fez a polícia enviar policiais para protegerem os lavradores.

⁵⁸GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa...* Op. cit., p. 250-251.

não queria apenas frear o movimento, mas atrair os lavradores para as organizações de seu controle. Apesar do exposto nos jornais, onde Badger da Silveira parecia ser tão solícito a revolta em São Lourenço, enquanto governador se mostrava desfavorável às reivindicações mais urgentes dos posseiros.

Tenório Cavalcanti, concorrente de Badger da Silveira, se aliava a grupos excluídos do poder, e prestava assistência e segurança, em troca de favores. Não deixava de usar a violência.⁵⁹ Chegou ao Rio de Janeiro por intermédio de seu padrinho, o deputado Natalício Camboim de Vasconcelos, ponto de partida da formação de sua rede. Durante sua atuação como diretor das obras de saneamento na Baixada, conseguiu um emprego como controlador do ponto nas obras, na estrada Rio-São Paulo. Depois se tornou administrador das terras de Edgar Pinho, e responsável pela construção da estrada Rio-Petrópolis no trecho desta fazenda. Segundo ele, com dinheiro deste trabalho e da venda de lenha para carvão conseguiu comprar 43 lotes de terras. Segundo Alves, cresceu não por conta de seu trabalho, mas de sua rede⁶⁰. Em um lugar cheio de disputas por terra, era um capataz, jagunço, que ganhou fama de ser inatingível. Formou um grupo com quatro homens, que andavam armados, para enfrentar qualquer situação. Na intercessão entre a oficialidade das funções que exercia, e da não oficialidade do grupo armado que criou, chegou a fazer a segurança do presidente Washington Luís em uma visita às obras da estrada Rio-Petrópolis.

Foi demitido por conta dos conflitos em que se envolveu. Se tornou comerciante e se casou com uma pessoa de família influente na política e comércio local. Em 1936 foi eleito vereador pela UPF, representando o distrito de Duque de Caxias na câmara de Nova Iguaçu. Era oposição ao governo Vargas⁶¹, em 1937 teve seu mandato cassado, depois de encontrado dentro de seu carro material com propaganda contra o governo e armas. Mesmo cassado ganha o emprego de fiscal na prefeitura de Nova Iguaçu.

A relação com a violência é marcante na trajetória de Tenório Cavalcanti, registrada em filmes e livros.⁶² A capa preta, onde escondia sua metralhadora, (apelidada de Lurdinha) se tornaram símbolos marcantes da sua figura. Tinha grande influência em Duque de Caxias, que se dividia entre amigos ou rivais. Ocorriam muitas mortes por causa dessa dinâmica. Com o fim do Estado Novo, e o retorno à política, já formado em direito, foi convidado para participar

⁵⁹Idem, p. 269.

⁶⁰ ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio...* Op. cit. p. 135

⁶¹ Idem p 136

⁶² Filme: O Homem da Capa Preta 1986. Direção Sérgio Rezende. Roteiro Sérgio Rezende e José Louzeiro. Livro: FORTES, do Carmo Cavalcanti. Tenório o Homem e o Mito. Record. 1986

da criação do PSD, mas recusou e indicou Getúlio Barbosa de Moura. Tenório Cavalcanti se elegeu deputado estadual pela UDN em 1947, rompendo por um tempo com seu aliado.

Devido às disputas políticas, em que ele defendia sua clientela, e ia se tornando cada vez mais independente, e se envolvendo em conflitos, muitas vezes com delegados e subdelegados, que faziam diversas vítimas (que a polícia fazia parecer acidente). Um dos conflitos mais emblemáticos foi com Agenor Barcelos Feio, na Assembleia Legislativa, em que ocorreu um tiroteio na sessão. Nesse período ganha autorização para andar armado com uma metralhadora e um colete de aço, em uma mistura de populismo e coronelismo. Chegou a ser acusado pela morte de um delegado, caso que ganhou repercussão nacional, mas depois teve a acusação anulada.⁶³

Montou um escritório, que distribuía favores, dividido por setores como emprego, comidas, documentos etc. Ele dizia que seu enriquecimento vinha na construção da estrada Rio-Petrópolis, e a oposição dizia que era para proteção e participação em atividades ilegais.⁶⁴

Em 1954 ele ganha as eleições para deputado federal, mesmo ano que cria o jornal Luta Democrática. O aumento do seu eleitorado se deu devido à explosão populacional, Duque de Caxias tinha 30,6% do eleitorado fluminense, 10,4% do estado. Seu perfil político era complexo, era membro do partido conservador de direita, a UND, mas sua política se voltava para os setores populares. Em 1958 há uma mudança de postura, não apoia Roberto Silveira (PTB) para governador, pois não queria contribuir para o crescimento do partido. Opta por apoiar Getúlio de Moura (PSD), que acaba perdendo as eleições. As eleições de 1958 mostraram o crescimento do PTB. Tenório fez uma conversão à esquerda, passando a estar, em alguns casos, ao mesmo lado do partido comunista, como é o caso da fazenda São Lourenço. Ao longo da década de 1950 a palavra de ordem passa a ser: “ reforma agrária, combate ao imperialismo e apoio a manifestação e movimentos reivindicatórios dos operários e camponeses”.⁶⁵ Em 1961 concorre a governador do estado pelo PST, partido que agregou os candidatos do PCB, que não podiam se candidatar pelo seu partido que estava na ilegalidade. Perde a eleição para Badger da Silveira, e então se candidata para deputado federal.

Sua experiência na formação de grupos armados, em certos momentos, favoreceu o apoio à luta dos camponeses. Promovia ocupações de terras, depois trazia lavradores para

⁶³ ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio...* Op. cit. p. p. 139-141

⁶⁴ Idem p. 140

⁶⁵ Idem p. 143

ocupá-las, pressionando para a realização da desapropriação. Em certos momentos dava apoio aos comunistas e a FALERJ. A questão não é a mudança de postura de Tenório, mas a mudança na concepção política do eleitorado⁶⁶, a “esquerdização do voto” obrigava o deputado a mudar as propostas e estratégias políticas.

Ele não buscava o fortalecimento das associações e dos lavradores como atores políticos no protagonismo da luta. Buscava se colocar como liderança do movimento, e como promotor das desapropriações. No Luta Democrática a matéria do dia 20-21 de agosto⁶⁷, sobre a desapropriação da São Lourenço, destaca o requerimento feito por Tenório Cavalcanti, na presença dos posseiros da área em litígio, e de representantes das FALERJ, como José Pureza, pedindo a suspensão do despejo na fazenda São Lourenço. Claramente atribuía a desapropriação a Tenório, no título da matéria na página 3 “Sangueria em Xerém evitada por Tenório”, ele é descrito como responsável por evitar o derramamento de sangue. A matéria ainda diz que Badger da Silveira o parabenizou pelas medidas tomadas.

Apesar da participação nos conflitos, que não deixa de ser mencionado no jornal, da colaboração através de ações judiciais, e a utilização de sua influência em favor dos lavradores, as ações destes políticos giravam em torno das questões colocadas pelos posseiros em conflito. O Jornal do Brasil mostra uma perspectiva diferente da participação de Tenório Cavalcanti e Badger da Silveira. Apesar da participação, e do apoio aos posseiros, eles não foram recebidos com tanto entusiasmo. Segundo o periódico, os políticos não conseguiram chegar ao local do conflito, sendo recebidos do lado de fora. Em um episódio o carro de propaganda de Tenório retirado pelos posseiros, pois não queriam nenhum comando no movimento.⁶⁸ Segundo José Pureza da Silva, Tenório ao tentar entrar na fazenda foi barrado pelos lavradores, e só conseguiu entrar quando Pureza, que estava com ele, foi reconhecido.

Após ter ouvido a notícia do combate pelo rádio, saí às pressas para o setor. Decidi procurar Tenório Cavalcanti, deputado federal, e leva-lo comigo. Chegamos na área e Tenório, através de um alto-falante, anunciou:

-Lavradores quem está aqui é Tenório Cavalcanti.

Seguimos adiante. Os lavradores invadiram a estrada armados de espingarda e impediram que continuássemos a penetrar na área. Tenório indagou inquieto: “você não estão me reconhecendo?” A resposta veio rápido: “sim, mas a ordem é não deixar passar ninguém”. Mas continuou Tenório, “estou aqui como representante da federação”.

⁶⁶ Idemp. 144

⁶⁷ “Consegui a suspensão dos despejos por 10 dias e impetrou mandado de segurança” *Luta Democrática*. 20-21 de ago. 1961 edição 2314. Idem

⁶⁸ “600 posseiros de Caxias defendem a terra a bala” *Jornal do Brasil* 19 de ago. 1961 edição 194 Rio de Janeiro, p. 3.

Reconheceram-me: “Pureza, como vai?” Coloquei de imediato: “Quero ir ao QG de vocês”

A turma concordou. Achavam que não podiam me impedir. E a comitiva comigo, Tenório e mais um carro com os repórteres das revistas Cruzeiro e Manchete, prosseguiu seu caminho.⁶⁹

Getúlio de Moura, nasceu no Rio de Janeiro, em Itaguaí. Em 1924 se tornou funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil. Participou da Revolução de 1930, como líder do movimento em Nova Iguaçu, momento em que chegou a depor o prefeito da cidade, assumindo o seu cargo. Posteriormente a cidade foi ocupada pelo Exército, e o político afastado do cargo e processado, por ter “responsabilizado o Governo Provisório por crime político”, sendo anistiado posteriormente. Se tornou bacharel em direito em 1931. Fez parte da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, sendo presidente da Casa de 1936 até 1937, quando a instauração do Estado Novo fechou os órgãos legislativos do país. Voltou para a política com a redemocratização, se tornando deputado pelo estado do Rio de Janeiro à Assembleia Nacional Constituinte, pelo Partido Social Democrático (PSD). Após a elaboração da constituição, passou a ocupar o cargo de segundo-secretário da mesa da Câmara (1947-1948), quando votou contra a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro. Concorreu para governador do estado em 1958, e perdeu para Roberto Silveira (PTB). Com o fim de seu terceiro mandato na Câmara em 1959, foi vice-presidente da Rede Ferroviária Federal, no governo de Juscelino Kubitschek. Foi nomeado embaixador extraordinário do Brasil em Honduras, fez parte da delegação brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Foi também secretário de Obras Públicas do estado no governo de Celso Peçanha (1961-1962). Em 1962 se elege novamente deputado federal (PSD), se tornando vice-líder do partido na Câmara.⁷⁰

Reelegeu-se sucessivamente, na mesma legenda, com os votos oriundos da Baixada Fluminense, onde sua atuação era mais evidente pelo controle do eleitorado. Membro da cúpula do PSD, Getúlio de Moura foi um desses chefes, controlando os donos de cartório da região, distribuindo favores e manejando a máquina administrativa local.⁷¹

⁶⁹ PUREZA, José. Memória Camponesa... Op. cit. p. 55

⁷⁰ ALLOFS, Daniel Batista. Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975) p. 147-149

⁷¹ Idem

Getúlio de Moura entrou para o PSD em 1940. Foi deputado por 20 anos, chefe da casa civil. Para aumentar seu colégio eleitoral, incentivou o loteamento clandestino⁷². Quando ocorreu a emancipação dos municípios, ele colocou um representante seu em cada um, em Duque de Caxias era Tenório Cavalcanti. Ele também indicava os donos de cartório da Baixada Fluminense.

O político era reconhecido como grileiro.⁷³ Os delegados, segundo Bráulio Rodrigues, eram nomeados por políticos como ele.⁷⁴ Seu partido PSD- poiava os “coronéis”, atuavam pelo controle eleitoral das massas rurais, repressão a movimentos de resistência, e dava cobertura às milícias privadas, controladas pelos donos das terras⁷⁵. Sobre sua participação na fazenda São Lourenço, em 1952, segundo Araújo, Emílio Horwitz chega a região fazendo medições a mando de Getúlio de Moura. Emílio apresentou um documento, da compra de 5/64 da fazenda no dia 1 de abril de 1939, adquirido do vendedor Nelson Joaquim. Na mesma data, e do mesmo vendedor, o político adquiriu a mesma parcela 5/64. Em 9 de outubro de 1942 novamente o mesmo caso, mas dessa vez os dois adquiriram 1/64 de Antônio de Lima Sobrinho. Essas compras, e dos outros inquilinos só foram registrados em 1959. O documento não parecia ser falso, mas como afirmam os posseiros, a grilagem também podia se fazer através de documentos verdadeiros e dos meios legais, devido à conveniência de órgãos de controle do aparelho burocrático com a grilagem de terras, e outras ilegalidades.⁷⁶ O político é identificado por Nilson Venâncio como um grileiro de terras e chefe político de Nova Iguaçu, que realizava vários despejos.

Tenório Cavalcanti e Getúlio de Moura consolidaram sua base política à margem das grandes estruturas existentes. Na década de 1950 houve uma explosão da violência na disputa política local. Eram “figuras ligadas a um novo coronelismo, clientelista, populista e eleitoreiro, base do poder político-econômico local”, que eram ao mesmo tempo sustentáculo da grilagem, que gerava os conflitos, e apoiadores dos “camponeses”.⁷⁷

⁷² ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio...* Op. cit. p. 134

⁷³ MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.) *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Consequência, 2018. p. 59

⁷⁴ Idem p. 143

⁷⁵ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. cit. p. 50

⁷⁶ Idem p. 51

⁷⁷ MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.) *Ditadura, conflito e repressão no campo...* Op. cit. p. 113

A oposição ao movimento dos lavradores (grileiros e proprietários), ganhava consistência política, a partir de aliança com líderes políticos locais⁷⁸. Por outro lado, figuras políticas locais, com controle eleitoral, consolidaram “um poder caudelhístico”, com apoio da massa, e em alguns momentos de grupos da esquerda. Existia um discurso nacionalista que “flertava” com a causa dos lavradores, mas não tinham o intuito de acabar com a classe dos latifundiários, mantendo-a como “ pilar da estrutura de poder no campo brasileiro”.⁷⁹

3.3- A disputa política do movimento. Quem conquistou a desapropriação?

Segundo *Jornal do Brasil*⁸⁰ os posseiros afirmavam que não havia chefe na rebelião, e que estavam “repelindo a dias o deputado Tenório Cavalcanti, que julgam pretender fazer política à custa do seu sofrimento”. Os posseiros alegavam, “juravam por Deus e por nossa senhora”, não fazer parte de nenhuma agremiação, e não conhecerem as ligas camponesas. O jornal a partir dos relatos colhidos afirmava que a quase totalidade dos posseiros não sabia ler ou escrever, muitos deles desconheciam a existência de leis e o papel desempenhado pelo juiz. Aborda o episódio de retirada de um carro de propaganda de Tenório Cavalcanti no dia 18, pelos posseiros, pois não queriam nenhum comando no movimento. “Não queremos ajuda de políticos, disse-nos um posseiro... Aqui ninguém comenda ninguém. Nossa lei é cada um por si e Deus por todos”. Apesar disso Tenório teve uma reunião (“em sua fortaleza da antiga estrada Rio-Petrópolis”), com o defensor público (Felipe da Rocha) que estava acompanhando o caso de desapropriação. O juiz Albernaz estava pedindo reforços, e acreditava ser a ação estimulada por comunista. Os posseiros só permitiam a entrada da imprensa para fazer o apelo, de que interrompesse as arbitrariedades para que o caso pudesse ser solucionado de forma pacífica.

Nilson, posseiro que segundo o *Jornal do Brasil*⁸¹, orientou a abertura das trincheiras, afirmava não ser o líder do movimento.

⁷⁸ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara*...Op. cit. p. 80

⁷⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.) *Ditadura, conflito e repressão no campo*... Op. cit. p. 144

⁸⁰ “600 posseiros de Caxias defendem a terra a bala” p. 3. Idem

⁸¹ “Vencedores de Caxias tiveram 36 feridos” *Jornal do Brasil* 22/08/1961 edição 00196

“Estamos certos de que a nossa vitória se deve à unidade de pensamento e ação de todos os posseiros da fazenda São Lourenço. Voltamos ao trabalho, para recomeçar tudo de novo, mas um grupo de sentinelas, estará a postos dia e noite, para prevenir qualquer eventualidade. Nada devemos aos políticos, nem a qualquer outra agremiação a não ser a nossa associação de classe-lavradores- que nos mandou advogados para prestar assistência jurídica durante o andamento do processo, em Caxias.”

Os lavradores incentivaram a investigação das autoridades na fazenda, para que constatassem a real situação e intenção do movimento, que em nada tinha relação com agitações e levantes comunistas. Esses lavradores ocuparam terras que não eram de interesse de grandes proprietários ou loteadores devido as epidemias e insalubridade da região⁸². Na década de 1950 auge das disputas por terra, provocada pela valorização da região após a realização das obras de saneamento, os movimentos de resistência e ocupação atraíam lavradores de outras áreas do estado que tinham o objetivo de ter um lote para morar e trabalhar⁸³. Segundo Manoel Ferreira o objetivo e principal reivindicação era que “cada lavrador tivesse um pedaço de terra para trabalhar”, evitando o êxodo urbano e o encarecimento dos alimentos.

De acordo com o periódico *O Jornal*⁸⁴, os posseiros por meio da resistência, obrigaram o governador a desapropriar as terras. Esteve em iminência de eclodir um choque armado de proporções imprevisíveis. Os sitiantes e companheiros foram para as matas, armados de carabinas, foice, martelo, facão, pedaço de pau, dispostos a defender a pequena propriedade que estava sob sua responsabilidade. Tenório Cavalcanti advogado dos posseiros, e o deputado Jonas Baiense teriam sido os únicos a se encontrarem com os sitiantes. Tenório teria dito “Tenham fé em Deus e mantenham o dedo no gatilho. Tudo se arranjará”. O jornal diz que Tenório estava fazendo piada, e na verdade ele foi apelar para os meios legais, pedindo ajuda ao juiz.

No jornal *Luta Democrática*⁸⁵ a matéria diz que Badger da Silveira, candidato a governador, parabenizou Tenório pelas medidas tomadas. O despejo teria sido uma farsa para evitar efeitos da reforma agrária e que o juiz Albernaz agiu com humanidade ao encerrá-lo. A matéria diz que Tenório ficou até a madrugada do dia anterior tentando solucionar o conflito, conseguiu se articular com o juiz Albernaz e suspender o despejo. Segundo o jornal, na fazenda Tenório foi e foi recebido pelos líderes da revolta. Ao ouvir os lavradores concluiu que o

⁸² SILVA, Bráulio Rodrigues. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense...* Op. Cit. P. 21

⁸³ Idem p. 23

⁸⁴ “Posseiros obrigam governador a proceder a reforma agrária do Estado do RJ” *O Jornal* 20 08 1961 ed. 12370. pg. 11

⁸⁵ “Conseguiu a suspensão dos despejos por 10 dias e impetrou mandado de segurança”. *Luta Democrática* Edição 2314 20-21/08/1961 p. 3

despejo não era justo, e que a justiça estaria sendo ludibriada. O jornal divulga um requerimento feito pelos lavradores que, entre outras coisas alegava, que os requerentes ocupavam aquelas áreas a muitos anos, cultivando, em local de difícil acesso, sem recurso, mas conseguindo se sustentar, foram pegos de surpresa pelo despejo contra o italiano, uma vez que sempre ocuparam a região de boa fé e forma amigável. Devido a iminência de um conflito eles pediram a suspensão da medida pelo prazo de dez dias, para que eles pudessem pedir um mandado de segurança. A petição não buscava desobedecer ou desacatar o mandato do juiz, visava “evitar mal maior, com derramamento de sangue, quando o direito e a aplicação da lei visam, acima de tudo, um fato social e humano”.

O jornal também traz o depoimento do juiz dizendo que se tratava de uma simples ação de despejo por falta de pagamento que se iniciou em 1960, e que os ocupantes foram intimados para a sentença de desapropriação e estariam cientes. As ordens judiciais deveriam ser cumpridas, mas sem causar perturbação à ordem. O caso passou a ser visto como um fenômeno social da época, e a exigir profunda análise, pouco importando a suspensão do despejo. Tenório foi advogado de diversos posseiros, muitos da fazenda São Lourenço, como é o caso de Elísio Vitorio de Andrade, um dos primeiros afetados, que sofreu grave violência, teve produção destruída e foi preso injustamente, como também aparece na matéria.

As matérias do Luta Democrática colocam Tenório Cavalcante como a pessoa que conseguiu a desapropriação. Em matéria do dia 22 de agosto⁸⁶, chega a dizer que os lavradores só acreditaram na desapropriação porque foi Tenório que deu a notícia. Que até ele chegar a fazenda estava interdita. A reportagem teria chegado a fazenda no domingo, no QG montado por Tenório na casa de Alaíde, e teria colocado os lavradores “a par da significativa vitória obtida por Tenório”. Todos ficaram alegres e agradecidos ao candidato a governador. Segundo o depoimento de Juvenal, identificado como um dos líderes da resistência, cedo foram avisados do “trabalho do deputado Tenório, mas só teria valor quando saísse no diário oficial”. Um lavrador levantou a voz e disse que o diário oficial deles era o Luta Democrática. Decidiram que cada um sairia com um exemplar do jornal para os postos onde estavam os lavradores. Um dos lavradores teria agradecido a Tenório, dizendo a seguinte mensagem: “Diga a “seu” Tenório que a gente lhe manda dizer muito obrigada. Graças a Deus não foi preciso ele vir lutar com a gente, de arma na mão. Mas, se for preciso outra vez, aceitamos logo sua ajuda, porque desse

⁸⁶ “O primeiro dia da vitória na fazenda São Lourenço” Luta Democrática Edição 2315 22/08/61 Rio de Janeiro

jeito ninguém pode trabalhar. Ao primeiro sinal de ameaça, vou buscá-lo. Só ele nos pode salvar.”

Já o jornal Última Hora⁸⁷ anuncia que os lavradores receberam a notícia da desapropriação por Bocayuva Cunha e Badger da Silveira, e que eles foram recebidos com entusiasmo, e que a pronta ação dos dois evitou “provável derramamento de sangue.”⁸⁸ Badger da Silveira não deixa de mencionar que era irmão de Roberto Silveira, e candidato à sucessão do governo fluminense na eleição de 1962, e prometia providência para evitar novos conflitos. A matéria dá grande visibilidade a essa figura que concorria a um cargo público no período, e seu parentesco com Roberto Silveira. Dizia o candidato a governador, que iria tomar providências “para impedir a invasão”. Eles mantiveram contatos com as autoridades e foram dar a notícia no sindicato dos rodoviários onde ficava o “quartel general urbano do movimento de rebeldia dos lavradores”. Destaca a figura de Badger da Silveira e Bocayuva Cunha como articuladores da desapropriação. Não deixa claro qual foi a atuação deles, pois diz apenas que se reuniram com autoridades.

Os periódicos também faziam críticas ao governador Celso Peçanha, e sua postura omissa em relação ao Plano de Ação Agrária, que estaria levando “lavradores ao desespero”.⁸⁹ De acordo com o Última Hora o gabinete civil do governador anunciou que o caso estava em estudo para a desapropriação desde o início de agosto, que estava esperando informações da associação de lavradores locais para realizar a desapropriação, mas não chegaram a tempo. O jornal questiona esse argumento do governo do estado, pois diz que na sexta-feira, quando os lavradores estavam nas trincheiras, o chefe do gabinete, sr. Homero Lara, disse que se tratava de ação judicial e o executivo não poderia intervir, e nada disse sobre desapropriação.

Celso Peçanha, estaria se omitindo, e isso estaria fazendo “renascer” as lutas entre grileiros e posseiros no interior do estado. O governador teria paralisado as ações do Plano de Reforma Agrária iniciado por Roberto Silveira, e o conflito na fazenda São Lourenço seria uma prova disso. Nesta e em outras matérias⁹⁰ e´ abordada uma fala de Celso Peçanha contra a reforma agrária, “O lavrador no momento não precisa de terra, mas de assistência técnica”.

⁸⁷“Posseiros em armas ganharam terras: “Grileiros” expulsos”. Última Hora 21/08/1961 Edição 03422 Rio de Janeiro Pag. 2

⁸⁸ “Após 72 horas de expectativas nas trincheiras. Vitória dos lavradores de Xerém: terras serão desapropriadas hoje” Última Hora 21/08/1961 Niterói edição 0631 p. 7

⁸⁹ “Grileiros espalham terror: Celso contra plano de ação agrária”. Última Hora 22/08/1961 –edição 00632 Niterói

⁹⁰ Coluna ronda política Sob o título frase infeliz. Luta democrática 24 08 1961 ed. 2317

Segundo o jornal, essa fala demonstra que o governador não tinha o intuito de levar adiante um projeto de reforma agrária. Nessa reportagem o acontecido na fazenda São Lourenço é utilizado como ponte para falar sobre outras situações de exploração vividas por trabalhadores rurais de outras regiões. “aos recentes acontecimentos da fazenda São Lourenço ... vieram pôr a nu a investida avassaladora dos “grileiros”... que, com a complacência do governo está assumindo aspectos gravíssimos , sem falar nos rastros de sangue e violência. Por todo o estado acontecem incêndios de casas, mortes, despejos, impunemente”. Cita o caso de Cachoeira de Macacu, São Pedro da Aldeia, fazenda Caveira, Vassouras, Norte de Itaocara. Em todo o estado ‘grileiros’ estavam fazendo ataques, como “um movimento organizado”. Fazendeiros, grileiros e políticos são acusados de promover a expulsão dos posseiros, contratando assassinos.

Sob o título “Federação adverte: governo grilo provoca revolução”, é transmitida uma nota de esclarecimento da FALERJ, as autoridades e ao povo, devido a reação a ordem de despejo ocorrido na São Lourenço, dizendo que tudo aconteceu devido a precipitação dos oficiais de justiça, junto com seis policiais, que começaram a invadir as casas e espancar os lavradores. Os posseiros em defesa dos seus “lares e família foram obrigados a reagir”, e o que havia ocorrido na São Lourenço estava prestes a acontecer em outras localidades. A FALERJ, afirmava sua solidariedade ao movimento dos posseiros e a sua decisão e, pedindo o apoio dos trabalhadores da cidade e do movimento estudantil, faziam apelo ao Governador para que solucionasse o caso da melhor forma, que para a FALERJ era a desapropriação (em nota assinada por Manoel Ferreira Lima).

O posicionamento do governador do estado, Celso Peçanha, sobre a necessidade de desapropriações de terras, também foi tema de algumas matérias. No Diário de Notícias e no O Fluminense⁹¹ Celso Peçanha disse em mensagem à Assembleia Legislativa, que através do plano agrário se empenhava em solucionar os conflitos, e essa estava sendo a ação mais relevante do governo. A mensagem salienta a preocupação do governo estadual em impedir as divergências entre posseiros e “proprietários” de terras. “Somente quando esgotados todos os recursos conciliatórios dada a intransigência dos litigantes, apelou o governo para recurso extremo da desapropriação, salvaguardando, assim, a paz social e a ordem pública”. A desapropriação aparece como último recurso, para resolver o conflito, utilizado quando “dada a intransigência dos litigantes”. Segue dizendo que no governo anterior 8 fazendas foram desapropriadas, mas dessas apenas 3 tiveram a desapropriação efetivada. As outras não foram,

⁹¹ “Plano Agrário é ponto auto no atual governo”. Diário de Notícias 18 03 1962 ed. 12067

“Plano Agrário: ponto alto do governo”. O Fluminense 18 03 1962 ed. 24189

por falta de pagamento dos depósitos judiciais. A atual administração incumbiu o plano agrário de fazer a revalidação gradativa das expropriações, tendo sido realizada as seguintes: Fazenda Engenho do Mato (Itaipu), Fazenda do Largo, (São João da Barra), São Lourenço (Caxias), Santa Alice (Itaguaí).

Em momentos de disputa eleitoral, candidatos passaram a incluir os posseiros em seu discurso se mostrando favoráveis às ocupações, e se posicionando contra a grilagem.⁹² A resistência armada ocorrida na fazenda São Lourenço, ocorreu próximo às eleições para governador do estado do Rio de Janeiro em 1962, onde disputaram além de outros políticos, Tenório Cavalcanti e Badger da Silveira. A utilização de jornais de linhas de pensamento diferentes nos permite contrapor as informações divulgadas. Buscamos ressaltar a escolha pessoal dos lavradores pela forma de resistência armada, a forma como eles lidavam com a disputa política pela representação do movimento, por exemplo recorrendo às figuras políticas quando julgavam que seria de alguma ajuda, e as diferentes perspectivas sobre qual ação teria sido fundamental para a realização da desapropriação.⁹³ O que podemos perceber, tanto nas publicações do Última Hora (de influência do PTB), como as do Luta Democrática (que tinha como diretor Tenório Cavalcanti), é uma tentativa de atribuir a desapropriação a articulação feita por eles, não deixando de mencionar sempre que possível, suas candidaturas. Apesar da tentativa de atribuir a desapropriação aos apelos de Badger da Silveira ao governador, as reportagens por si só, não deixam clara qual teria sido essa influência. Outros periódicos por sua vez dão destaque a pressão dos lavradores, na realização de uma resistência armada que poderia gerar graves conflitos, como fundamental para a decisão do governo de desapropriar as terras em benefício dos lavradores.

A partir da análise dos depoimentos selecionados e das fontes de jornais, podemos perceber que a ação dos lavradores e posseiros, de lutar contra os despejos que vinham ocorrendo, foi imprescindível para a conquista da desapropriação. Homens e mulheres que viviam da sua atividade no campo e como Nilson Venâncio, Laerte de Bastos, Chico Silva e Moises, que presenciaram ao longo da vida as violentas expulsões. Esse teria sido o motivo da participação nos movimentos organizados, e da disposição de perder a própria vida para se manterem na terra, no caso da fazenda São Lourenço.

⁹² GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987 p. 287-288

⁹³ CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007

Considerações finais

Segundo José Graziano da Silva Ramos, para se entender a situação de pauperização do pequeno posseiro rural, de salários baixos, trabalho por temporada, constante expropriação, é importante entender a repressão aos movimentos sociais. A agricultura capitalista no Brasil, em grande parte, manteve o valor da produção na extensão da terra e não no desenvolvimento da sua capacidade produtiva. A política de Estado criou condições para o desenvolvimento capitalista da agricultura, em que o crédito rural favoreceu a grande propriedade. Uma modernização conservadora que se torna irreversível quando surge a classe de proletariado, que depende do salário exclusivamente, ou seja, a expropriação total, que segundo o autor não chegou a acontecer no Brasil.⁹⁴

“Questão agrária é um problema eminentemente político, ela reflete, em última instância, uma necessidade de mudança na estrutura de poder da sociedade...É uma reivindicação de grupos sociais perfeitamente definidos. Por tanto, não é algo para ser “receitado” em mesas de intelectuais, mas sim para ser discutido a partir dos sindicatos de seus possíveis beneficiários”⁹⁵.

A existência de terras livres se caracterizou no país como uma ameaça à reprodução da mão de obra. A renda da terra, ou sua fração, também é regulada pela fronteira em movimento. No Brasil se preferiu ocupar novas terras do que desenvolver a produção. Os pequenos produtores, os posseiros, foram de grande importância na expansão da fronteira⁹⁶, como pioneiros na preparação do solo para produção. Na década de 1960 houve um aumento das “pequenas explorações”.⁹⁷

A produção agrícola foi incorporada à industrialização, como compradora de insumos, maquinários, fertilizantes etc, e também fornecendo mão de obra⁹⁸. O capitalismo também impulsiona o consumo de bens intermediários, não só dos finais. Como o camponês produz o

⁹⁴ GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982p. 39-40

⁹⁵ Idem p. 42

⁹⁶ VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2.Ed. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974.

⁹⁷ GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa...Op. cit. p. 56

⁹⁸ Idem p. 62- 63

que consome, acaba por não fazer parte do mercado. A ampliação do mercado interno se fez pela proletarização do camponês, pela expropriação e impedimento da produção.

A “fronteira representa a orientação dos fluxos migratórios”, o fechamento da fronteira gera migração. Fronteira também é um regulador dos preços dos alimentos consumidos nas cidades. Em momentos de crise da produção capitalista, eles supriram o mercado evitando a alta dos preços. Também representa uma válvula de escape para as “tensões sociais no campo”⁹⁹. A partir da década de 1970 a expansão da fronteira não tem sido feita pelas pessoas sem terra, mas parece ser a garantia de aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio, que impede a democratização da terra. Na década de 1970, depois da construção da Transamazônica, os conflitos passaram da região centro-sul para a região norte, nordeste, com a chegada de novos empresários capitalistas na Amazônia, que geraram desde o início disputas violentas pela posse da terra. A titulação das terras na Amazônia favoreceu os grandes proprietários, em grande parte as terras se mantiveram inexploradas.¹⁰⁰

As escolhas dos caminhos para resolver a questão dos expropriados foi política. A ‘modernização dolorosa’, que se desenvolveu no Brasil, foi lenta e restrita, com os capitais monopolistas controlando a produção e a posse da terra, restringindo o acesso dos pequenos produtores rurais, criminalizando os movimentos sociais e desmerecendo o debate sobre a democratização da terra, classificando os pequenos produtores como atrasados, incapazes, terroristas e invasores. Um discurso que se perpetua até os dias atuais, com propagandas veiculadas nos maiores meios de comunicação, e com matérias de jornais tendenciosas, que não se aprofundam no debate sobre a utilização da terra, e se utilizando do termo “invasão” para se referir às ocupações feitas por grupos, como o MST e defensores dos direitos das populações indígenas, que lutam pelo direito à terra de pessoas que são historicamente excluídas das relações de poder. Como apontado por Caio Prado Júnior, é importante considerar a quem interessa determinada produção agrícola, para se constatar a real produtividade de uma propriedade agrícola.¹⁰¹

Um dos objetivos deste trabalho foi analisar a formação do movimento social no campo no estado do Rio de Janeiro, ressaltando a relevância de um grupo até então excluído das relações de poder no avanço para a diminuição de desigualdades sociais. Assim como enfatizar

⁹⁹ Idem p. 118

¹⁰⁰ Idem p. 119-122

¹⁰¹ PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979

a atuação efetiva dos membros, suas conquistas, e sua capacidade de decidir os rumos da luta e forma de ação.

Políticos como Getúlio de Moura e Tenório Cavalcante, surgem em um momento de passagem da dominação oligárquica rural, onde o coronelismo sobreviveu no clientelismo, no populismo e na disputa eleitoral. Era uma força política emergente e a margem da máquina eleitoral existente, por isso foi bastante violento para se firmar, o que marcou a relação entre política e violência, presente na consolidação dos grupos de extermínio dos anos 1960.

Parece pouco provável que esses grupos que atuavam no movimento camponês, e disputavam a liderança de sua representação, tivessem o objetivo de promover a resistência armada, como no caso da fazenda São Lourenço. Devemos nos atentar para o fato de que a relevância que ganhava a questão agrária no período analisado, fez com que os grupos e políticos da época colocassem em eminência os interesses do movimento camponês. O campesinato passou a buscar formas mais radicais de resistência, por não perceber eficácia nas ações judiciais. A radicalização do enfrentamento não foi algo provocado pela FALERJ, pelo PCB, ou tão pouco pelos políticos locais, ou até mesmo líderes do movimento, como José Pureza da Silva.

Grynszpan ressalta que a radicalização dos conflitos não se deu de forma unilateral, provocada pela mobilização da base camponesa, foi um conjunto de fatores, e o principal deles a disputa política pela representação do movimento, que dava legitimidade e trazia a reivindicação para o centro do debate político nacional. Alguns agentes eram levados a incentivar as mobilizações, para mostrar sua força junto aos lavradores, mesmo que não fosse seu real objetivo. Esse processo de disputa foi fundamental para radicalização dos conflitos no início da década de 1960.¹⁰²

Existiam dois polos de representação dos lavradores: PCB e FALERJ X FCOF e FLERJ. As duas organizações tinham um discurso de se legitimar enquanto representante, e deslegitimar a organização opositora, se acusando mutuamente de inconsistente, e de não dialogar com as massas. O que nos faz perceber, conforme Grynszpan, que era a adesão da massa que conferia força e credibilidade para tais entidades, e que tomava a frente na disputa quem tivesse maior adesão dos camponeses. As ações eram feitas em função dos lavradores, eles

¹⁰² GRYSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política... Op. cit. p 356*

compunham a FALERJ e a FLERJ. As ações do governo Goulart, do governo do estado, e também dos políticos locais se dirigiam as demandas dos posseiros em luta.

O reconhecimento do campesinato como um novo ator no campo político, implicou na necessidade de estabelecimento de relações com esse grupo. O problema era como “absorver um campesinato mobilizado e organizado”¹⁰³. A afirmação do campesinato, e a dinâmica política do Rio de Janeiro, a partir dos anos 1960, fizeram com que as desapropriações fossem vistas positivamente. Diante disso as forças que atuavam no estado tentavam fazer uma apropriação política das desapropriações, esse foi o caso da fazenda São Lourenço. A conquista de uma desapropriação representava o aumento de sua credibilidade e de seu capital político. O campesinato era mencionado pela sua capacidade de mobilização, mas não como um ator decisivo para a conquista da desapropriação. A disputa entre os grupos era uma disputa pela conservação ou pela transformação da ordem social. Cada grupo impunha a sua noção de legitimidade, e com ele uma representação do mundo social e do campesinato.¹⁰⁴

No centro da disputa por essa representação estavam os lavradores, posseiros, pequenos produtores, sem terra. Eles participavam e controlavam as associações de lavradores, e eram os que controlavam o movimento das áreas onde as lutas foram mais intensas. A mobilização não se deu em decorrência direta da questão econômica, situação de miséria e opressão, que os conduziu à mobilização, mas sim a desnaturalização da sua condição de proprietário, propiciada pela presença do grileiro.

A luta entre posseiros e grileiros na "região dos conflitos" fazia parte da luta de classes no Brasil, que teve localmente, grande relevância da expansão urbana e a concentração da terra, contrastando com o grande número de pessoas sem a propriedade da terra¹⁰⁵. Os trabalhadores rurais sempre resistiram à tentativa de destruí-los enquanto classe. Com o aumento da tensão com os proprietários na década de 50 a resistência passou a acontecer “de modo empírico”. Os conflitos locais pela disputa de terras e contexto nacional de crise econômica e efervescência política fez o movimento dos lavradores avançar na sua capacidade de oposição. A explosividade potencial dos lavradores, marcada pelas resistências armadas, se tornou uma ameaça real, de consequências desconhecidas. Momento em que a resistência se tornou mobilizada, e a São Lourenço foi o marco nesse momento de luta.¹⁰⁶

¹⁰³ Idem p. 307

¹⁰⁴ Idem p. 345

¹⁰⁵ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. cit. p.206

¹⁰⁶ Idem p. 207

Não foi só a pressão de base, ou atuação de alguns grupos, que gerou a radicalização do movimento. Foi o conjunto de relações complexas que levou ao acirramento das mobilizações. Ainda que a pressão da base camponesa, não tenha sido a única responsável pela radicalização das ações dos lavradores, essas são uma mostra da autonomia da base organizada da diretriz das lutas.

Fontes.

- Periódico – Edição

Amanhã (edição: 3119), A Noite (edições: 15810; 15812), Correio da Manhã (edições: 20982; 20984; 21076), Diário Carioca (edição: 7135), Diário da Noite (edição: 11892), Diário de Notícias (edições: 11894; 11898; 11986; 12067; 12466; 12549), Folha de Caxias (edições: 223; 260), Imprensa Popular (edições: 804; 1280; 1332), Jornal do Brasil (edições: 193; 194; 195; 196; 217; 262;), Luta Democrática (edições: 2312; 2313; 2314; 2315; 2317; 5761;), Novos Rumos (edições: 130; 138), O fluminense (edições: 24020; 24082; 24110; 24189; 23081), O Jornal (edições: 12370; 12450), O Semanário (edição: 275), Última Hora (edições: 2501; 3420; 03422; 3423 (Rio de Janeiro); 628; 629; 630; 631; 632; 650; 653; 673; 725; 729; 4181)

- NMSPP

Manoel Ferreira de Lima, Laerte Resende Bastos, José Pureza da Silva, Antônio Ernesto Neto e Bráulio Rodrigues da Silva, Moisés, Nilson Venâncio

- Fundo Irênio de Mattos

Ofício N° 314/61 a José Carlos Watzel, procurador judicial substituto do Departamento de Patrimônio do Estado, 28/11/1961; Ofício N° 298/61 a Celso Peçanha, Governador do Estado, 08/11/1961; Ofício N° 285/61 a Celso Peçanha, Governador do Estado, 27/10/1961, Ofício N° 281/61 a Celso Peçanha, Governador do Estado, 20/10/1961; Ofício N° 281/61 a Celso Peçanha, Governador do Estado, 20/10/1961; Ofício N° 280/61 a Celso Peçanha, Governador do Estado, 20/10/1961; Ofício N° 280/61 a Celso Peçanha, Governador do Estado, 20/10/1961; Ofício N° 222/61 a Celso Peçanha, Governador do Estado, 29/08/1961; Ofício N° 211/61 a João Brandt da Silva, Diretor de Departamento de Patrimônio do Estado, 23/08/1961; Ofício N° 208/61 a Manuel Ferreira, Presidente da Federação das Associações do Estado do Rio de Janeiro, 21/08/1961; Ofício N° 192/61 ao Presidente da Associação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, 08/08/1961; Ofício N° 173/61 a Celso Peçanha, Governador do Estado, 24/07/1961; Ofício N° 132/61 a Francisco José da Silva, Presidente da Associação de Lavradores de Duque de Caxias, 21/06/1961; Ofício N° 110/61 a Jorge Bedran, Secretário do Trabalho e Serviço Social, 06/06/1961

- Arquivo nacional

- 1- FUNDO: Tribunal de Segurança Nacional - BR RJANRIO C8 APL 807 v. 1 1941;
- 2- FUNDO: Paulo de Assis Ribeiro - BR RJANRIO S7 CX072 PT 003 1964;
- 3- FUNDO: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – BR DFANBSB H4 MIC GNC III 990009979 1966;
- 4- FUNDO: Conselho de Segurança Nacional – BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 299 1966;
- 5- FUNDO: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica- BR DFANBSB VAZ 1969;
- 6- FUNDO: Serviço Nacional de Informações- BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84040370 1984; BR DFANBSB V8 1986; BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.86014032 1986; BR DFANBSB V8.MIC, GNC

Referencias:

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, v. 76: p. 49-86, 2009. Disponível <<https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXxz/?format=pdf&lang=pt>>.
- ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003.
- ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). CPDA-UFRRJ, 1982.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990
- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARNEIRO, Maria José. *Campo Aberto. O Rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria 1998.
- CARRARA, Ângelo Alves. “Camponês: uma controvérsia conceitual” In. OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.) *História Agrária: Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2008.
- CIOCCARI, Marta; CARNEIRO, Ana (org.). *Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.) O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.

DUTRA, Eliana de Freitas. “História e culturas políticas: definições, usos, genealogias”. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 28, 2000

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In SIGAD, Ligia; ERNANDEZ Marcelo e ROSA Marcelo. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010

FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; AULILO, Maria Ignez (org.) *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: UNESP, 2009.

GEIGER, Pedro Pinchas e RUTH, Lyra dos Santos. *Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana na Baixada Fluminense*. P.291-315. In Revista Brasileiro de Geografia 1954.

GNACCARINI, José César. *Latifúndio e Proletariado*. Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural São Paulo: Polis, 1980

GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982

GRAZIANO NETO, Francisco. (1998) A (difícil) interpretação da realidade agrária. In: SCHMIDT, Benício Viero, MARINHO, Danilo Nolasco e COUTO ROSA, Sueli L. (orgs.). *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, p.153-169.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987.

JULIÃO, Francisco. *Que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1962.

KAGEYAMA, Angela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, v.23, n.3, p.5-17, 1993.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Teixeira da. Cap. V Terra e Democracia na construção do Brasil Moderno (1945-1998) in. *Terra prometida – Uma história da questão agrária no Brasil*, São Paulo, Editora Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza, Os camponeses e a política no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1981

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (org.). *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Relatório Final*. Rio de Janeiro 2015. CPDA/UFRRJ.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.) Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Consequência, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo, Tese de doutorado, IFCH – UNICAMP, 1995.

MOTTA, Marcia Mendes. PICCOLO, Monica (Org.) O domínio de outrem: posse e propriedade na Era Moderna (Portugal e Brasil), volume 1 – São Luís: EDUEMA; Guimarães: 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia das lutas no campo. São Paulo, Contexto, 2002

OLIVERIA, Rafael Soares de (coord.). *Unidade e prática da fé: pastoral da terra em Xerém/ Equipe da Pastoral Ecumênica da Terra*, Rio de Janeiro: CEDI. Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, 1987.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz, LEITE, Sergio Pereira. A Sociedade e a economia do agronegócio no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 25 n. 74, outubro de 2010.

PEREIRA, Waldick. Cana Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu. FGV-SEECRJ, 1977.

POLLAK, Michael. 1989. “Memória, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3.

PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979

PUREZA, José. Memória Camponesa. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura P. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios, São Paulo, Editora Alfa- Ômega, 1ª edição, 1976.

RAMALHO, José Ricardo. Estado-Patrão e lua operaria. O caso FNM. Rio de Janeiro. Paz e Terra 1889.

RÉMOND, René. “Uma história presente”. In: RÉMOND, René (org). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Tese apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC para obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais. 2015.

SILVA, Bráulio Rodrigues. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008.

SOARES, Felipe Vieira. *O campo na luta por seus direitos: uma análise sobre a relação entre os trabalhadores rurais campistas e os direitos trabalhistas no Rio de Janeiro durante o período democrático (1945-1964)* – 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

STEDILE, João Pedro (org.), A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SZMRECSÁNY, T. Pequena história da agricultura no Brasil. 4.Ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. A árvore da liberdade*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

__Vol. III. Cap. 4 Consciência de Classe.

THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro. Zahar Editores.198.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (3), p. 133–160. 2012

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2002

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2.Ed. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974.